

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 862  
28 de Junho de 1990  
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

O encontro este ano é na Quinta da Ataláia, num local à borda do Tejo, ali ao Seixal. Dias 7, 8 e 9 de Setembro. Mas há outros encontros: a Festa do «Avante!» é uma festa que se faz também na rua, a correr, por exemplo. A Festa do «Avante!» é uma festa que se faz durante muitos meses, juntando gente e gente que vai construindo em festa o grande encontro de Setembro. Diversas são as festas desta «festa!». Porque a vida é diversa...

150 mil Contos para o Terreno da festa

QUINTA DA ATALÁIA

## Reforma Agrária continua a ser necessária!

Comissão Política do CC do PCP condena energicamente o projecto do Governo que põe em causa os mais elementares direitos dos trabalhadores e pequenos e médios agricultores.

Pág. 4/Semana

Em conferência de imprensa, a CP do Comité Central do PCP acusa o Governo de pretender a restauração dos latifúndios. E afirma: «A Reforma Agrária continua a ser um projecto de plena actualidade».

Pág. 4/Semana

Na Assembleia da República a proposta de Lei do Governo volta hoje a plenário. Das posições assumidas anteontem pode esperar-se que o PSD contará com os votos contrários de toda a oposição.

Pág. 1/Semana

CGTP/IN condena a proposta governamental, classificando-a de «machadada na Constituição da República».

Pág. 9/Semana

Trabalhadores agrícolas denunciam: «A extinção da Reforma Agrária é inconstitucional».

Pág. 10/Semana

## SEMANA DE LUTA PELAS 40 HORAS

Prossegue hoje e termina amanhã a **Semana de Luta pelas 40 horas** iniciada na passada segunda-feira e promovida pela CGTP-Intersindical Nacional, que já no 2.º dia da jornada (26) constatava «um número significativamente maior de empresas onde se efectuam greves de duração variável, mas em que maioritariamente se faz

greve às horas acima das 40 horas exigidas como limite máximo», enquanto cresciam os plênários de empresa e «a aceitação da população das acções de rua e esclarecimento empreendidas».

A semana de luta está a ser um êxito, com médias de adesão que, segundo a CGTP-IN, oscilam entre os 90%

e os 100%. A jornada está a cobrir todo o território nacional e a desenrolar-se no quadro de uma intensa participação dos trabalhadores, activamente mobilizados em plênários que, inclusivamente, têm vindo a decidir novas e criativas formas de prosseguir a luta.

Pág. 8/Semana

### ÉVORA

## Comunistas dinamizam o trabalho após o Congresso

Págs. 4 e 5/Em Foco

### O caso do PRODEP demagógico

## FENPROF critica o Ministério

Pág. 6/Em Foco

### Jovens comunistas reforçam cooperação no espaço europeu

Pág. 3/Em Foco

Festa POPULAR COMÍCIO

Praça da Figueira

29 de Junho (6.ª feira)

a partir das 20.00 h

INTERVENÇÃO POLITICA AS 21.30 HORAS DE CARLOS CARVALHAS SECRETARIO-GERAL-ADJUNTO DO PCP

Baile popular animado por uma banda

Marcha da Bica

## Retiremos dos factos necessárias ilações

**E**sta última semana do mês de Junho de 90 increve-se no tempo político português como espaço de assinalável impacte e significado.

Movimento e confronto dos opostos é a característica principal sobre as diversas áreas da vida do País:

- Desde o seu primeiro dia útil decorre a Semana de Luta pela Redução do Horário de Trabalho por Iniciativa da CGTP-IN e de todo o movimento unitário dos trabalhadores e só no primeiro dia greves de vários tipos abrangendo mais de 300 mil foram participadas a cerca de 90 por cento;

- Na terça-feira iniciou-se na Assembleia da República o debate parlamentar na generalidade da proposta de lei governamental de autêntica «pena de morte» institucional da Reforma Agrária, componente mais odiosa dos planos cavaquistas de reconstituição acelerada do capitalismo monopolista de Estado e do seu apêndice mais retrógrado - a propriedade latifundiária;

- A semana internacional do Estado português concitou atenções para a «Cimeira de Dublin» onde estiveram em debate com decisões adiadas para o fim do ano as mais controversas questões do processo de integração da CEE na sua fase actual - a União Política Europeia e a União Económica e Monetária;

- A campanha de actos políticos de fachada da demagogia eleitoralista por antecipação da direita governante - do Primeiro-Ministro, dos Ministros, dos Secretários de Estado, dos Directores gerais - alterna e coincide com medidas estruturais e políticas, antipopulares de facto, no quadro da mesma ofensiva restauracionista dos monopólios e dos latifúndios;

Por outro lado, os «fumos da corrupção» que desde há muito se evoluem da montureira da direita governante e da sua clientela política, tornaram-se nos últimos dias mais densos com a irrupção de novas emanações pestilenciais.

Mas o acervo de questões atrás referidas não é aqui trazido por obediência a critérios meramente registadores dos acontecimentos. Tem outros objectivos: essencialmente colocar alguns pontos quentes de reflexão e luta nos terrenos social e político visando uma resposta adequada e procedente do movimento popular e democrático português ao Governo e à política de direita.

**C**omo é óbvio, o manto da demagogia eleitoralista por antecipação do governo PSD/Cavaco Silva, visando os ainda distantes horizontes eleitorais do verão de 91, cobre e distorce toda a gama de problemas e situações da actualidade de que apenas elegemos aqui alguns dos mais sensíveis para uma abordagem mais directa.

Naturalmente, pela sua natureza de classe e agudeza, os do mundo laboral assumem relevo particular.

A institucionalização da Jornada Semanal de 40 Horas - que recordamos ter sido já objecto de um projecto de lei do PCP cujo agenda-

mento foi inviabilizado pelos votos contrários decisivos da maioria domesticada dos deputados do PSD - emerge, com todas as suas incidências sociais e humanas, de uma situação laboral generalizada profundamente atentatória dos interesses vitais dos trabalhadores.

É uma questão interligada com os problemas do desemprego e do aumento dos postos de trabalho, com o desenvolvimento actual das forças produtivas, com o desgaste físico do sobretabalho, com o necessário lazer e o aumento dos tempos livres dos trabalhadores.

Mas emerge numa floresta de outros agudos problemas.

O da remuneração do trabalho é o primeiro na sua ordem de grandeza.

Sob a vigência do governo cavaquista agravou-se a injustiça da distribuição do rendimento nacional a favor dos detentores do capital.

A tendência degressiva do peso dos salários na repartição dos rendimentos do trabalho a partir de 1976, cuja queda somente no período de 1981 a 1988 (este já o segundo ano do reinado cavaquista) foi de 52,5 para 42 por cento, agravou-se durante o ano de 89 e nos primeiros cinco meses do ano corrente com a baixa efectiva dos salários reais.

**A**s tentativas do Governo para impor tectos salariais na base de uma taxa de inflação fictícia só puderam ser parcialmente anuladas pela luta persistente e firme dos trabalhadores.

O Governo «decretou» para 1989 uma taxa de 6/6,5 por cento quando a que mais se aproximou da realidade atingiu em Dezembro os 12,7 por cento, nos primeiros cinco meses de 1990 contra a taxa «decretada» de 9/9,5 por cento, os valores de Maio indicavam os 14 por cento, com uma subida oficial dos preços ao consumidor de Maio a Maio (1989/90) de valor idêntico.

Apesar de a luta dos trabalhadores, com o duro mas necessário recurso à greve, ter conseguido romper os tectos salariais decretados e obtido um aumento médio de 11,5 por cento nos salários é evidente a queda do seu valor real e o consequente agravamento da injustiça da repartição do rendimento nacional em benefício exclusivo da entidade patronal.

Comparados com os salários dos trabalhadores dos restantes países da CEE (cujos desniveis de desenvolvimento económico são frequentemente anulados para a década de 90 nas declarações do Primeiro-Ministro) as diferenças salariais em vez de se terem atenuado subiram ainda com o aumento do diferencial das taxas de inflação.

Basta citar que os trabalhadores portugueses ganham 5,05 vezes menos que os dinamarqueses, 4,6 vezes menos que os da RFA, 4 vezes menos que os da França, 2 vezes menos que os de Espanha e apenas 81 por cento dos trabalhadores da Grécia que nos seguem na escala salarial da Comunidade Europeia.

Cavaco proclamava há pouco o fim dos salários em atraso (o que era em parte verdade pela falência e o encerramento de centenas de

empresas onde o fenómeno se verificava). Mas começa a ser uma nova realidade que, por exemplo, no distrito de Aveiro assume já valores elevados.

Também o desemprego, apesar de todas as portas falsas do trabalho precário sob todas as formas, do trabalho infantil, dos novos surtos de emigração em massa, aumentou já desde Janeiro a Maio em mais 7,9 por cento. E principalmente aos trabalhadores prepara-se agora o governo para arrancar mais 10 milhões de contos do IRS em atraso.

A redução do horário do trabalho pela qual os trabalhadores portugueses estão actualmente em luta (quando na CEE se situa já nas 38 horas e se luta pelas 36) insere-se indubitavelmente neste agravamento geral e real da vida dos trabalhadores portugueses.

**A** ofensiva de liquidação da Reforma Agrária, actualmente em sede da Assembleia da República, tem atingido gravemente e continua a atingir um dos contingentes mais vastos dos que trabalham a terra - os assalariados agrícolas do Alentejo e do Ribatejo - mas deve integrar-se numa ofensiva mais ampla contra a massa dos pequenos e médios agricultores portugueses golpeados por uma política agrícola virada contra os interesses nacionais inviabilizadora do exigente progresso da agricultura nacional.

A proposta de lei de Bases do Fomento Agrário, que configuraria a liquidação definitiva da Reforma Agrária no caso de ser aprovada e promulgada, violaria grosseiramente a Constituição da República e, ao contrário do que proclama o Governo, não favoreceria nem consolidaria a situação dos rendeiros das terras do Estado os quais se pretende esbulhar das terras arrendadas em troca de pretensas facilidades de recurso ao crédito bancário.

Mesmo os rendeiros a quem Sá Carneiro distribuiu de renda terras roubadas às UCPs/Cooperativas alguns deles já expulsos pelos governos do próprio PSD, estão ameaçados de novas expulsões, como os 5 da Herdade do Vale de Paredes que vai ser de novo entregue ao grande agrário Prates de Lima.

O alargamento para 360 000 pontos da propriedade latifundiária em contraste com os 90 000 preconizados naquela iníqua proposta de lei em que se pretende limitar a propriedade cooperativa, é um incentivo à completa reconstituição dos latifúndios na Zona de Intervenção da Reforma Agrária.

E nessa ofensiva alienadora dos interesses nacionais a liberalização total das importações de produtos agrícolas (de alimentação e bebidas) agora decretada pelo Governo em nome da redução quase impossível da taxa de inflação no quadro da situação actual, não a reduz de facto e submete os agricultores portugueses à concorrência ruínosa da produção estrangeira.

**A** «Cimeira dos 12» em Dublin adiou para o final do ano as escaldantes decisões para a institucionalização comunitária da

# Resumo

## 20

### Quarta-feira

Portugal vai dar prioridade à reconversão e modernização do caminho-de-ferro através da criação de infraestruturas financiadas pela Comunidade Europeia, afirma o ministro das Obras Públicas ■ O deputado do PS Rui Cunha propõe ao seu partido que solicite a Mário Soares a realização de uma presidência aberta na capital ■ O ministro da Defesa declara não equacionar por enquanto o problema da profissionalização das forças armadas ■ Portugal apresenta ao Conselho do Mercado Interno, reunido no Luxemburgo um conjunto de projectos sobre redes transeuropeias ■ Ion Iliescu toma posse como Presidente da República da Roménia ■ O presidente do Solidariedade, Lech Walesa, declara «guerra à liderança» da Polónia ■ Nelson Mandela chega aos Estados Unidos onde reafirma a necessidade de manter as sanções contra o regime minoritário da África do Sul.

## 21

### Quinta-feira

A Câmara de Lisboa aprova a abertura de concursos públicos para a repavimentação de diversas ruas da capital ■ Os transportes aéreos têm a partir de hoje novas tarifas para vôos de passageiros regulares entre o Continente e Madeira e os Açores ■ A comissão europeia autoriza a concessão de uma ajuda estatal de 796 400 contos à indústria carbonífera portuguesa ■ O ministro das Obras Públicas anuncia que Portugal vai gastar até 1993 700 milhões de contos em infraestruturas de transporte ■ Termina a XVI cimeira Franco-Africana, que se realizou na cidade de La Baule, em França ■ Delegações dos guerrilheiros e do governo salvadoreños iniciam conversações em Oaxtepec, no México.

## 22

### Sexta-feira

O Primeiro-Ministro reúne-se com os líderes dos principais partidos da oposição com assento parlamentar, a fim de analisar a estratégia portuguesa para o próximo Conselho Europeu de Dublin ■ Os chefes da diplomacia das duas Alemanhas e os quatro vencedores da 2.ª Guerra Mundial entendem-se em Berlim-leste para até ao próximo mês de Novembro chegarem a acordo sobre os aspectos externos da unidade alemã ■ Jorge Sampaio defende a elaboração de um Acto Único-bis como corolário da evolução actual da CEE ■ Os trabalhadores da função pública iniciam uma greve por melhores salários e revalorização das carreiras ■ O Presidente da República defende em Lisboa a necessidade de actualizar o direito marítimo ■ O secretário de Estado do Comércio Externo manifesta satisfação pelos resultados alcançados por Portugal na questão dos têx-

teis ■ O governo canadiano reconhece o fracasso do acordo de La Meach depois de a Terra Nova e o Manitoba se terem recusado a ratificá-lo no prazo previsto ■ O presidente da Costa do Marfim recebe pela primeira vez os líderes de 13 dos 14 partidos da oposição ■ O presidente moçambicano, Joaquim Chissano e o seu homólogo do Zimbábue, Robert Mugabe, encontram-se para discutir a reactivação do processo de paz.

## 23

### Sábado

O secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas participa numa festa promovida pela concelha da Damaia ■ É publicada uma portaria que estabelece o 14.º mês para os pensionistas dos regimes de Segurança Social, incluindo os da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais ■ O ministro canadiano, Bob Wong, chega a Lisboa para uma visita oficial de 13 dias a Portugal ■ Reúne o Conselho Nacional do Partido «Os Verdes» ■ Carlos Coelho é eleito presidente da Mesa do Conselho Nacional da JSD ■ Sousa Franco, presidente do Tribunal de Contas, admite a integração da função desempenhada por este órgão na estrutura judiciária comum de Macau ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros grego anuncia que Atenas e Belgrado chegaram a acordo sobre a concessão de vistos e o montante de divisas necessárias para que os cidadãos dos dois países possam atravessar as fronteiras comuns ■ Ivan Polozkov é eleito primeiro-secretário da federação da Rússia ■ O Partido Socialista Operário Espanhol consegue conservar a maioria absoluta que detinha no parlamento regional da Andaluzia

## 24

### Domingo

A UNITA anuncia que está disposta a retomar as conversações directas e exploratórias com o governo da República Popular de Angola, logo que o Executivo português ache apropriado e contacte as duas partes ■ Várias dezenas de manifestantes romenos entraram em território soviético pelo posto fronteiriço de Albita, onde durante mais de uma hora confraternizaram com cidadãos moldavos ■ Duas sondagens publicadas por jornais britânicos confirmam um recuo dos trabalhistas, que não obstante reúnem 48 por cento contra 37 dos conservadores ■ As forças da Frente Nacional Patriótica da Libéria ocupam o *campus* da Universidade de Fendell, e as suas unidades mais avançadas encontram-se apenas a cerca de vinte quilómetros da capital ■ O governo de Telavive, anuncia que não vai instalar por enquanto mais judeus soviéticos nos territórios árabes ocupados ■ Dois grupos de extremistas brancos de direita estabelecem um acordo de cooperação com o objectivo de combater a política de reformas empreendida pelo governo sul-africano ■ Ocorre uma ruptura na central sindical Solidariedade durante uma reunião dos principais dirigen-

tes, dividindo-se entre apoiantes de Lech Walesa e do primeiro-ministro Tadeusz Mazowiecki.

## 25

### Segunda-feira

Começa a jornada de luta pela redução do horário de trabalho para 40 horas, promovida pela CGTP-IN ■ Octávio Teixeira, José Soeiro e José Garibaldi dão uma conferência de imprensa para tornar públicas algumas decisões da Comissão Política do PCP ■ A Câmara Municipal de Lisboa aprova por unanimidade o projecto de recuperação do Chiado concebido por Siza Vieira ■ Greve da Administração Local inserida na jornada de luta pelas 40 horas regista uma elevada adesão por todo o País ■ O governador de Macau chega a Lisboa para transmitir ao Presidente da República e ao Governo informações sobre o relacionamento de Portugal com a China ■ Decorre em Dublin uma reunião do Conselho Europeu que debate a União Económica Europeia e Monetária da CEE ■ O governo chinês permite ao dissidente Fang Lizhi viajar para fora do país ■ O presidente Bush apela a Nelson Mandela para que o ANC renuncie à luta armada ■ A Coreia do Sul aceita formalmente a data proposta pela Coreia do Norte para retomar as conversações sobre as fronteiras dos dois países ■ O presidente da Sérvia, Slobodan Milosevic, propõe em Belgrado submeter a referendo o projecto conducente a adoptar uma Constituição antes das eleições ■ O antigo líder do Partido Comunista de Praga, Miroslav Stepan, começa a ser julgado na capital checoslovaca por abuso de poder ■ O presidente romeno Ion Iliescu afirma numa entrevista que a presença dos mineiros em Bucareste se deveu à incapacidade psicológica da polícia e do exército.

## 26

### Terça-feira

Toda a oposição contesta na Assembleia da República a proposta apresentada pelo PSD de alteração à Lei de Bases da Reforma Agrária, acusada pelo PCP de ser «anti Constituição» ■ O presidente da Câmara Municipal de Lisboa recusa a sugestão do Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, para o município negociar directamente com as entidades públicas que devem dinheiro à Câmara ■ Os principais problemas postos quanto à questão da unificação monetária e política da CEE vêm a sua resolução adiada para Dezembro próximo, ao manifestar-se inconclusiva a cimeira de Dublin que hoje termina ■ Os partidos da oposição estão de acordo em que seja de novo marcado um encontro entre os líderes partidários e o Primeiro-Ministro para debate dos resultados da cimeira «Dos Doze» ■ O parlamento húngaro mandata o Governo para negociar a retirada do país do Tratado de Varsóvia ■ Nelson Mandela, num discurso no Congresso norte-americano, apela para a manutenção das sanções económicas à África do Sul.

União Política Europeia e da União Económica e Monetária, no quadro da criação do Espaço Económico Europeu (EEE).

A defesa da soberania de Portugal, a concretização dos princípios da coesão económica e da coesão social proclamadas pela CEE e a aprovação da Carta Social Europeia que promova a elevação dos direitos e garantias sociais dos trabalhadores portugueses ao nível dos restantes trabalhadores dos países aderentes da Comunidade, não podem ser salvaguardados por um governo que se tem mostrado empenhado e servil na alienação dos bens e recursos, da riqueza nacional a favor dos grandes grupos multinacionais.

O Governo deltou agora foguetes e embandeirou em arco declarando que «pela primeira vez um governo se reúne e acorda com a oposição aspectos da nossa política externa», no caso vertente as questões em debate na «Cimeira de Dublin». Mas silencia o facto de todo o processo ter sido mantido fora do exigente debate nacional das questões cruciais actuais do processo de integração e que a «consulta da oposição» não passa de um pró-forma para justificar na prática a política de submissão nacional aos sectores mais conservadores da CEE.

Que crédito merece um governo que tem primado por práticas tortuosas na condução de questões de grande importância estratégica para a vida do País?

A recente especulação internacional sobre a moeda portuguesa que se cifrou em muitos milhões de contos (fala-se em duas centenas de milhões) provocada pelas irresponsáveis declarações do Primeiro-Ministro - um professor de economia que tinha a obrigação de prever os efeitos das suas insensatas declarações públicas - possibilitou a muito boa gente da alta finança internacional e mesmo portuguesa (quem terá sido?) empochar volumosas verbas.

As actuais medidas governamentais proibindo operações sobre o escudo a «não residentes em Portugal», conhecidas as possibilidades inesgotáveis dos testas de ferro portugueses do capital estrangeiro em Portugal, faz sorrir pela sua ingenuidade e cobertura demagógica.

Um governo a cuja sombra se produziram tais negociações e operações de alta corrupção (o caso do Ministério da Saúde e da ex-ministra Beza de que se vão levantando novas pontas, o do grupo Amorim, os dos desvios de volumosas verbas da CEE e outros) são actos praticados nas áreas do poder que retiram toda a caução de credibilidade, seriedade e confiança ao Governo do PSD e ao seu principal responsável, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, na defesa dos interesses nacionais.

Torna-se cada vez mais imperioso para as forças democráticas retirar de tão significativos factos as necessárias ilações.

## Avante!

Proletários de todos os países - UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
EDITORIAL «AVANTE!», SA  
Rua de São Bernardo, 14, 2.º  
1200 Lisboa  
Capital social: 15 000 000\$000  
CRC matricula: 47059  
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais:  
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -  
1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75 76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA  
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Rua de São Bernardo, 14, 2.º  
Tel. 67 01 93  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º  
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 -  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

Composto e impresso na Heskla Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

## Reforma Agrária em causa

# Ao arrepio da história

# Governo restaura velha ordem agrária

Debatida terça-feira, a proposta de lei que introduz alterações à Lei de Bases da Reforma Agrária sobre hoje de novo a plenário para ser sancionada pelo PSD numa votação que, pelo sentido da discussão já efectuada, contará seguramente com os votos contra de todos os partidos da oposição.

Das posições em confronto na sessão de terça-feira, a que assistiram centenas de trabalhadores agrícolas que encheram por completo as galerias, um único aspecto parece ter suscitado a concordância entre os partidos democráticos e o Governo e respectiva maioria: é que se trata de um virar de página na história da agricultura no Sul do País.

Só que é um virar de página orientado em direcções diametralmente opostas, facto que leva legitimamente a supor quanto é efémera a mudança agora operada, tal a dimensão da iniquidade e da prepotência que a envolve.

Longe de ser um instrumento que proporcione a «estabilidade social, o investimento e a modernização» como tentou fazer crer o ministro da Agricultura no decorrer do debate, a verdade é que a proposta de lei do Governo, pelas soluções que preconiza, constitui «uma desastrosa opção», só entendível à luz de uma «mera lógica fundiária de restauração dos privilégios» de quem, «durante décadas impôs a sua ordem feita de opressão e exploração dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos agricultores sem terra», como sublinhou o deputado comunista Lino de Carvalho.

Daí que tenha transparecido como tônica dominante

nas intervenções dos deputados dos partidos da oposição — excepção feita naturalmente ao CDS que, trazendo a lume a sua verdadeira natureza de classe, achou não ir a proposta suficientemente longe na reconstituição da velha ordem agrária do Sul —, uma fundada confiança na reposição da justiça aos homens e mulheres que nos últimos anos, pese embora a agressão permanente de que foram alvo, souberam resistir, sobreviver, e «transformar na última década a fisionomia das vilas e aldeias do Alentejo», segundo a expressão de Miguel Urbano Rodrigues.

Uma confiança tanto mais sólida quanto é certo que a proposta está ferida de flagrantes inconstitucionalidades, devidamente fundamentadas ao longo do debate pelos deputados comunistas, perante o visível incómodo dos membros do Governo e dos deputados da maioria, manifestamente incapazes de as refutar.

O deputado comunista João Amaral chamou-lhes mesmo «bárbaras inconstitucionalidades», a primeira das quais reside, desde logo, no facto de a proposta conduzir à reconstituição dos latifúndios, contra o que estabelece a Constituição, através «do mecanismo da multiplicaçã o e junção de reservas» previsto no artigo 17.º, assim permitindo numa «brutal operação de esbulho» a recondução nos seus privilégios quase feudais de uma classe que classificou de «retrograda, preguiçosa e parasitária».

Analisando a proposta de um ponto de vista jurídico-constitucional, também o deputado socialista Almeida Santos defenderia idêntica opinião ao assinalar que a

proposta visa «recolocar no domínio o velho terratenente e limitar o acesso a ele dos pequenos e médios agricultores», enquanto o seu colega de bancada, António Campos, chamava a atenção para o facto de o diploma aparecer ao «arrepio da evolução do Mundo e do Alentejo, só para satisfação da nova clientela do PSD».

Hermínio Martinho, em nome do PRD, por sua vez, acusou o Governo de «ter capitulado perante uma minoria de proprietários insaciáveis de terra», condenando ainda a opção governamental de fazer «regredir a estrutura fundiária alentejana para uma situação anacrónica» semelhante à que se «vivia há 50 anos atrás».

Mas se o Governo se

mostrou ao longo do debate incapaz de responder às acusações que lhe foram feitas de pretender restaurar o latifúndio, melhor comportamento não teve quando se viu confrontado com as severas críticas que lhe foram dirigidas pelos deputados comunistas relativamente às consequências da sua política agrícola no Alentejo.

Acusado de não ter outra alternativa para a região que não seja a de «criar um vasto e irracional amontoado de matas, eucaliptos e cotadas de caça», o Governo foi ainda severamente verberado pelo deputado do PCP Rogério de Brito por «não ter mesmo nenhuma estratégia nacional para o sector» e de navegar ao «sabor das pressões e dos interesses

da sua clientela, esgotando-se na má gestão que faz dos fundos comunitários».

Os resultados desta política, orientada para servir exclusivamente essa minoria conservadora, no fim de contas responsável pelo atraso secular da região, estão aliás bem à vista — e esta foi outra importante conclusão do debate —, de que o mais eloquente testemunho é o facto de após mais de dez anos do PSD à frente do MAP e após 15 anos de destruição sistemática das cooperativas, lembrou-o Lino de Carvalho, «a região no seu conjunto estar mais pobre, mais despovoada, mais envelhecida, em contraste com a dinâmica positiva que tinha sido introduzida nos primeiros anos da reforma agrária».

# Governo esconde fraquezas inventando «factos» políticos

O Grupo Parlamentar do PCP classificou de facto «escandaloso e demagógico» a carta do Primeiro-Ministro Cavaco Silva enviada ao Presidente da Assembleia da República convidando o Parlamento, segundo o que veio a público, a reduzir as respectivas despesas.

Inserindo esta carta dirigida a Victor Crespo na «cruzada antiparlamentar» do Governo e na sua estratégia de criação de factos políticos que

«desviem a atenção do essencial que é a incapacidade de definir e pôr em prática uma política económica que fortaleça e adense a estrutu-

ra produtiva portuguesa», Lino de Carvalho interpelou a propósito a bancada da maioria se estaria disposta, numa medida de efectiva contenção das despesas, a congelar os aumentos dos vencimentos dos titulares de cargos políticos, como vêm defendendo, entre outros, os deputados comunistas.

Desmontando o carácter demagógico da iniciativa de Cavaco Silva, Lino de Carvalho aproveitou ainda o ensejo do tema para questionar a maioria sobre outras despesas que, em sua opinião, mais do que quaisquer outras, seriam susceptíveis de uma efectiva e moralizadora redução. Referiu-se concretamente às despesas relacionadas com o Falcon privativo do Governo e das sucessivas deslocações deste, aos segundos aumentos automáticos dos gabinetes dos membros do Governo (depois do aumento de 56 por cento) e ao custo da piscina do Primeiro-Ministro, inquirindo a propósito se também nestes domínios não seria possível adoptar uma política de contenção das despesas.

Para que não sobrassem dúvidas quanto à posição da sua bancada, o deputado comunista recordou ainda a posição de defesa intransigente de um «maior rigor e sobriedade» nas despesas da As-

sembleia, sublinhando todavia que «não é o luxo nem o excesso» que marcam as condições de trabalho dos deputados, mas sim, frisou, «as carências em muitos aspectos inimagináveis», traduzidas, por exemplo, no facto de «nem sequer os deputados terem secretárias suficientes para todos se sentarem e trabalharem».

As recentes medidas de liberalização das importações de produtos agrícolas e alimentares — outro dos temas abordados na sua declaração política — foram também alvo de severas críticas por parte de Lino de Carvalho que a este respeito assinalou os riscos de a curto prazo tais medidas virem a traduzir-se «numa diminuição da produção agrícola com o aumento das importações e o agravamento do défice da balança agro-alimentar».

«Querem resolver a inflação à custa dos agricultores e da agricultura quando o que é necessário é uma política que estimule o investimento e fortaleça o sector — observou Lino de Carvalho — é claramente uma política de vistas curtas e andar com a candeirola às avessas e vem confirmar que o Governo e o Ministério da Agricultura e Pescas não têm nenhuma estratégia nacional global para o agros nacional».

## Regime de incompatibilidades

# Soluções do PSD

# não prestigiam o Parlamento

A lei das incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos levada a plenário na semana finda para votação final global, após a introdução de algumas propostas de alteração que criam um sistema de equiparação entre os eurodeputados e os deputados eleitos para a Assembleia da República, foi sancionada apenas pelo PSD, tendo recolhido o voto desfavorável da totalidade dos partidos da oposição, que, na ocasião, nas declarações de voto produzidas, não poupa-

ram críticas às soluções preconizadas pela maioria.

A bancada comunista, pela sua parte, fez mesmo questão de vincar por intermédio de José Manuel Mendes a sua «posição radicalmente desfavorável» relativamente a um diploma que, em seu entender «é mau, não prestigia o Parlamento, não responde aos reptos da realidade conhecida, nem aos imperativos da moralização institucional».

Para o deputado comunista, o diploma não foi igual-

mente capaz — porque assim o não quis a maioria — de estabelecer «um elenco idóneo de incompatibilidades para os titulares de cargos políticos», sem esquecer as «soluções inaceitáveis» que incorpora mesmo de «um ponto de vista técnico».

«Removê-lo, na sequência de «uma nova composição da Assembleia da República em 91», será, pois, na opinião dos parlamentares comunistas, uma tarefa «elementar» a que importará meter ombros.

Melhor opinião não teve, por sua vez, o deputado socialista José Lello ao afirmar que a lei agora aprovada constitui uma «marcha atrás destinada a garantir um regime proteccionista do estado laranja». Condenando a «adopção de dispositivos chocantemente contraditórios», aquele deputado chamou a atenção para o facto de ser levantada a equiparação aos membros dos gabinetes governativos e de apenas «se remeter a um sistema de equiparação» no caso dos deputados europeus.

## Reforma Agrária

Nasceste numa tarde em que regressava a casa e comecei a desconfiar da novidade quando encontrei a minha aldeia despovoada da minha gente como só me lembrava do tempo em que, de calções e «Condor Popular» na mão, furava o policiamento da GNR e a vigilância da minha avó para galopar nas ruas desertas dos meus pais e do pessoal todo que haviam ido para debaixo da «ponte caleira» protestar contra o Salazar na toalha de um piquenique; nesse tempo eu percebia de facto muito bem que a rua fosse só das crianças, da GNR e dos animais domésticos quando os adultos desapareciam para lutar pela gente todos e só nos deixavam ir se não houvesse espingardas e coisas assim, mas naquela tarde de ex-soldado colonial, que regressava dum emprego tão recente como a religião à vida que a disponibilidade militar e o 25 de Abril haviam equacionado nesses princípios de 1975, aí estranhei o carácter absoluto da solidão das ruas, não propriamente pela ausência da GNR, que deixara de poder gerir o silêncio, mas pelo desaparecimento até das avós, dos netos e dos próprios animais domésticos que, com certeza, também não estiveram para ficar sozinhos. Por isso desconfiei que tinham finalmente chegado e a aldeia inteira fora ao teu encontro.

Depois cresceste diante dos meus olhos, recontando e explicando-me a vida desde o princípio. Quando vi o tabaco e a beterraba nascerem dos brejos onde eu brincara aos cobóis e os senhores da terra faziam concursos de tiro aos pratos, dimensionei com a evidência das coisas que nos entram pelos olhos dentro o que queria dizer a gente que me gerou quando riscava no chão das fogueiras, onde o desemprego se juntava, sulcos de cinza vaga escoando o sussurro da dor por tanta terra que ninguém trabalhava. Quando vi tractores a abarrotar de gente ao encontro de colheitas que não podiam esperar e com braços que, mesmo pujantes de alegria, continuavam a não dar para as encomendas, senti redimidos os malteses e desempregados de saca às costas e sandálias de pneu que desaguavam no vale fértil do Sorraia na expectativa da migalha sazonal, tocando ocarina e fazendo gaifonas de graça para a curiosidade da gente, os gaiatos de olho arregalado para todo o mundo que chegava, maltrapilho ou não. Quando vi a creche e o rancho folclórico, o grupo desportivo e a sede dos jovens, o centro de dia e o mercado público, a ambulância e o transporte das crianças, um mundo de alfaías e os sábados alegres da minha gente emergindo de ti no tumulto de fartura que sempre ouvira em projecto, percebi que não eras um mito nem tinhas um trono, não ungias a terra nem vinhas do nada, mas eras simplesmente a gente, a gente todos a crescer juntos, numa libertação colectiva que deixou de ter a necessidade do sonho para construir o sonho necessário.

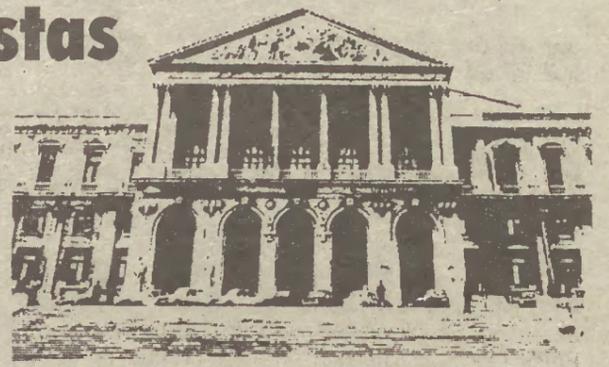
Agora querem declarar-te morta e enterrada, espezinando num ataúde jurídico o que sobra do teu corpo rasgado por tiros e depredações, boicotes e esbulhos, asfixias e calúnias. No aplinar deste esquite apuram-se, por interpostos e engravatados marceneiros, ódios antigos e ambições novas que têm, da justiça social, a leitura dos valores **per capita** e traduzem exploração da terra por exploração de quem a trabalha. Por isso se esforçam para amortilhar, no arredondado da frase e na perversidade do discurso, uma coisa que tu nunca foste para asfixiar aquilo que tu és — a indispensabilidade económica e social dos campos do Alentejo e Ribatejo. Que, sem ti, voltaram a ter desemprego e emigração em massa, regressão económica e repressão social, miséria sem rodriguinhos e os rodriguinhos da miséria. Cavalgam de novo, altaneiros, nas charneças que desbravaste enquanto se empanturram com o que produziste e te forçaram a abandonar. Aparentemente até parece que voltou tudo ao mesmo, que já só faltam os malteses de sandálias de pneu e os clubes de agrários no centro das vilas, devidamente regularizados pela legislação que os representantes do povo, e em seu nome, redigirão para o progresso e o bem-estar da Nação. Só que não voltou tudo ao mesmo, mesmo que redijam a tua certidão de óbito e a autenticarem através dos mais severos legisladores. É que entre ti e o passado está a demonstração concreta — e por ti protagonizada — de que o futuro és tu. Porque tu és a gente, a gente todos a crescer juntos.

■ H. C.

### Assembleia da República

## BEJA

# Deputados comunistas estreitam ligação com as populações



Os deputados comunistas por Beja aproveitaram o último dia de mercado naquela cidade alentejana para imprimir um novo estilo à actividade do Gabinete do Eleitor — iniciativa que visa a proporcionar um contacto mais directo e íntimo entre as populações e os parlamentares do PCP que representam o Distrito na Assembleia da República.

Em vésperas da interpelação do PCP ao Governo sobre desigualdades sociais foi inovadora esta jornada do Gabinete do Eleitor que saiu às ruas, indo ao encontro das pessoas e dos problemas.

O programa iniciou-se com um encontro dos três deputados — Lourdes Hespanhol, Manuel Filipe e Miguel Urbano Rodrigues — com o presidente da Câmara Municipal.

Carreira Marques fez uma exposição minuciosa sobre a situação do ensino no concelho, sublinhando que as deficiências são muitas. As escolas secundárias existentes, nomeadamente, reben-tam pelas costuras. Até as bibliotecas desaparecem, transformadas em salas de aulas. Apesar disso o Governo vem atrasando a concretização da sua promessa relativa a construção de mais unidades. Num panorama de dúvidas uma certeza: a nova escola não será uma realidade no próximo ano lectivo, não obstante a Câmara Municipal ter cumprido o seu papel, cedendo um terreno de 30 mil metros quadrados.

No sector do Ensino pré-

primário a situação caracteriza-se também por insuficiências da responsabilidade do Executivo. A Câmara cumpre o que lhe cabe fazer, mas atrasos inexplicados na nomeação de professores para as novas salas de aula têm impedido que sejam atingidos os objectivos mínimos fixados.

A complexa problemática do Parque Industrial de Beja, hoje abandonado, foi também debatida pelos deputados comunistas durante a sua visita. A situação encontra-se num impasse, por inércia governamental, depois do Supremo Tribunal de Justiça ter declarado nula a medida que extinguiu a Empresa de Parques Industriais. A Câmara pretende dinamizar o Parque, mas não pode avançar.

Na União dos Sindicatos, a direcção expôs aos deputados comunistas a preocupante situação social existente no concelho em consequência de uma política que favorece deliberadamente as desigualdades sociais e estimula o desemprego. A proposta de lei cujo objectivo

é pôr fim à Reforma Agrária aparece como muito expressiva dessa estratégia.

A avaliação do quadro global é no entanto difícil porque muitos trabalhadores vítimas de discriminações de várias naturezas não procuram o Sindicato por temor de represálias patronais. Um dos casos discutidos foi o relativo a empresas estrangeiras que actuam na área da agricultura, designadamente no campo da horto-floricultura, e que recorrem a processos ilegítimos para não cumprirem a legislação vigente, prejudicando os trabalhadores. Lamentavelmente a percentagem de filiados com as quotas em dia é baixa no Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas: uns 1400 numa força de trabalho activa de 5000. As mulheres são particularmente discriminadas, mas muitas aceitam passivamente a situação, por temor do desemprego e também por desconhecimento dos seus direitos.

De tarde, os deputados comunistas foram recebidos na sede local do MURPI. Os reformados salientaram que o aumento das pensões anunciado pelo Governo é inferior ao tecto que nas suas reivindicações haviam sugerido. Foi lembrado que mui-

tos agrários da região nunca descontaram um centavo para a Segurança Social, mas estão a receber pensões (algumas elevadas) a que não têm direito legal. Os dirigentes do MURPI denunciaram também a desigualdade de tratamento na concessão de passes da rede geral da CP, que faz deles cidadãos de segunda classe, sem facilidades nos comboios inter-cidades.

O Gabinete do Eleitor encerrou a sua jornada com uma conferência de imprensa, no Centro de Trabalho do PCP. Durante mais de hora e meia, os três deputados comunistas por Beja procederam ao inventário de aspectos da actividade do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República e debateram com jornalistas do «Diário do Alentejo» e das duas rádios locais problemas de interesse das populações em áreas tão diferentes como o Ensino, a Saúde, a Terceira Idade, o desenvolvimento económico, as desigualdades sociais e o património cultural, criticando — com o apoio de factos e números — a política do Governo Cavaco que tanto tem contribuído para o agravamento das condições de vida no Distrito.

## Academia de Dança de Setúbal Asfixia financeira põe em risco trabalho futuro

A decisão do Ministério da Educação de reduzir os subsídios que vinha atribuindo à Academia de Dança Contemporânea de Setúbal está a suscitar justificadas preocupações em diversos sectores, receando-se que esta atitude governamental venha a pôr em causa a continuação do bom trabalho desenvolvido nos últimos oito anos por esta companhia ou até o seu próprio funcionamento.

A existência de salários em atraso, segundo o relato da deputada comunista Odete Santos que levou na passada semana este problema ao conhecimento do plenário, é desde já uma das primeiras consequências da medida ministerial, mingando igualmente os recursos para assegurar a vida normal da Escola de Dança.

A manter-se esta situação, atingidos serão assim em primeiro lugar os jovens que se dedicam à dança e todos os outros fruam do trabalho cultural daquela instituição preferencialmente dirigida à juventude, estando ainda ameaçada a possibilidade da população do concelho vir finalmente a dispor de uma Companhia de Dança Profissional.

Esta decisão do Governo PSD que a não sofrer alteração conduzirá ao acentuar da

«macrocefalia de Lisboa e à reserva da Dança para os privilegiados», como sublinhou Odete Santos, é tanto mais estranha e inadmissível quanto são unanimemente reconhecidos os relevantes serviços prestados pela Academia à comunidade local e mesmo o seu contributo assinalável no plano da Dança, ultrapassando as próprias fronteiras do concelho e do distrito.

Mas a decisão é ainda absurda, porquanto, lembrou a deputada do PCP, depois de ter representado para os jovens do concelho de Setúbal a possibilidade de optarem por uma área vocacional que até aí lhes estava praticamente vedada e de ter aberto à população uma nova oportunidade no acesso à Dança espectáculo, a Academia viu justamente considerado o mérito do seu

trabalho ao ser a primeira escola de dança oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação e ao ser a única do País cujo curso tem equiparação ao curso geral e complementar da Escola do Dança do Conservatório Nacional.

Razões suficientes, pois,

para que prevaleça o bom senso nos responsáveis do Ministério da Educação, levando-os a fazer marcha atrás na sua actual política de asfixia financeira, que, a continuar, poderá significar um ferimento de morte na actividade da Academia de Dança.

## Um esclarecimento

Correspondendo à solicitação de alguns órgãos de comunicação social, o Gabinete de Imprensa do PCP está em condições de prestar o seguinte esclarecimento sobre a conclusão das conversas havidas entre a Direcção do PCP e o deputado José Magalhães a propósito da questão da sua permanência na Assembleia da República como deputado do PCP:

1. Concordeu-se que José Magalhães deixe de pertencer, a seu pedido, ao Secretariado do Grupo Parlamentar;
2. Concordeu-se que não há nada de negativo a observar quanto à sua intervenção parlamentar;
3. Concordeu-se que na sua actividade política José Magalhães adoptará um procedimento idêntico ao que tem seguido na sua intervenção parlamentar;
4. Concordeu-se que José Magalhães continue como deputado do PCP.

26.6.1990

O Gabinete de Imprensa do PCP

## Assembleia da República

## Risco de caos nos serviços de Saúde por ordem do Ministério

O chamado Plano para a Assistência Médica no Verão ao Algarve, implementado pelo Ministério da Saúde para tentar satisfazer as crescentes necessidades assistenciais da época balnear, «pode lançar o caos em serviços públicos de saúde um pouco por todo o País». O alerta foi deixado na semana finda na Assembleia da República pelo deputado comunista João Camilo que a propósito citou alguns casos concretos da previsível rotura assistencial que afectará muitos centros de saúde no Alentejo, resultado directo deste «plano» arquitectado no segredo dos gabinetes.

Um plano que longe de criar as estruturas de saúde que deveriam acompanhar o desenvolvimento do turismo regional, como foi dito, assenta exclusivamente no aliciamento de médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutico para fazerem urgências na região algarvia entre 15 de Junho último e 15 de Setembro, a troco de um prémio monetário, um subsídio de alojamento e mais 15 dias de férias.

E como uma primeira circular do gabinete do Secretário de Estado da Administração da Saúde não tivesse obtido resposta, se-

gundo o relato de João Camilo, o referido gabinete não esteve com meias medidas e passou ao aliciamento directo dos técnicos de saúde por via telefónica, ultrapassando as direcções dos Centros de Saúde, as Administrações Regionais de Saúde e as direcções dos hospitais «que não foram tidas nem achadas para tal iniciativa.

De concreto, para já, e para lá da previsível rotura assistencial que em muitos centros de Saúde do Alentejo pode chegar mesmo ao encerramento por altura das férias dos que permanecem (casos de Mértola, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Moura,

Almodôvar e, em menor grau, Ourique e Cuba), sabe-se que em hospitais como o de **Cantanhede** foi necessário anular as férias de enfermeiros e refazer todos os turnos em consequência da requisição ministerial de cinco deles e de um técnico de diagnóstico e que no laboratório de **Patologia Clínica do Hospital da Universidade de Coimbra** vai ter de ser encerrado um sector, uma vez que foram requisitados os três técnicos que nele trabalham.

A todos os títulos exemplar, pois, esta iniciativa governamental, a que dificilmente resistirão a partir de agora a imagem de «bom gestor de recursos humanos» com que a propagação laranja quis rodear o ministro Artur de Carvalho e a propalada coerência da política do Ministério da Saúde, mais verdadeiramente parecida com um «barco sem timoneiro vogando ao sabor da política económica do Governo», como oportunamente salientou João Camilo.

## Áreas Metropolitanas mais perto da realidade

A institucionalização das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto está mais perto de ser uma realidade depois do debate travado em plenário na passada semana em torno de três projectos de lei sobre a matéria, respectivamente da iniciativa, do PCP (a quem cabe o mérito de desencadear a dinâmica da discussão) do PS e do PSD. Só estes dois últimos acabariam por passar à discussão na especialidade, depois da sua aprovação na generalidade, sendo os projectos da bancada comunista retirados no momento da votação dada a intenção de os inviabilizar manifestada desde o início pela maioria.

Razões que se prendem com uma alegada «estrutura pesada» e com o que disseram ser uma «tentativa de criação disfarçada de uma verdadeira região administrativa, à revelia dos mecanismos constitucionais», foram o essencial do argumento invocado por Manuel Moreira, para justificar a rejeição do projecto comunista pela maioria.

Entendimento diverso tiveram naturalmente os deputados comunistas que intervieram no debate, João Amaral e Ilda Figueiredo, para quem os projectos de que são subscretores têm no fundamental um grande objectivo: «atacar a crise que vivem as

duas grandes áreas polarizadas pelas cidades de Lisboa e Porto».

Uma crise de «desordem» e de «irrationalidade», sublinharam, e que leva a que num território como a Área Metropolitana de Lisboa que corresponde a menos de três por cento do território continental, nele vivam cerca de 2,5 milhões de pessoas — um quarto da população portuguesa.

Um panorama, pois, a exigir radicais transformações que realizem um «ordenamento racional e humanizado do território», só possível, no entanto, na perspectiva da bancada comunista, com a criação de uma estrutura com

legitimidade democrática, dotada de capacidade de intervenção que permita em áreas como os transportes, rede viária e ambiente a conjugação da acção e investimentos da Administração Central com a iniciativa dos municípios.

Ora é precisamente a necessidade de criação de uma estrutura deste tipo que os projectos do PCP dão resposta, ao preconizarem nomeadamente a constituição de uma «autarquia especial», desburocratizada e dotada de uma «estrutura ligeira de serviços vocacionados para o estudo técnico e de planeamento e para o apoio às decisões».

Uma solução, por conseguinte, bem mais avançada que a proposta no projecto do PS, o qual, segundo João Amaral, «configura um sistema tímido que não garante, eficácia», e bem mais equilibrada que a defendida pelo PSD que através do sistema de constituição proposto para a Assembleia tende impor uma «completa distorção da representação política» e a cecear os poderes das áreas metropolitanas.

## Jornadas legislativas em Coimbra Ouvir para saber

Os problemas e desenvolvimento do distrito de Coimbra foram tema para as jornadas legislativas do PCP que decorreram sexta e sábado passados naquele distrito, promovidas pela comissão distrital e pelo grupo parlamentar do PCP. Os deputados do PCP Jerónimo de Sousa, Lino de Carvalho, Ilda Figueiredo, João Camilo e Victor Costa, efectuaram diversas visitas a locais dos concelhos de Coimbra, Figueira da Foz, Lousã e ao Baixo Mondego, com encontros em diversas Juntas de Freguesia, bem como em empresas, associações produtoras, cooperativas, conselhos directivos de baldios na zona de Penacova em Casal de Santo Amaro e sindicatos. Contacto com a realidade local, auscultação junto das populações dos seus principais problemas, por forma a melhorar a actuação dos próprios parlamentares no que se refere a matérias sobre o distrito foram alguns dos objectivos desta jornada.

Na área do ensino, os deputados do PCP visitaram as escolas secundárias da Lousã, e preparatória da Pedruiha, e tiveram uma primeira reunião de trabalho na Reitoria da Universidade de Coimbra, onde puderam ser informados e constatados os avanços com vista à implantação do Pólo II.

Na área da saúde, os deputados centralizaram as suas atenções nos hospitais da Universidade de Coimbra — HUC, e nos problemas que se lhes põem no momento.

Quanto ao sector florestal é a prevenção dos incêndios, para além de ter estado prevista uma entrevista no Centro de Coordenação de Meios Aéreos da Lousã, realizaram-se encontros com as direcções e comandos das corporações de bombeiros voluntários de Miranda do Corvo e Penacova.

Os deputados do PCP tiveram também oportunidade de, em Miranda do Corvo, contactar os representantes das populações que lutam contra o actual traçado proposto para a variante Conde-

ixa/Miranda do Corvo/Lousã. Na Rebordosa estiveram com os agricultores que mais uma vez protestam contra a forma irregular com que são extraídas as areias do Mondego e por último, tiveram um encontro em Arazede com cerca de 120 utentes do ramal da CP Pampilhosa/Fig. da Foz que protestaram contra o encerramento da estação para «férias» e da supressão dos principais horários. No decurso do encontro os utentes elegeram uma comissão e iniciaram a recolha de assinaturas para uma petição a apresentar à Assembleia da República.

No decurso das jornadas legislativas foi igualmente possível aos deputados do PCP visitar a cooperativa «O Trevim» na Lousã, a Associação Fernão Mendes Pinto em Montemor-o-Velho, o mosteiro do Lorvão e a república de estudantes de Coimbra «Bota-Abaixo».

Na sessão de trabalho que decorreu no sábado à tarde na sala 1 do edifício da química da FCTUC, além da presença dos deputados e dirigentes atrás referidos, con-

tou-se também com a participação de quadros do PCP de praticamente todos os concelhos do distrito e diversas entidades convidadas.

Nesta sessão foi feito o resumo das acções realizadas no âmbito das jornadas, apresentados e debatidos pelos presentes muitos outros problemas e apresentadas propostas e sugestões de iniciativas parlamentares a levar a cabo pelo grupo parlamentar do PCP.

### PSD contradiz-se nas promessas e nos actos

Antes do encerramento, feito por Carlos Fraião, da comissão executiva nacional do PCP que sublinhou a oportunidade e adequação desta iniciativa à situação política e social presente, quer no país quer no distrito, pois ela permitiu demonstrar melhor o carácter demagógico e eleitoralista da mais recente actividade do Governo PSD e de alguns seus representantes no distrito, comprovaram as flagrantes contradições detectadas entre as promessas e discursos oficiais, por um lado, e as realidades detectadas por outro, (designadamente no campo da prevenção e combate aos fogos florestais), da assistência hospitalar, da situação de numerosos estabelecimentos de ensino, etc.). Ainda sobre a oportunidade desta iniciativa, aquele camarada referiu atravessou-se uma situação em que, no distrito, estão em desenvolvimento problemas novos, tais como o surgimento de graves focos de corrupção com envolvimento de perso-

nalidades e dirigentes do PSD e outros partidos de direita, agravamento de assimetrias regionais dentro do próprio distrito, processos significativos de desemprego tecnológico, liquidação de indústrias tradicionais, modificações do tecido económico e social do distrito, etc.

A resolução destes e outros problemas do distrito, que se apresentam globalmente articulados e complementares exige propostas também globais, que por sua vez pressupõem uma política nacional democrática alternativa à política de direita, o que reclama a convergência das forças democráticas, designadamente do PCP e do PS, tendo em conta a importância das próximas eleições legislativas.

Mas exige também que, desde já, se dê maior regularidade e continuidade futura a iniciativas como esta, sendo importante que para além do agendamento de novas acções em articulação com o grupo parlamentar se tomem a realizar em inícios de 91, novas jornadas legislativas só do PCP sobre o distrito de Coimbra.

### PCP propõe audição parlamentar

Na última intervenção do deputado Victor Costa, este camarada apresentou um conjunto de propostas de iniciativas parlamentares a levar a cabo pelo PCP, como resultado mais imediato destas jornadas legislativas.

Dessas iniciativas é justo destacar: propor ao plenário da Assembleia da República a realização de uma audição

parlamentar sobre o Baixo Mondego nomeadamente quanto às acções relacionadas contra as «pragas» e a forma e meios com que elas foram combatidas no sentido de serem apuradas não só as responsabilidades mas, fundamentalmente, acautelar o futuro equilíbrio do eco-sistema, dos interesses dos produtores agrícolas e da saúde das populações em geral.

Nessa audição o grupo parlamentar do PCP irá propor que sejam ouvidos membros do Governo, nomeadamente o sr. ministro do Ambiente e Recursos Naturais, autoridades regionais e locais, organizações de agricultores e técnicos de reconhecida competência.

Ainda relacionado com o Baixo Mondego, o grupo parlamentar comunista irá interpelar o governo sobre o impacto ambiental dos planos de desenvolvimento e expansão previstos para a Soporcel e a Celbi — sobre se os acréscimos de abastecimento de água a estas duas unidades não irão pôr em causa as necessidades de consumo dos produtores agrícolas e das populações em geral e qual vai ser o papel das organizações dos agricultores na gestão da água e qual o seu preço.

Igualmente irão interpelar o Governo sobre o impacto ambiental do IP3 no troço Trouxemil/Figueira da Foz, designadamente nas zonas de S. João do Campo, Paul do Taipal e Vale do Foja.

O grupo parlamentar do PCP anunciou também ir dar seguimento às reclamações das populações, nomeadamente requerendo ao Governo e à CP esclarecimentos sobre a situação da estação de Arazede; ao Governo e às entidades competentes sobre o traçado da Variante Condeixa-a-Nova/Lousã e sobre a irregular extracção de areias na Rebordosa requerendo simultaneamente que seja construído um pontão agrícola sobre o rio Mondego entre esta povoação e o Loredo.

Mais foram anunciadas outras iniciativas dirigidas ao Ministério da Educação no que respeita à rede de transportes escolas e tele-escola e ao Ministério da Saúde.

Do mesmo modo foram anunciadas idênticas iniciativas que iriam ser tomadas quanto aos bombeiros voluntários nomeadamente no sentido de que sejam rapidamente reembolsados das verbas dispendidas no combate aos incêndios no Verão passado.

Na área do património vai ser requerido ao Governo que sejam fornecidos os meios adequados ao mosteiro do Lorvão para o seu restauro e conservação e para o desenvolvimento de um museu digno do seu rico património.

## União Política Europeia

Terminou terça-feira, em Dublin, a Cimeira de Chefes de Estado, cuja agenda teve como tema central a União Política e a União Económica Europeia.

Objecto de recente debate na Assembleia da República, este assunto é desenvolvimentalmente tratado no próximo número do «Avante!».

PCP

## Reunião da Comissão Política do Comité Central

# A reforma agrária continua a ser necessária

1. Culminando a política que desde há cerca de 15 anos vem sendo dirigida contra a Reforma Agrária (roubo de terras, assaltos, cortes de créditos, retenção de verbas, repressão com mortes, centenas de feridos e detidos) o Governo PSD promove amanhã, na Assembleia da República, o debate de uma nova proposta de lei (de alterações à actual lei do latifúndio — lei n.º 109/88), que encerra dois traços significativos:

- Tem como claro objectivo a restauração dos patrimónios latifundiários, contra as cooperativas e os pequenos agricultores, sem criar nenhuma alternativa para o desenvolvimento da agricultura.

- É grosseiramente inconstitucional, seja porque viola o princípio da eliminação dos latifúndios e a entrega da terra expropriada e nacionalizada a trabalhadores e pequenos agricultores, seja porque ofende o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei e o livre acesso de todos ao direito e aos tribunais.

2. Anúncio da extinção da ZIRA até 31/12/90, multiplicação das reservas, novo regime dos indivisos, reservas múltiplas para as sociedades, possibilidade de reunificação das várias reservas atribuídas a uma família ou sociedade, traduzem o claro propósito do Governo de restaurar os antigos latifúndios privatizando toda a terra expropriada e nacionalizada.

É particularmente significativa a nova situação de insegurança que vai ser criada para as cooperativas e pequenos agricultores rendeiros do Estado, com a cessação dos contratos celebrados com o MAPA e a sua transferência para os agrários, o limite unicamente até 91 000 pontos que é garantido às cooperativas nos futuros contratos de arrendamento quando o direito de reserva das sociedades agrícolas vai até 364 000 pontos, os aumentos brutais de rendas que vão recair sobre as futuras áreas que se mantenham arrendadas, levando a breve prazo à expulsão ou abandono dessas terras pelos rendeiros.

É elucidativo do carácter do PSD este comportamento em relação, designadamente, aos pequenos agricultores: quando pretendeu criar uma nova base social de apoio na região; quando quis comprar votos, quando pretendeu usar os pequenos agricultores contra as cooperativas, o PSD mobilizou-os e aliciou-os para requererem parcelas de terras das cooperativas e Sá Carneiro, Balsemão, Cavaco Silva, percorreram o Alentejo e o Ribatejo em operações de propaganda entregando terras, dividindo aldeias e povos.

Hoje, o PSD descarta-se dos compromissos que assumiu, lança os pequenos agricultores à sua sorte, manda expulsá-los das terras para refazer os latifúndios.

Simultaneamente, o Governo reincide na tentativa de impedir o acesso de trabalhadores e agricultores aos tribunais e viola o princípio da independência e autonomia do poder judicial já condenado em vários acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo. A seguir para a frente a lei proposta, as cooperativas e os pequenos agricultores deixariam de ter legitimidade para intervir no processo de reservas e para recorrerem aos tribunais e impedindo os tribunais de suspender despachos ilegais de atribuição de reservas.

3. O largo leque de inconstitucionalidades que marcam a proposta de lei do Governo justificam que os diversos órgãos de soberania adoptem as providências necessárias à declaração de inconstitucionalidade do texto que venha a ser aprovado pelo PSD na Assembleia da República.

A Comissão Política do Comité Central do PCP decidiu dar instruções ao Grupo Parlamentar para que, no momento adequado, requeira ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade.

4. Como o PCP tem frequentemente alertado, a política do Governo para a Reforma Agrária traduz-se exclusivamente na restauração dos latifúndios e está a provocar um acele-



rado processo de degradação da produção, crescimento do desemprego, despovoamento e desertificação da região, tanto mais grave quanto, face à aproximação da data em que se processará, a plena integração da agricultura portuguesa na agricultura comunitária, são necessárias explorações dinâmicas, potencialmente capazes de responder ao choque com que a agricultura nacional se está a defrontar, como são as cooperativas da Reforma Agrária.

5. A Reforma Agrária continua, pois, a ser um projecto de plena actualidade e que vai ao encontro das condições sociais do Sul de Portugal.

A Reforma Agrária foi das transformações mais exaltantes do Portugal de Abril e, apesar de estar hoje comprometida devido à política do Governo, está gravada a letras de ouro na história da luta pela terra e pelo direito a produzir.

Os trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo, obreiros da Reforma Agrária, têm jus ao reconhecimento do País, pelo seu trabalho, a sua luta, a sua contribuição para a democracia portuguesa, pelos espaços de liberdade e solidariedade que souberam criar.

O PCP dirige, nesta hora, uma palavra de profunda saudação e solidariedade aos trabalhadores da Reforma Agrária, cuja realização continuará a ser condição necessária para o desenvolvimento do mundo rural, para o progresso da agricultura, para a melhoria das condições de vida, para o desenvolvimento do País.

O PCP manifesta a sua firme determinação em prosseguir, pelos meios adequados, a sua luta pela liquidação do latifúndio e pela entrega da terra a quem a trabalha.

Lisboa, 25 de Junho de 1990

# Deve ser assegurada a autonomia e a independência da política externa

A Comissão Política do PCP fez uma avaliação do debate na Assembleia da República sobre as questões da integração europeia e sobre os assuntos que estão em agenda na Cimeira de Dublin.

A Comissão Política do PCP considera que quer em relação à União Económica e Monetária quer relação à União Política o Governo português tem o dever e a obrigação de defender a soberania de Portugal, a concretização dos princípios da «coesão económica» e da «coesão social», o reforço das políticas regionais e das redes transeuropeias (transportes, gás, electricidade...).

A Comissão Política do PCP entende que o Governo português se deveria empenhar positivamente em relação ao programa de acção da Carta Social Europeia e deixar de alinhar pelas posições mais retrógradas e conservadoras.

A Comissão Política salienta a necessidade de ser assegurada a autonomia e a independência da política externa portuguesa que deve ser um factor de paz, desanuviamento, cooperação e segurança na Europa e não favorecer, como actualmente acontece, a manutenção da política de blocos e o fortalecimento da NATO.

A Comissão Política do PCP considera também que o Governo português não deveria fazer campanha pelo levantamento das sanções contra a África do Sul, mas sim empenhar-se para que a CEE mantenha as sanções até que o *Apartheid* seja desmantelado irreversivelmente.

A Comissão Política do PCP avaliou a situação económica e social e manifesta a sua preocupação pela aceleração da taxa de inflação — correndo os rendimentos fixos e os salários — pelo sensível aumento do défice da balança comercial e pela não preparação da economia portuguesa face aos embates previsíveis a partir da entrada em vigor do Mercado Único.

A liberalização das importações agrícolas criará sérias dificuldades financeiras e sociais a muitos agricultores, mesmo daqueles que realizaram investimentos com fundos da CEE, e representa uma efectiva antecipação do fim dos períodos de transição que a agricultura portuguesa não está em condições de enfrentar.

A Comissão Política do PCP avaliou ainda a situação social, nomeadamente a acentuação das desigualdades económicas, sociais e culturais, a extensão das áreas de pobreza e de degradação do emprego.

A Comissão Política do PCP chama também a atenção para o alastramento dos fenómenos de corrupção e de incúria governamental (caso Drexel, leilão de EP's, especulação contra o escudo, Beleza, Amorins, altos funcionários da D.R. de Agricultura do Alentejo...), que vão degradando a vida pública e a confiança nas instituições.

Neste quadro, a proposta de lei do Governo sobre a lei das incompatibilidades, permitindo a acumulação de cargos públicos e privados a directores gerais, chefes de gabinete, etc., não pode deixar de merecer a condenação da opinião pública.

A Comissão Política do PCP chama a atenção para o debate que amanhã vai ter lugar na Assembleia da República sobre a Reforma Agrária em torno da nova proposta de lei do Governo que, violando grosseiramente o consagrado na Constituição, visa a reconstituição total da propriedade latifundiária.

A Comissão Política do PCP condenando energicamente o projecto do Governo que põe em causa os mais elementares direitos dos trabalhadores e pequenos e médios agricultores — o direito a trabalhar e a produzir — deliberou no sentido de que seja requerida a inconstitucionalidade de tal projecto através do Grupo Parlamentar comunista na Assembleia da República.

A Comissão Política salienta que a situação social se continua a agravar e que as numerosas lutas em curso, envolvendo várias camadas, sectores e empresas são disso uma afirmação concreta.

A Comissão Política saúda e apoia, entre outras, a luta dos ferroviários, dos trabalhadores da Função Pública e das Autarquias Locais, dos Músicos, da Rodoviária Nacional...

A Comissão Política manifesta o apoio dos comunistas à campanha da CGTP-IN pela semana de 40 horas, lembra o projecto de lei apresentado pelo PCP com este objectivo e inviabilizado pelos votos contrários do PSD e condena severamente a obstrução feita pelo partido do Governo ao processo legislativo visando a redução da semana de trabalho.

A Comissão Política salienta que a recente ofensiva de calúnias lançada pelo PSD contra a gestão democrática da Câmara

Municipal de Lisboa traduz, entre outros aspectos, a tentativa de criar elementos de diversão e distração em relação a aspectos particularmente gravosos da política do Governo e também em relação a casos notórios de corrupção, clientelismo e nepotismo que, com grande repercussão pública, atingem o Governo e o PSD.

Recordando que não pode ser esquecido o imenso fardo de factos consumados, negativos compromissos e desastrosas decisões que 10 anos de gestão CDS/PSD na CML projectam sobre a gestão actual, a Comissão Política do PCP reafirma o profundo empenho do PCP, dos eleitos comunistas no processo de trabalho dinâmico e criativo para a solução dos problemas da cidade e da população de Lisboa.

A Comissão Política do PCP salienta que as decisões da Comissão Consultiva da Rádio (de composição, a vários títulos, extremamente governamentalizada) sobre a atribuição de frequências regionais (e que o Governo, segundo se diz, se prepara para confirmar e avalizar) traduzem a grave reedição do escândalo de sectarismo e favoritismo em relação a interesses e candidaturas próximas do PSD e do Governo que já se tinha verificado no primeiro processo de licenciamento de rádios locais.

A confirmação pelo Governo das chocantes opções feitas pela Comissão Consultiva da Rádio representarão um novo passo numa escalada de controlo de importantes meios de comunicação social pelo PSD e pelos grupos que dão maiores garantias de prestarem maiores serviços à pré-campanha e campanha eleitoral do Governo e do PSD.

A Comissão Política do PCP chama a atenção para a orientação simultaneamente de propaganda governamental e de artificial «bipolarização» da vida política que marca designadamente os serviços noticiosos da RTP e para a evidência de que o patente desinteresse da RTP pela realização de debates interpartidários corresponde ao estrito interesse do PSD.

Neste sentido, a Comissão Política do PCP lança a reclamação pública da regular promoção pela RTP de debates com a participação dos principais partidos representados na AR sobre os principais problemas e grandes questões da vida nacional, o que corresponde simultaneamente ao interesse da opinião pública, às exigências do actual momento político e ao imperativo do respeito pelo pluralismo e do fortalecimento concreto da vida democrática do País.

Parlamento Europeu

# Tribunal Internacional julga crimes de Pinochet

René Piquet e Carlos Carvalhas, respectivamente presidente e vice-presidente do Grupo Coligação de Esquerda no Parlamento Europeu, subscreveram um apelo de apoio à realização, no próximo mês de Novembro, de um Tribunal Internacional encarregado de julgar os crimes da ditadura chilena. A iniciativa, que terá lugar na sede do PE em Bruxelas, não pretende, como afirmam os seus promotores, «substituir-se à justiça chilena», antes representando um apoio à luta do povo do Chile na defesa da sua dignidade e um importante contributo à causa dos direitos humanos. A instalação do tribunal ocorreu no passado dia 26, data que constitui um símbolo para o Chile por ser o do aniversário do nascimento de Salvador Allende, uma das primeiras vítimas da ditadura de Pinochet.

No documento que divulga a iniciativa salienta-se que a memória das vítimas da ditadura será honrada quando efectivamente se esclareça a verdade e se faça justiça, impedindo desta forma a impunidade dos crimes cometidos pelo regime militar.

A impunidade, afirma-se, constitui um sério obstáculo ao efectivo exercício dos direitos humanos e do povo chileno, pois deixa sem castigo os culpados pelos crimes de *Lesão à Humanidade* uma vez que atenta não apenas contra a pessoa mas ofende também a consciência da humanidade, pelo que esta tem o direito de se pronunciar e julgar contra as violações e atentados à vida, à integridade e dignidade humanas.

Por isso mesmo, sublinha-se, *o Direito Internacional foi estabelecendo que tais crimes não podem beneficiar de amnistia, nem prescrição, nem caducidade: pelo que os culpados devem poder ser extraditados ainda que não existam tratados de extradição, ou ser julgados no país em que se encontrem. E também que não só se castigue o autor directo dos crimes, mas também os autores indirectos, os cúmplices, os instigadores, os que não actuaram para impedir o crime, faltando ao seu dever, e os que o encobriram.*

Só assim, defendem os promotores da iniciativa, a humanidade pode de algum modo de-

fender-se de crimes que destroem as possibilidades de convivência civilizada.

O mesmo documento recorda que desde o julgamento de Nuremberga a comunidade internacional conseguiu dotar-se dos instrumentos jurídicos que

É neste contexto que se orienta o Tribunal Internacional para julgamento do regime militar chileno. Um tribunal do mesmo género dos Tribunais Internacionais que se iniciaram com o Tribunal de Nuremberga, criado pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial para julgar os criminosos de guerra nazis; um Tribunal idêntico aos Tribunais de Opinião, que não recebem a sua investidura de nenhum poder estatal, mas sim da consciência ética da humanidade, representada por personalidades destacadas do mundo da ciência, da arte, da religião, da política.

De acordo com o documento que o institui, o Tribunal Internacional para julgamento do regime militar chileno baseia-se nos princípios do direito internacional e, dadas as suas características, as suas sentenças

tucionalizado; na legitimização fundamentada de aspirações universais partilhadas pela maioria dos seres humanos; na contribuição que dá à evolução do Direito Internacional; no apoio moral às vítimas de crimes internacionais; na sanção moral e legitimização dos criminosos, sejam eles pessoas, instituições ou o Estado.

Os promotores desta importante iniciativa propõem-se enviar as sentenças do Tribunal Internacional às principais instâncias internacionais, em particular às Nações Unidas e esperam que elas ajudem, em primeiro lugar, à tomada de consciência pelo povo chileno dos seus direitos e ao diagnóstico das situações inumanas que o afectam, à luz dos princípios jurídicos internacionais. De for-



Os crimes da ditadura militar chilena vão ser julgados num Tribunal Internacional cuja primeira sessão será em Novembro, na sede do Parlamento Europeu em Bruxelas

permitem reprimir este tipo de crimes, consagrando a sua imprescritibilidade e a jurisdição universal, princípios até agora de facto inexistentes na América Latina e em particular no Chile, apesar das Nações Unidas os terem adoptado em 11 de Dezembro de 1946.

não terão um efeito imediato e directo para corrigir ou alterar as situações em apreço, pois não se trata de um tribunal de carácter interestatal. A sua força e a sua eficácia manifestar-se-á de outro modo: na resposta racional que oferece aos

que se opõem ao crime institucionalizado e a que as sentenças se convertam em bandeiras de luta contra os criminosos, não porque o Tribunal Internacional se pretenda substituir à justiça chilena mas, pelo contrário, porque visa colaborar com ela para que a verdade seja conhecida e a justiça cumprida no Chile.

## Kutlu e Sargin proibidos de sair da Turquia

O Grupo Coligação de Esquerda pediu a intervenção do Presidente do Parlamento Europeu, Baron Crespo, e dos co-presidentes da comissão mista CEE-Turquia, Alman Metten e Bulent Akarcali, para intercederem junto das autoridades turcas em favor dos dirigentes do Partido Comunista Unificado da Turquia, Haydar Kutlu e Nihat Sargin, actualmente impedidos de sair do país.

Recentemente libertados das prisões turcas, Kutlu e Sargin aceitaram o convite que lhes foi feito pela Coligação de Esquerda para se deslocarem a Estrasburgo durante uma das sessões plenárias do Parlamento Europeu; no entanto, as autoridades turcas impediram-nos de sair do país, o que não pode deixar de ser interpretado como uma forma de «liberdade condicionada».

Para o Grupo Coligação de Esquerda, a visita dos dirigentes do PCUT poderia ser

um importante contributo para os trabalhos da comissão mista CEE-Turquia, já que teriam ocasião para teste-munhar sobre as condições da sua prisão durante mais de dois anos e meio, bem como manifestar os seus pontos de vista sobre a evolução da democracia na Turquia. Ao impedi-los de sair do país, as autoridades turcas dão uma imagem do regime nada favorável à sua pretensão de vir a aderir à Comunidade.

Nas cartas enviadas a pedir a intervenção da comissão mista CEE-Turquia e da presidência do Parlamento Europeu, os representantes do Grupo Coligação de Esquerda sublinham a importância da visita dos dirigentes do PCUT a Estrasburgo, designadamente no que se refere à informação que poderão prestar sobre a situação dos direitos do homem na Turquia e ao seu contributo para o restabelecimento desses direitos.

## Reformas no PE

O Bureau alargado do Parlamento Europeu vai apreciar hoje as propostas do secretário-geral para melhorar o funcionamento do plenário, actualmente sobrecarregado de relatórios e votações. Em debate está a possibilidade de criação de uma «grande comissão» ou de uma «comissão ad hoc» aberta a todos os deputados, que funcionaria como um órgão de controlo político da Comissão de Bruxelas e reuniria naquela cidade, sem proceder a quaisquer votações e com uma ordem de trabalhos fixada pelo Bureau alargado; propõe-se igualmente o recurso, com mais frequência, à delegação de voto nas comissões parlamentares (aplicação do artigo 37 do regulamento), com a possibilidade de tal ser vetado por um terço dos membros presentes. Neste âmbito há propostas para que o referido artigo seja aplicado sobretudo aos relatórios de iniciativa parlamentar, ou seja, os relatórios mais «políticos». Outra das propostas visa limitar o direito de apresentar emendas a nível individual no plenário, mantendo-o todavia nas comissões; as emendas só poderiam ser apresentadas em

plenário por grupos políticos. Segundo o secretário-geral, estas propostas têm alguns riscos: a comissão «ad hoc» poderia, caso as suas competências não fossem rigorosamente limitadas, ser utilizadas para transferir actividades do PE para Bruxelas, em violação das resoluções votadas pelo plenário. Por outro lado, no que se refere à apresentação de emendas, chama-se a atenção para a necessidade de evitar a perda de direitos dos deputados nesta matéria. O mesmo alerta é feito no respeitante às declarações de voto, considerando-se que, na pior das hipóteses, seria de estabelecer um tempo mínimo de cinco minutos por grupo e por relatório. Finalmente, considera-se necessário repensar o horário das votações, de forma a aproveitar melhor o tempo para os debates mais importantes.

As propostas têm a vantagem, segundo o secretário-geral, de libertar a sessão plenária do PE dos relatórios mais técnicos, de manter as discussões politicamente mais importantes em plenário e de preservar os direitos individuais dos deputados.

## Dívida dos países ACP para com a Comunidade

O Grupo Coligação de Esquerda interrogou a Comissão sobre a eventual anulação da totalidade da dívida dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) para com a Comunidade, tendo em conta a grave situação económica em que se encontram e as insuficiências dos recentes acordos de Lomé IV.

Apresentada pelo eurodeputado Wurtz, em nome do Grupo, a pergunta à Comissão assenta na constatação de que a maioria dos países ACP atravessa uma situação económica e social grave que torna «o fardo da dívida intolerável e líquida todos os esforços de desenvolvimento». Como se faz notar, os países ACP interpelaram várias vezes a Comunidade sobre a questão da dívida no decorrer das negociações de Lomé IV mas, apesar de algumas disposições constantes na Convenção, a resposta da Comunidade continua a ser muito insatisfatória face às necessidades daqueles países.

Aquando da última reunião dos ministros ACP-CEE, em Fiji, recorda o deputado Wurtz, foi decidido voltar a analisar a questão da dívida no Parlamento Europeu; por outro lado, os embaixadores ACP interpelaram em Abril último os membros da comissão de desenvolvimento pedindo medidas concretas para a anulação da dívida. No entanto, até à data, nada se concretizou nesta matéria, pelo que o Grupo Coligação de Esquerda está interessado em saber se (e quando) a Comissão pensa propor ao Conselho medidas que respondam aos interesses dos países ACP.

## Discriminação

Um cidadão português terá sido discriminado no acesso a um posto de dactilógrafo dos serviços de tradução portugueses da Comissão das Comunidades, face aos resultados de um rastreio ao vírus da SIDA, que lhe terá sido feito sem o seu conhecimento, o ano passado. Esta acusação, que consta de um recurso interposto pelo mesmo cidadão contra a Comissão, junto ao Tribunal de Justiça, levou o eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, a solicitar àquele organismo comunitário informações rigorosas sobre o caso.

O cidadão português em causa interpôs entretanto um segundo recurso junto do Tribunal de Primeira Instância por quebra de sigilo e consequente violação do direito ao respeito pela sua vida privada. Por razões similares, também um cidadão alemão interpôs um recurso contra o Conselho das Comunidades.

Face a esta situação, Joaquim Miranda pediu informações detalhadas sobre a realização de testes de despitagem de anticorpos de Vírus de Imunodeficiência Humana (VIH) entre funcionários ou indivíduos que concorrem a postos nas instituições comunitárias, bem como sobre a aplicação nas mesmas instituições das conclusões do Conselho e dos Ministros da Saúde dos Estados-membros relativos à SIDA nos locais de trabalho.

## Fundo Social Europeu não financia despesas com instalações

Os serviços do Fundo Social Europeu (FSE) deixaram de considerar elegíveis as despesas com instalações destinadas às acções de formação profissional, tanto respeitantes ao arrendamento como a amortização de instalações. Tendo em conta as implicações de tal medida em países como Portugal, onde a formação profissional poderá ficar seriamente ameaçada dada a falta de dimensão e meios das entidades que promovem acções cofinanciadas pelo FSE, o eurodeputado Barros Moura pediu esclarecimentos à Comissão sobre o fundamento jurídico e sobre a motivação da alteração das regras sobre despesas elegíveis, bem como sobre as possibilidades concretas de, em todo o caso, contemplar a situação específica do nosso país.

A resposta obtida está longe de ser satisfatória. Segundo o comissário Vasso Papandreou, foi decidido que aquela categoria de despesa fosse «unicamente elegível para apoios do Fundo Regional», pelo que «qualquer promotor que se candidate a apoios comunitários para a construção de um centro de formação deve contactar a organização responsável pela apreciação de programas operacionais» no âmbito de tal Fundo, «por forma a determinar a possibilidade de inclusão dessas despesas num programa adequado».

## Mercados financeiros

A instabilidade dos mercados financeiros, as recentes descidas das cotações bolsistas, com realce para a bolsa de Tóquio; as flutuações do iene, do dólar, da libra, a quebra da Drexel Burnham Lambert e as suas repercussões no First Booton e no American Express, Amex; os défices dos EUA, a economia de casino, a especulação financeira e cambial subtraindo milhões à esfera produtiva e a dívida do Terceiro Mundo, mostram que a evolução económica dos três pilares do mundo capitalista - EUA, Japão, Europa Ocidental-CEE - está assente em pés de barro. Quem o afirma é o eurodeputado e secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, que, tendo em conta aquela realidade, interrogou a Comissão para saber se ainda mantém as suas previsões optimistas quanto à evolução económica e financeira da CEE, bem como o que pensa da nova espiral da especulação política e cambial.

A resposta, dada pelo vice-presidente Christophersen, continua a ser de optimismo. Para aquele responsável, «a recente evolução dos mercados financeiros dentro da Comunidade não suscita quaisquer problemas». Segundo afirma, «a queda do iene constitui o único factor novo significativo que poderia vir a revelar-se negativo», mas mesmo assim a Comissão está confiante, esperando que «esta tendência possa ser travada através da cooperação internacional». Esperemos que sim.

## PCP Distrito de Beja

# À atenção do «Expresso»

O Secretariado da Comissão Distrital de Beja do PCP divulgou recentemente uma resposta a comentários de José Frota no semanário «Expresso», sobre o distrito de Beja. «A especulação em política, num jornal como o Expresso, ou noutro qualquer, é das piores formas de ortodoxia que se conhecem», referem os comunistas daquele distrito alentejano.

No âmbito do direito de resposta que nos assiste, com vista à reposição da verdade e a propósito do artigo do senhor José Frota, no «Expresso» de 9 de Junho, com comentários referentes ao distrito de Beja, algumas, breves, notas são avançadas por aquele organismo do PCP:

1 - Oportunamente a Comissão Distrital de Beja do PCP informou, publicamente, sobre a preparação do XIII Congresso no distrito, que decorreu de forma democrática, viva e fraternal. O resultado dos debates foi igualmente transmitido ao Congresso.

2 - As decisões do Congresso, assim como as reuniões do Comité Central que levaram à profunda reestruturação e renovação dos órgãos executivos do CC tiveram a aceitação e apoio das organizações e dos comunistas do distrito de Beja.

3 - Numa situação complexa e difícil como é a situação internacional e nacional, a actividade do Partido no distrito decorre num ambiente construtivo e de camaradagem, havendo lugar para que todos os militantes expressem os seus pontos de vista, se insiram e contribuam, de forma criativa, para a definição e aplicação da orientação geral do Partido.

4 - No fundamental, os membros do PCP no distrito estão unidos em torno dos grandes objectivos partidários, consubstanciados no Programa «Por uma democracia avançada no limiar do séc. XXI» e na resolução política saída do XIII Congresso (Extraordinário).

5 - O trabalho do PCP em áreas tão importantes como o Poder Local, Assembleia da República, sindical, entre outras, afirma-se no distrito de Beja, como em todo o Alentejo, pela obra construtiva e democrática que estamos a realizar e, nem essa obra, nem os militantes que mais directamente nela trabalham no PCP, serão diminuídos por rótulos, chavões e especulações do senhor José Frota e do «Expresso».

6 - O Presidente da Câmara Municipal de Beja fez já sair uma nota de imprensa desmentindo a insinuação do «Expresso» acerca da sua eventual demissão da Câmara. Na nota afirma a sua disposição de cumprir o mandato até ao fim.

7 - Quer as relações pessoais, quer as relações políticas, entre o responsável partidário pelo distrito de Beja e o camarada presidente da Câmara Municipal de Beja, são perfeitamente normais, assentes no respeito mútuo, na liberdade de expressarem

livremente os seus pontos de vista, como todos os outros militantes do Partido, tendo por base uma causa justa e humana pela qual, ambos, como homens e como militantes do PCP, continuam a trabalhar e a lutar.

8 - Não é verdade que «a maioria dos comunistas bejenses» nem sequer os comunistas bejenses, venham «criticando a direcção do Partido e o respectivo Grupo Parlamentar» ou qualquer dos seus membros, pela substituição do nosso prezado amigo Luís Bartolomeu, no Grupo Parlamentar do PCP. Tal substituição decorreu de forma normal e Luís Bartolomeu é hoje vereador a tempo inteiro na Câmara Municipal de Aljustrel, continuando a trabalhar conosco, comunistas, com o mesmo entusiasmo e frontalidade que o caracterizam.

### Quem provoca as dificuldades que o povo alentejano vive?

Certa direita portuguesa, ainda não conformada com os ditames da democracia, que não ajudou a conquistar nem a construir, continua a viver obcecada e a não compreender o porquê da estreita ligação do PCP ao povo do Alentejo.

A política agrícola do PSD, no Alentejo, pouco mais tem sido, ao longo de anos e anos, do que uma cruzada contra os trabalhadores e pequenos agricultores, contra os interesses da juventude, das mulheres, dos reformados, com vista a varrer a influência do PCP.

Tal cruzada, como acabámos de ver, é apoiada por certa Imprensa.

Grandes dificuldades no Alentejo existem, de carácter económico, social e mesmo ambiental.

É conhecido o desastre da política do PSD nesta vasta região do País e o crescente descontentamento que, tudo indica, irá desembocar numa significativa derrota do PSD nas eleições legislativas de 1991 e no seu afastamento do Governo.

É assim lamentável a falta de objectividade e de seriedade do senhor José Frota e do «Expresso» e o abuso com que usufruem da liberdade que conquistámos e defendemos.

Estamos sempre ao dispor de todos os trabalhadores da Comunicação Social para com eles tratar, com frontalidade, verdade e cordialidade, os temas e questões que entendam de interesse para o seu importante trabalho, conclui a resposta do Secretariado da Comissão Distrital de Beja do PCP.

## ALGARVE Plano de iniciativas até Dezembro

• Especial atenção aos trabalhos preparatórios da Assembleia da Organização Regional

Iniciativas no campo da organização, juventude, autarquias, campanha dos 150 mil, Festa do «Avante!», fundos e de outras frentes de trabalho foram aprovadas há dias pelo plenário da Direcção Regional do Algarve (DORAL) do PCP.

Reunido em Faro, aquele órgão de direcção definiu um audacioso plano de iniciativas até Dezembro deste ano, salientando a necessidade de levar à prática as conclusões do XIII Congresso (Ext.) do Partido, «tendo em conta o conteúdo da Resolução Política» e atendendo também «às prioridades já anteriormente definidas».

Assim, os comunistas do Algarve vão dar especial atenção, nos próximos meses, à preparação da Assembleia da Organização Regional (agendada para 9 de Dezembro) e ao desenvolvimento da acção política e do acompanhamento e direcção das acções de massas contra a política do Governo Cavaco.

Essas questões não podem, naturalmente, estar desligadas da perspectiva dos próximos actos eleitorais de 1991, «com particular destaque para as futuras

eleições para a Assembleia da República».

### Melhorar a intervenção

A realização da Assembleia Regional deve constituir uma das grandes prioridades da nossa actividade de cuja preparação tem de estar associada à realização de outras assembleias concelhias, visando lançar linhas de trabalho que permitam resolver problemas de estruturação e militância da organização, de clarificação de efectivos, da situação financeira, da composição dos organismos de direcção, no sentido de assegurar uma maior descentralização de responsabilidades e de molde a incentivar, a iniciativa política de cada organização e a aprofundar a sua ligação aos problemas das populações, referem as conclusões do plenário da DORAL.

Dadas as profundas diferenças existentes entre as diversas organizações concelhias (diferenças de efectivos, de implantação real, de grau de organização, de número e qualidade dos quadros) é no âmbito de cada concelho e de acordo com a realidade dos problemas existentes que cada organização concelhia tem de encontrar não só as respostas necessárias como estabelecer a ordem de prioridades dos diversos problemas e deficiências a atacar e solucionar, acrescenta a DORAL, que conclui afirmando: Por outro lado, a resolução dos problemas organizativos deve ter como objectivo a dinamização da actividade e intervenção política de cada organização. Neste sentido a preparação da Assembleia Regional da Organização deve ser antecedida de um conjunto de iniciativas políticas de modo a projectar a acção do Partido para o exterior, a melhorar a sua intervenção regional, a acompanhar e dirigir melhor as lutas e todas as acções reivindicativas.

## Carlos Carvalhas na Damaia: O eleitoralismo não apaga a corrupção

«O grande critério das decisões governamentais não é o bem-estar dos portugueses ou a solução dos problemas nacionais mas a venda de ilusões, a tentativa de criar uma floresta de enganos a respeito da sua verdadeira política, a subordinação a mesquinhos cálculos eleitoralistas» — afirmou Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, ao intervir no comício de encerramento da festa popular promovida na Damaia pela Comissão Concelhia do PCP da Amadora, no passado sábado.

«É por isso — acrescentou Carlos Carvalhas — que o Governo inaugurou a época das inaugurações inauguradas, que o Primeiro-Ministro se desmultiplica na ingente tarefa de cortar fitas, que os membros do Governo calcoreiam o País distribuindo sorrisos, promessas e algumas concessões, muitas vezes tiradas dos «sacos azuis» à custa do Orçamento de Estado».

O secretário-geral adjunto do PCP alertou, entretanto, para que «este frenesim eleitoralista não apaga a corrupção, as negociações privadas à custa dos dinheiros públicos, o criminoso leilão de empresas públicas, a acentuação das desigualdades sociais, o aumento do número dos que se vêem excluídos do acesso a uma habitação condigna, ao ensino e à cultura, à fru-

ção tranquila dos tempos livres, a um nível de vida digno».

Carlos Carvalhas salientou que «apesar da favorável conjuntura externa, aumenta o trabalho precário, os ganhos de produtividade beneficiam fundamentalmente os lucros, continuando a degradar-se a participação dos sa-

lhas criticou vivamente a recente decisão do Conselho de Ministros de liberalizar totalmente a importação de produtos agrícolas, com a qual «o Governo de Cavaco Silva pretende fazer pagar aos agricultores os erros da sua própria política».

O secretário-geral adjunto do PCP afirmou também que



lários no rendimento nacional, e a inflação regista novo impulso atingindo os 12,8%, correndo seriamente os rendimentos fixos e os salários».

### Não ao egoísmo

O secretário-geral adjunto do PCP sublinhou que, face a esta desastrosa política que simultaneamente «procura reduzir o ser humano ao individualismo e ao egoísmo, e que tem como orientação programática as ideias do «salve-se quem puder», e que aposta na resignação e no conformismo, é preciso despertar as consciências, ampliar os nós de resistência, propagar e relembrar as exigências e os valores da solidariedade, continuar a impulsionar a luta porquê só a luta compensa. Continuam a não faltar importantes exemplos de que vale a pena lutar».

Carlos Carvalhas destacou, nesse contexto, a grande importância da jornada de luta do movimento sindical unitário em torno da reclamação de Joaquim Miranda:

- Dia 3 de Julho 11.00 h — Encontro com a Câmara Municipal de Ilhavo

- Dia 4 de Julho 14.00 h — Encontro com a Câmara Municipal de Aveiro

- Dia 5 de Julho 16.30 h — Encontro com o Departamento de Ambiente da Universidade de Aveiro

- Dia 6 de Julho 18.30 h — Encontro com uma associação de defesa do património natural (ADERAV)

- Dia 7 de Julho 21.00 h — Entrevista à Rádio Local de Ilhavo

- Dia 8 de Julho 9.00 h — Entrevista à Rádio Local de Aveiro

- Dia 9 de Julho 14.30 h — Encontro com o Gabinete da Ria de Aveiro

- Dia 10 de Julho 17.00 h — Conferência de imprensa.

António Mota, Octávio Teixeira e Rogério de Brito, deputados comunistas e participantes nas recentes Jornadas Legislativas do PCP em Trás-os-Montes, apresentaram dois requerimentos no hemicórculo de São Bento:

não será esta medida que alterará a inacessibilidade actual de largos estratos da população a produtos agrícolas muito necessários à vida das famílias (como a fruta) e que se vai, isso sim, traduzir em acentuar da perda de rendimentos dos agricultores, vai frustrar as expectativas de quantos investem, inclusive com apoios da CEE, e vai conduzir a um novo e significativo agravamento da balança agro-alimentar e por esta via do défice da balança comercial».

O secretário-geral adjunto do PCP salientou que a situação nacional «o PCP é simultaneamente um grande partidário com propostas e soluções para o corajoso enfrentamento dos grandes problemas do povo e do País» e que o PCP «é um partido confirmadamente necessário e insubstituível tanto para o combate contra a política de direita e o seu Governo como para tornar viável e concreta a perspectiva de uma nova política e de uma alternativa democrática ao Governo PSD/Cavaco Silva».

## Há quem não esqueça Cerva e Ribeira de Pena...

O esquecido concelho de Ribeira de Pena, a abandoneda Vila de Cerva e os seus problemas foram lembrados na Assembleia da República por iniciativa do PCP.

1 — A Câmara Municipal de Ribeira de Pena, indagando sobre se está para breve ou não a construção da estrada que vai de Torrão à Portela de Cabriz, aprovada na Assembleia Municipal há cerca de 2 anos.

## A situação do Ensino e a política de Roberto Carneiro Professores comunistas têm uma palavra a dizer

A Direcção da Organização de Professores do Porto do PCP tem vindo a analisar a situação do ensino em Portugal e a política do Governo no domínio da Educação, sector chave do progresso e transformação do País.

Neste momento decisivo para o sistema de ensino em geral e para os professores em particular, não só pela recente publicação do Estatuto da Carreira Docente (muito longe de responder às necessidades de dignificação da função docente), mas também pela tão apregoada Reforma do Sistema Educativo, os professores comunistas não podem deixar de denunciar as intenções pseudo-reformadoras elitistas e centralizadoras do Governo, camufladas em discursos demagógicos e pretensamente apologistas da autonomia responsável das escolas.

Exemplo disso é a proposta do Ministro da Educação de alteração do actual modelo de gestão, sem dele ter sido feita a necessária avaliação e a sua substituição por outro que permita rentabilizar a escola em termos administrativos, relegando para segundo plano a sua função pedagógica.

A escola, em vez de ser um local privilegiado na formação dos jovens, motor de desenvolvimento e de oferta de igual oportunidade para todos, passará a estar dependente de um qualquer «mecenas», oferecendo mais ou menos, na exacta proporção do mais ou menos que o meio em que está inserida tenha ou esteja interessado em lhe oferecer.

Para mais facilmente levar à prática os seus intentos o ME pretende acabar com o carácter democrático da gestão escolar e impor princípios autocráticos de gestão, consubstanciados num «Direc-

tor», «Reitor», ou «Secretário-Geral», violando o que está consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo e retirando aos professores a capacidade de intervenção e direcção das escolas.

Os professores comunistas conscientes da gravidade da situação e dos perigos que corre a gestão democrática das escolas, exigem que no novo modelo de gestão que venha a ser aprovado se mantenha o primeiro dos critérios de natureza pedagógica sobre os de natureza administrativa, que os professores sejam os principais intervenientes e responsáveis da direcção das escolas, em íntima ligação com os pais, alunos, pessoal não docente e comunidade envolvente, cabendo ao Governo criar condições para o eficaz funcionamento das várias estruturas.

Os professores comunistas reafirmam a sua disposição de lutar por estes

princípios, denunciando toda e qualquer intenção do Governo que vise subvertê-los.

### Governo põe em causa abertura do próximo ano lectivo

A circular 13/90 do Ministério da Educação (gabinete de gestão financeira) recentemente chegada às escolas, dando cumprimento a uma decisão do Conselho de Ministros de congelar em 20% as respectivas dotações orçamentais, coloca gravíssimos problemas ao funcionamento das escolas e, a não ser anulada, compromete desde já a abertura do próximo ano lectivo.

Sendo como é conhecida a grande escassez de meios com que as escolas se confrontam e a limitação das verbas dos seus orçamentos, esta decisão apenas se pode entender no quadro de uma orientação política do Governo de total desvalorização e degradação do ensino público, em contraste com o apoio desmedido e escandaloso ao ensino privado.

Tal orientação, que claramente surge hoje como o eixo central da política educativa do Governo e de Roberto Carneiro, conta e contará com a firme oposição dos professores, dos alunos e das suas famílias, que saberão defender a escola pública e o direito à educação e ao ensino para todas as crianças e jovens deste País (ver também em Foco).

## Alijó alerta Vão diminuir o benefício para o «vinho do Porto»?

Começam a correr rumores que este ano vão diminuir o benefício para o vinho generoso — denominado Vinho do Porto. O PCP considera que a concretizar-se tal ameaça seria inconcebível e contrária aos interesses dos produtores e da região, sublinha a Comissão de Alijó do PCP.

No ano passado, em que a colheita não foi boa, houve um aumento de benefício de 5000 pipas. Este ano, para já, há boas perspectivas de colheita, referem os comunistas daquele concelho transmontano.

Se diminuírem o benefício quem vai lucrar são as casas exportadoras que irão comprar bons vinhos por baixos preços. Esta situação é ainda agravada pela trágica produção vinícola de 1988 da qual muitos dos vincultores ainda não se refizeram

economicamente, observam s comunistas de Alijó, que avançam uma pergunta:

• No próximo ano há eleições (para a Assembleia da República e para a Presidência da República); diminuam este ano o benefício, para o aumentar no próximo ano, em vésperas de eleições?

O truque já é velho e não tem nada a ver com os interesses da lavoura, só serve quem está no Governo.

A Comissão Concelhia de Alijó do Partido Comunista Português considera que este assunto deve ser prontamente esclarecido pela Casa do Douro, e que todos os vincultores do Douro, não devem permitir este tipo de manobras do Instituto do Vinho do Porto, multinacionais e casas exportadoras.

para movimentar os moinhos e servir os campos de rega.

Como até à data nada disto aconteceu as populações sentem-se prejudicadas e ludibriadas, responsabilizando a empresa e as Câmaras Municipais envolvidas no projecto pelos prejuízos causados, sublinha a Comissão Concelhia de Ribeira de Pena do PCP, que acrescenta:

«Estas iniciativas do Partido Comunista Português, através do seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República, em prol dos interesses das populações de Cerva e Ribeira de Pena, são também, o cumprimento dos compromissos assumidos perante as populações no decorrer de uma sessão pública, com centenas de participantes, durante as recentes Jornadas Legislativas.»

## Trabalhadores

# Luta pelas 40 horas desencadeia forte adesão

Prossegue hoje e termina amanhã a iniciativa denominada semana de luta pelas 40 horas, que decorre desde segunda-feira sob coordenação da CGTP-IN. Pela informação entretanto recolhida, embora frágil, pode-se afirmar que a semana levou a uma assinalável convergência de lutas já em curso e proporcionou boa adesão em empresas como os CTT, Torralta, Unicervi (Palmeira) e nos sectores têxtil, metalurgia, metalomecânica e minas, onde em muitas empresas destes últimos sectores já foram alcançados, através da luta, os máximos dos horários sema-

nais agora reivindicados a nível nacional.

Entretanto, as reivindicações atingem também as 36 horas. Nos hospitais, por exemplo, os trabalhadores do apoio geral, motoristas e operários entrarão em greve de uma hora por turnos dias 2, 3, 4, 5 e 6 de Julho próximo. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, o secretário de Estado adjunto no ministro da Saúde «adiou inexplicavelmente as negociações para a redução dos seus horários de trabalho para as 36 horas semanais».

O mesmo sindicato acusa o secretário de Estado, Albi-

no Aroso, de má-fé neste caso, pois os trabalhadores tinham suspendido uma greve em Abril passado por o ministro da Saúde ter proposto nessa altura o diálogo sistematicamente adiado desde então.

As paralisações entre 25 e 29 do corrente efectua-se sobretudo no último período de trabalho que exceda as oito horas diárias. Isto de um modo geral. Na metalurgia e metalomecânica, por exemplo, além dessa paralisação diária, os trabalhadores decidiram parar «todo o tempo que exceda as 40 horas semanais, no último período de trabalho do dia 29».

A semana de luta pelas 40 horas abrange todo o País.

Entretanto a greve na Unicervi, empresa distribuidora de cervejas e refrigerantes para o distrito de Setúbal, obrigava o patronato a agir. Anteontem, 26, os patrões marcavam uma reunião para o dia seguinte e solicitavam a intervenção do Ministério do Emprego e Segurança Social. As principais reivindicações na Unicervi, que emprega 350 trabalhadores, têm a ver com aumentos salariais de 15,5 por cento e do subsídio de refeição, que deve passar para 750 escudos. O sindicato mais representativo na empresa (CES-

Adiamento inexplicável das negociações, que o sindicato considera má fé do Ministério, leva a paralisação nos hospitais

Sul) afirmava anteontem, segundo dia de greve, que a adesão se mantinha elevada, na ordem dos 80 por cento.

Adesão ainda superior (cerca de 98 por cento) registava a greve na Torralta. De acordo com a comissão exe-

cutiva do CN da Feshot (Federação sindical da hotelaria), a paralisação de 24 horas (dias 25 e 26) destina-se a impedir o encerramento dos serviços centrais da empresa em Lisboa, que põe em causa «cerca de cem postos de trabalho».

## Abrangendo apenas o «regime geral»

# Greve na Administração pôs centenas de serviços «a meio gás»

Embora abrangesse apenas os trabalhadores da Administração Central, que no total não vão além de 200 mil, a greve de 24 horas na passada sexta-feira fez-se sentir «em centenas de serviços públicos», afirma a Federação do sector (FNSFP), cujo balanço feito no próprio dia da greve conclui que «mais de 100 mil» trabalhadores (adesão da ordem dos 60 por cento) não tinham trabalhado nesse dia.

A paralisação teve por objectivo demonstrar principalmente ao Governo que os TFPs não aceitam as propostas do Executivo quanto ao descongelamento dos escalões, nem tão-pouco a «intransigência» que a Federa-

ção e os sindicatos vêem no Governo quanto à actualização salarial para este ano.

Em causa está também, como é sabido, a revalorização das carreiras, não abrangendo médicos, enfermeiros, professores, magistrados, funcionários da Justiça e outras carreiras especiais, mas apenas os do chamado «regime geral».

No fundo, o que os sindicatos pretendem é negociar com o Governo reivindicações realistas e anseios perfeitamente legítimos da parte de centenas de milhares de trabalhadores.

O mesmo sucedeu com a Administração Local, segunda-feira passada. Recorde-se que tanto uns como outros

Autarquias pararam segunda-feira.

Na Secretaria de Estado do Tesouro foram anunciados dois dias de greve

se contam entre os trabalhadores mais mal pagos da Função Pública.

Segundo a FNSFP, é fundamental que o Governo «repense», depois destas greves, «a sua recusa em negociar em 1990 uma actualização dos salários».

Destaca a mesma Federação sindical, bem como outras organizações incluindo o STAL, que os salários «estão neste momento aos níveis

reais de Janeiro de 1989». E isso devido aos «baixos aumentos» salariais verificados e às elevadas taxas de inflação.

Sabia-se entretanto que os trabalhadores da Secretaria de Estado do Tesouro, aos quais não tem sido aplicado o novo sistema retributivo, se recusarão a trabalhar hoje, 29, o mesmo prevendo o Sindicato (STFPSA) para ontem, 28 do corrente.

## 100 contos por denúncia

O secretariado da célula do PCP na Gefa, empresa de confecções em Alhos Vedros, com mais de 800 trabalhadores, tornou pública anteontem uma nota de imprensa, «condenando o clima de repressão e de abuso da legalidade democrática» que se verifica naquela empresa onde os patrões, depois de oferecerem sem qualquer êxito a importância de 100 contos a quem denunciasse «possíveis roubos» no local de trabalho, passaram a revistar as trabalhadoras na portaria. O secretariado da célula afirma que a resposta a «esta nova forma de intimidação e humilhação» foi a decisão unânime e imediata de se oporem a essa medida. As trabalhadoras não se deixaram revistar, demonstrando desse modo «determinação na defesa dos seus direitos, como trabalhadoras e como mulheres».

## Aniversário na Covina

Iniciam-se em 30 do corrente e prolongam-se pelo mês de Julho as comemorações do 15.º aniversário da nacionalização da Covina e a homenagem aos trabalhadores com 25 e 35 anos de serviço.

As comemorações são da iniciativa da comissão de trabalhadores (CT) que, em comunicado de 18 do corrente, convidava todas as organizações representativas do pessoal «a associarem-se nas múltiplas tarefas» a realizar.

Além de convívios e outras festas, as comemorações incluem provas desportivas e actividades culturais.

## Formação na CGTP

Um protocolo de cooperação no âmbito profissional foi assinado quinta-feira passada pela CGTP e pela Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS). O documento prevê a criação de dois pólos da Escola Profissional da CGTP-IN em Setúbal e no Barreiro. Com sede em Lisboa, a Escola terá também pólos em Beja, Porto e Penafiel, para o que serão assinados protocolos idênticos com as perspectivas autárquicas.

Segundo o departamento de informação da Central, a AMDS «deverá facultar as instalações necessárias ao funcionamento da Escola Profissional». Pelo seu lado,

a CGTP comprometeu-se a apresentar no Gabinete de Educação Artística e Profissional do Ministério da Educação «os processos de candidatura com todos os elementos exigíveis».

O protocolo assinado quinta-feira proporcionará a ambas as entidades a elaboração de programas curriculares, o recrutamento de formadores e formandos, a organização de visitas de estudo, seminários e estágios e no «estudo de saídas profissionais através de contactos com os agentes económicos de região» de Setúbal, assinala o departamento de informação da Central.

Para a mesma região,



acrescenta o DIF, «o departamento de formação profissional da CGTP-IN propõe um curso técnico de desenvolvimento sociocultural em Setúbal e um curso técnico de higiene, segurança e ambiente do trabalho no Barreiro».

A União dos Sindicatos do Distrito de Évora anunciava, entretanto que, a partir de Outubro, efectuará cursos de formação profissional nas áreas da hotelaria, turismo e serviços, em colaboração com o departamento de formação profissional da CGTP e com o apoio da AMDE (Associação dos Municípios do Distrito de Évora).

## Depois da greve na Enatur Intervenção junto do Governo Mantém-se a possibilidade do recurso a nova paralisação

Depois da greve com boa adesão na Enatur, os trabalhadores não põem de parte a possibilidade de uma nova paralisação ou de outras formas de luta pela revisão dos salários, a diminuição dos horários de trabalho para um máximo de 40 horas semanais e a atribuição de dois dias de descanso semanal para todo o pessoal da empresa.

Segundo a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal (Feshot), a luta nos dias 15 e 16 teve «uma grande adesão centrada num número significativo de estabelecimentos».

No seguimento da greve, os trabalhadores deslocam-

se amanhã, 29, da parte da tarde, à Secretaria de Estado do Turismo e às instalações do conselho de administração, com vista a solucionar os seus problemas sem terem de recorrer novamente à greve.

A Feshot destaca acerca da greve de 15 e 16 a «adesão maciça no Norte», onde nenhum estabelecimento serviu

refeições». No Centro, a Federação sublinha a adesão na Pousada Santa Bárbara e na Mestre Afonso Domingues. No Sul, realça os casos do restaurante Cozinha Velha, Pousada Santa Luzia, Bar Caia e as Pousadas Santa Maria e São Pedro. No Algarve, a adesão mais significativa registou-se na Pousada de S. Brás.

## Livro em Viseu

O Sindicato dos Professores da Região Centro promove, em Viseu até 8 de Julho próximo, uma feira do livro. O executivo daquele sindicato filiado na Fenprof acrescenta que estarão à venda, com descontos até 40 por cento, obras publicadas por «uma vintena de editoras». A «Festa/Feira do Livro/90» está instalada no Rossio em Viseu, funcionando de tarde e à noite.

## CGTP condena lei de destruição da Reforma Agrária

A CGTP/IN, em nota distribuída na terça-feira, pronuncia-se contra a proposta de lei n.º 146/V, afirmando nomeadamente:

O clausulado da Proposta de Lei n.º 146/V apresentada pelo Governo na Assembleia da República com o propósito declarado de extinguir a Reforma Agrária, através da alteração da actual Lei de Bases, significa autenticamente uma machadada na Constituição da República. Essa proposta de lei é, na sua essência, anti-constitucional porque visa a reconstituição dos latifúndios, e não a sua eliminação, e pretende impedir que os trabalhadores sejam ouvidos e possam ver reparados os seus direitos em tribunal.

A aprovação da proposta de lei que está a ser discutida na Assembleia da República representaria, além disso, a alteração das fronteiras existentes entre os três sectores de propriedade dos meios de produção previstos pelo artigo 82.º da Constituição da República.

A proposta de lei n.º 146/V, a ser votada favoravelmente pela AR, ficaria a constituir um perigoso instrumento da política agrícola que vem sendo seguida e que tem levado a região de intervenção da reforma agrária a uma situação de despovoamento progressivo do mundo rural, à intensificação das situações de desemprego e de precariedade no emprego e ao enfraquecimento das estruturas produtivas agrícolas.

A CGTP-IN apela, por isso, aos grupos parlamentares com assento na AR para que impeçam a aprovação da proposta de lei, reafirma a sua solidariedade para com os trabalhadores deste importante sector da agricultura portuguesa e a sua certeza de que o espírito que presidiu à constituição da Reforma Agrária se manterá vivo, apesar das «machadadas legais» que contra essa conquista de Abril estão a ser desferidas.

## CEE

### Cimeira de Dublin

# Tudo como dantes até Dezembro

A cimeira de Dublin, que reuniu nos dias 25 e 26 os chefes de Estado e de governo da Comunidade, saldou-se por um resultado que está longe de corresponder às expectativas criadas. A marcação de duas conferências intergovernamentais para 13 e 14 de Dezembro, em Roma, para tratar respectivamente da União Económica e Monetária e da União Política, não acrescenta qualquer dado novo, significativo, à situação. Dir-se-ia que, incapazes de ultrapassar as divergências sobre a matéria, os Doze preferiram uma vez mais protelar o debate, concentrando os seus esforços na definição de uma estratégia comum para a sua

política externa, neste caso virada para as posições a tomar em relação à União Soviética e à África do Sul.

No primeiro caso, os Doze optaram por corresponder ao apelo dos EUA para que a Comunidade não tomasse nenhuma acção concreta de apoio à URSS, o que satisfaz o governo britânico e contrariou a RFA e a França; como de costume quando não conseguem chegar a acordo, os Doze mandaram a Comissão para preparar estudos sobre eventuais ajudas de apoio a reformas estruturais. No segundo caso, decidiu-se manifestar a solidariedade a De Klerk e a Nelson Mandela, mas mantendo as sanções à África do Sul «de forma a in-

centivar as mudanças profundas e irreversíveis» para acabar com o *apartheid*.

O que ressalta desta reunião, no respeitante à candente questão das uniões europeias, é a profunda indefinição. Se por um lado o processo da união económica e monetária está definido e a avançar como o previsto (livre circulação de capitais, paridade fixa das moedas, sistema europeu de bancos centrais, moeda única), o mesmo não se pode dizer em relação à união política, cujo significado não é o mesmo para todos os parceiros (uns a defenderem a federação ou a confederação, outros a pensar apenas em políticas

comuns em determinadas áreas). O que vem comprovar as afirmações do deputado comunista Octávio Teixeira, da semana passada na Assembleia da República, ao dizer que **embora muitos falem da união política, parece que ninguém fala do mesmo conceito e muitos, quando dele falam, parece não terem subjacente qualquer conteúdo definido**. Foi no debate promovido à pressa pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre o aprofundamento da integração comunitária, sem preparação prévia nas comissões especializadas, que o «Avante!» tratará desenvolvendo no próximo número.

Até ao momento, os portugueses continuam a não saber quais as posições defendidas por Cavaco Silva na cimeira de Dublin, nesta matéria, para além do seu já clássico alinhamento pelas posições de Margaret Thatcher, que o «Financial Times» explicava como fruto da formação britânica do primeiro-ministro. De concreto, sabe-se que Cavaco Silva afirmou que «somos europeístas mas não somos ingénuos, e defendemos acima de tudo os interesses portugueses». Esperemos que o primeiro-ministro reconheça as vantagens de ir à Assembleia da República prestar informações mais precisas sobre a matéria.

## A segurança da nova Europa tema de debate na UEO

No próximo dia 1 de Julho a França assumirá, por um ano, a presidência do Conselho da União da Europa Ocidental (UEO). Um mandato que coincide com a eleição para a presidência da Assembleia da UEO do senador Robert Pontillon (socialista, francês), cujos pontos de vista coincidem na defesa da criação, no seio da UEO, de «um Comité de Chefes de Estado-Maior, de uma agência espacial para os satélites de observação e de um dispositivo de segurança no Mediterrâneo». Questões que estiveram no centro das atenções durante a 36ª sessão da UEO em que mereceu particular destaque o papel desta organização no âmbito da Aliança Atlântica.

As profundas mudanças políticas registadas no leste da Europa e as novas questões daí resultantes para os conceitos de *segurança* até à data perfilhados pelo ocidente; o papel da UEO no contexto da união europeia; o papel da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE), foram os principais temas em debate na 36ª sessão da UEO, realizada de 6 a 8 deste mês, no palácio de Iéna. Uma sessão que contou com a participação - para além dos outros países membros - das delegações parlamentares de Espanha e de Portugal (o deputado Rogério de Brito representou o PCP), bem como, na qualidade de observadores, com parlamentares da Hungria, da Polónia, da RDA e da Jugoslávia, e um representante dos Estados Unidos. A propósito destas participações, Robert Pontillon afirmou em conferência de imprensa que elas testemunham «a vocação paneuropeia» da UEO «no domínio da segurança». Saudando a intervenção, pela primeira vez desde a criação da Assembleia da UEO em 1955, de um representante da administração norte-americana, Pontillon manifestou a sua esperança de que «este reconhecimento tardio possa ser seguido da instauração de um diálogo permanente entre os dois pilares da Aliança Atlântica: o pilar norte-americano composto pelos Estados Unidos e pelo Canadá, e o pilar europeu reunido sob a sigla da União da Europa Ocidental, num período intermédio de duração imprevisível da construção europeia».

Foi neste sentido, de resto, que Robert Pontillon se pronunciou a favor da convocação, num futuro próximo, sob os auspícios da Assembleia da UEO, do que designou de «estados gerais da segurança europeia», reunindo delegações da UEO e parlamentares dos

países membros do Pacto de Varsóvia saídos de eleições livres «para assegurar um acompanhamento parlamentar e democrático ao diálogo Leste-Oeste em matéria de segurança, e nomeadamente aos trabalhos da CSCE à qual falta ainda a legitimidade popular». Uma posição que de algum modo reforça as posições defendidas na 36ª sessão da UEO pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica (presidente em exercício do Conselho) para quem a solidariedade atlântica é uma condição prévia e necessária para o desenvolvimento de uma real cooperação paneuropeia, independentemente da forma e estrutura que venha a ter. Considerando que a UEO é actualmente a expressão mais acabada dessa solidariedade, aquele responsável defende que ela deve situar-se na perspectiva da União Europeia, com tudo o que isso implica em termos de segurança, cabendo à UEO o plano de «charneira» da integração europeia e da Aliança. Num momento em que se procura por todos os meios dar consistência ao sonho de uma «Casa Comum Europeia», a UEO não perde a oportunidade de se afirmar como o «garante da segurança geral na Europa e o único organismo capaz de dar um conteúdo mais concreto à noção de identidade europeia no domínio da segurança e da defesa, pelo papel activo que desempenha na verificação do desarmamento.

### A NATO deverá transformar-se

A par das transformações ocorridas no leste europeu, muita coisa terá de mudar no respeitante à segurança europeia, já que potenciais ameaças deixaram de existir. Esta uma ideia que abriu caminho na sessão da UEO onde se defendeu a preponderância do carácter europeu da futura organização de

segurança europeia, a transformação da Aliança Atlântica, a europeização das estruturas da NATO, a normalização das relações leste-oeste.

Neste contexto, sublinhou-se o imperativo de estabelecer uma Europa estável e segura, livre de todas as hegemonias, assente no reforço da integração da Comunidade Europeia (cuja capacidade de atracção dos países de leste é notória), na resolução da questão alemã, no respeito das fronteiras herdadas do pós-guerra e no apaziguamento dos problemas nacionalistas.

E também a necessidade de, a partir de uma Aliança Atlântica europeizada e modificada, a UEO se bater, no âmbito da CSCE, por uma ordem de paz europeia em colaboração com os Estados Unidos e a União Soviética, o que implica desde já uma reflexão conjunta sobre as condições de segurança da Europa, a definição de posições comuns, a adopção de iniciativas concertadas. Admite-se mesmo, para alcançar este objectivo, a constituição eventual de forças multinacionais (à semelhança da brigada franco-alemã), implicando o maior número possível de países, visando a repartição dos proveitos entre os parceiros, sendo

iguais os direitos e os objectivos de defesa de interesses comuns.

### A posição dos EUA

Presente na sessão da UEO esteve o secretário de Estado da Defesa dos EUA, Atwood, para quem a ameaça de uma guerra terrestre na Europa diminuiu, o que justifica a reestruturação das forças americanas em colaboração com os restantes membros da NATO. Segundo afirmou, a política de defesa dos EUA assenta em seis elementos fundamentais: a manutenção da sua capacidade dissuasiva estratégica; o reforço das suas alianças na Europa e na Ásia e o reforço dos laços entre a Aliança Atlântica e a UEO, que deve ser no seu entender o «pilar europeu» do sistema de segurança definido pela Aliança; a manutenção do seu «empenhamento no respeitante à Europa», o que se traduzirá na distribuição das forças americanas no continente de acordo com o considerado necessário, como forma de «amortecer os conflitos regionais e garantir a marcha para a liberdade dos novos países emancipados»; o reconhecimento do domínio marítimo como condição essencial para a defesa; a exis-

tência de forças de intervenção rápida; uma base industrial forte, capaz de produzir armamento aperfeiçoado e assente na cooperação dos EUA com os seus aliados.

De salientar ainda o facto de os EUA reafirmarem a sua disposição de assumirem o que designam pelas suas «responsabilidades» no conjunto do globo; por considerarem que o mundo «será sempre perigoso», o que «exigirá a influência estabilizadora de uma potência americana forte aliada a países democráticos fortes», os EUA não têm a intenção de reduzir as suas forças armadas, como o fizeram a seguir às guerras da Coreia e do Vietname.

Ideias e conceitos que não são totalmente coincidentes com os expressos por outros intervenientes na sessão, que manifestamente apontaram para uma maior independência da Europa, mas que apesar de tudo constituem um avanço no caminho do desanuviamento, da paz e da segurança na Europa, não obstante, como referiu Rogério de Brito numa breve intervenção que publicamos em separado, se persistir em «velhos conceitos» desenvolvidos «em clima de guerra fria e que cada vez mais, felizmente, fazem parte do passado».

## Pela unidade europeia

Começando por registar as melhorias introduzidas e que beneficiaram consideravelmente o texto final do projecto de recomendação, penso que pela sua própria importância haverá que ter presente conceitos e considerandos que moldam os fundamentos e condicionam o conteúdo das nossas propostas e o próprio futuro da nossa instituição, importando reflectir se tais conceitos e considerandos são conciliáveis com os objectivos da construção de uma Europa democrática, consolidada no respeito, na segurança, na paz e na cooperação entre Estados.

Penso, sr. Presidente e caros colegas, que a evolução da Europa e das relações entre Estados e as superpotências e que as expectativas legítimas de edificação de uma nova arquitectura europeia são incompatíveis com velhos conceitos e leituras de estratégia político-militar ou com um léxico construído sobre factos e situações desenvolvidas em clima de guerra fria e que cada vez mais, felizmente, fazem parte do passado.

Penso que o realismo e os cuidados com que devemos olhar e medir os acontecimentos e as suas consequências não se devem confundir com equívocos e conceitos assimétricos sobre segurança, equilíbrio de forças ou sobre o seu carácter ofensivo e defensivo.

Penso que a credibilidade das nossas propostas e a confiança mútua também não se constroem nem aconselham que se procurem todos os pretextos para justificar, reforçar e eternizar o conceito da Europa dividida em blocos.

Tão pouco se revela construtivo o sistemático levantamento de reservas e obstáculos ao papel e institucionalização da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia e a viabilização efectiva de um sistema pan-europeu de segurança que contribua decisivamente para a construção de uma espaço europeu sem fronteiras para a liberdade e para a democracia.

(Rogério de Brito, deputado do PCP)

## Nacional

# «Novo» Chiado privilegia habitação

## • PCP denuncia «questão» dos assessores

Daqui a três anos o Chiado estará de novo reconstruído, isto se for possível cumprir na íntegra o plano aprovado por unanimidade na Câmara Municipal de Lisboa e apresentado pelo arquitecto Siza Vieira, uma decisão municipal coincidente com outra que está dependente do Governo: uma recomendação ao ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para este dar prioridade ao prolongamento do metropolitano até ao Cais do Sodré - obra que na melhor das hipóteses demorará quatro anos. Só assim estará garantida a acessibilidade ao novo Chiado, que independentemente das duas estações de metropolitano previstas, manterá as suas principais características definidas pelo arquitecto responsável: ponto de passagem, de comércio e de habitação, ou seja, uma área de charneira entre a baixa pombalina e a parte alta daquele lado de Lisboa, recriando a vida que lhe foi definida no século XVIII.

Serão mantidas as fachadas dos 18 edifícios atingidos pelo incêndio de 25 de Agosto de 1988, mantendo-se a unidade arquitectónica característica da época pombalina. Mesmo o interior dos edifícios (bem como a disposição dos quarteirões) estão sujeitos a estas regras, que Siza Vieira definiu no plano pormenor apresentado aos vereadores da Câmara Municipal e aos presidentes das Juntas de Freguesia de São Nicolau, Mártires e Sacramento. São assim impostas regras que consagram a devolução da função habitacional ao Chiado, regras que terão de ser seguidas de forma rigorosa por cada um dos arquitectos que elaborarem planos para cada um dos edifícios.

Aprovado pelo Instituto Português do Património Cultural (IPPC), a concretização do plano ultrapassou já algumas das dificuldades com que se deparava, nomeadamente a negociação com os proprietários e os comerciantes dos edifícios que arderam, restando só chegar a acordo com os pro-

prietários do edifício dos Grandes Armazéns do Chiado, (há um processo litigioso entre o Banco Internacional do Funchal e o empresário Manuel Martins Dias, sobre a posse de propriedade do edifício) destinado no plano de Siza Vieira à transformação em hotel de luxo.

Também desbloqueados estão cinco milhões de contos do Fundo Extraordinário de Ajuda à Reconstrução do Chiado para começarem a ser construídas as estruturas sobre a zona ardida.

### Os assessores da Câmara

A chamada «questão» dos assessores na Câmara Municipal de Lisboa é motivo para um comunicado, divulgado na semana passada e assinado pelo Gabinete de Imprensa do PCP na CML, onde se lê:

«O PSD através da Comunicação Social e na Assembleia da República tem, como é público, tentado denegrir uma gestão da Câmara que se vem revelando res-

ponsável e competente. São já, ao fim de cinco meses, visíveis as novas perspectivas que se abrem com os vários projectos em andamento e nalguns sectores de actividade, como na limpeza urbana, na política de descentralização para as freguesias, assim como na dinâmica empenhada nas áreas do desporto e turismo; veja-se a dimensão, nunca alcançada, das Festas de Lisboa.»

«Como o essencial é inatacável à gestão da CML, o PSD visa a calúnia e a mentira.

Uns exemplos só, nos parecem demonstrativos do comportamento desesperado do PSD: o vereador Rego Mendes, do PCP, responsável pelos pelouros da Educação e Juventude e do Desporto, foi acusado de ter no seu gabinete de apoio 26 assessores e, no entanto, o que se passa é que destes 26 assessores, 19 são monitores das piscinas, pessoal em regime de contratos a prazo certo, cujo vínculo é anterior à nova Câmara.»

«Aliás o número total de trabalhadores em regime de contrato de prestação de serviços era em 1989 de cerca de 550 e actualmente existem cerca de 222, dos quais cinquenta são recentes, tendo todos os restantes transitado da presidência de Nuno Abecasis.»

«E ficamos por estes simples mas claros exemplos, esclarecedores da má-fé como este assunto tem vindo a ser tratado na comunicação social.»

«Mas quanto à política de pessoal os trabalhadores do município conhecem muito bem a pesada herança que foi deixada, essa sim, pelo PSD, cujas marcas profundas levarão anos a corrigir.»



## Trabalhadores agrícolas denunciam: Extinção da Reforma Agrária é inconstitucional

Reclamar junto do Presidente da República e dos grupos parlamentares na Assembleia da República para que requeiram ao Tribunal Constitucional a inconstitucionalidade da proposta de lei do Governo «de extinção da Reforma Agrária» é uma das acções que a FENCA (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas) e a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas do Sul anunciaram a semana passada em conferência de imprensa, onde denunciaram os graves custos sociais da política agrícola do Governo — hoje, por exemplo, o Alentejo tem a maior taxa de desemprego do País. É o resultado «de uma política de terra queimada e de vingança de classe», dizem os trabalhadores agrícolas.

Trabalhadores agrícolas que estiveram presentes no debate que esta semana ocorreu na Assembleia da República sobre a nova proposta do Governo, onde denunciaram as intenções do Governo: restaurar integralmente os antigos latifúndios e abrir caminho para acelerar a expulsão dos pequenos agricultores e das cooperativas que exploram áreas expropriadas ou nacionalizadas mas que, entretanto, foram submetidos a contratos de arrendamento com o Estado.

Não são assim somente as UCP's e as cooperativas agrícolas as afectadas pela medida governamental.

### Discriminações

As organizações da Reforma Agrária alertaram para que, na primeira oportunidade, o Governo expulsaria também os pequenos agricultores.

«A vida tem, infelizmente, confirmado por inteiro a nossa razão», dizem as UCP's e Cooperativas.

A lei actual já tinha deixado a porta entreaberta permitindo a demarcação de reservas

nessas áreas, embora só na condição de acordo prévio do rendeiro e da garantia da sua transferência (o que na prática em muitos casos não aconteceu e tem servido para agrários e serviços regionais do MAP exercerem pressões e chantagens sobre os rendeiros ameaçando com a não renovação do contrato).

Com a proposta actual do Governo caducam os contratos com o Estado, passando a relação contratual para o agrário, por um período de 10 anos a contar da data da reserva o que na prática leva, a breve prazo, ao termo dos contratos e passando-se a aplicar as tabelas de rendas da Lei do Arrendamento Rural o que vai originar aumentos incontroláveis de rendas (que poderá ir até 20 ou 30 vezes mais).

Mas o ódio às cooperativas é tão grande por parte do Governo que o princípio de transferência obrigatória dos contratos de arrendamento com o Estado para os reservatários só se lhes aplica até um limite de 91 000 pontos, tratando-os como se fossem reservatários individuais e em contraste com as socieda-

des agrícolas a quem a proposta de lei admite reservas até 364 000 pontos.

### Violando a democracia

Tudo isto na prática leva a que mesmo os agricultores e cooperativas que têm hoje contratos de arrendamento com o Estado se vejam a curto prazo na situação de desalojados das áreas que exploram e onde têm feito elevados investimentos.

Por outro lado, o objectivo da restauração integral dos latifúndios expressa-se no facto de, pela primeira vez, a proposta de lei do Governo vir permitir o reagrupamento de todas as reservas de uma mesma família ou de uma sociedade agrícola.

A redacção da proposta de lei permite entretanto que patrimónios de mais de 20 000 ha sejam privatizados na sua totalidade, denunciando a FENCA e os trabalhadores agrícolas do sul.

«Mas prevenindo-se ainda contra a hipótese de, mesmo neste quadro, os trabalhadores quiserem recorrer aos tribunais para fazerem valer os seus direitos, o Governo, violando todos os princípios de uma sociedade democrática e de um Estado de direito, pretende impedir as cooperativas de intervirem nos processos de demarcação de reservas, deixando de ser ouvidas e notificadas e não podendo obter dos tribunais a suspensão dos actos da administração, por mais ilegais que estes sejam», acrescentam.

«É o agravamento de uma situação típica de consulados anteriores no MAP em que continuam por cumprir mais de 500 acordos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores. Assim, através da denegação do direito de acesso à justiça e aos tribunais, o Governo procura impedir novos acordos que lhe sejam desfavoráveis podendo perpetrar, quaisquer ilegalidades que sirvam os interesses da sua clientela.»

Por tudo isto, a FENCA e a Federação dos Sindicatos consideram que «a proposta de lei é rotundamente inconstitucional», ao promover a reconstituição dos latifúndios e ao violar o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei e os tribunais e do direito de serem notificados dos actos da administração.

## Juventude

## Dois mil escudos cada prova: JCP acusa Governo de «elitizar» acesso ao Superior

A Direcção Nacional da JCP esteve reunida no fim de semana passado para analisar, entre outros assuntos, a actual situação social da juventude e a política do Governo nesta área; a evolução do movimento juvenil, actividade desenvolvida e as principais linhas de orientação e actividade desta organização para os próximos meses. Entretanto a Organização do Ensino Secundário desta organização juvenil denunciou a medida do Governo que obriga os estudantes que têm de fazer prova específica para ingressarem no Ensino Superior, ao pagamento de dois mil escudos por cada prova, nas quais têm de se inscrever mesmo antes de saber o resultado da PGA (Prova Geral de Acesso).

Muitos estudantes têm de fazer várias provas específicas, o que leva a JCP a considerar que os que têm menores condições financeiras terão necessidade de tomar opções limitadas, sem real correspondência com os seus interesses e capacidades.

Acusando o Governo de «prosseguir uma política de classe, elitizante» a JCP considera ser esta política contra os interesses do país «desaproveitando as enormes potencialidades do nosso povo».

Na reunião da sua Direcção Nacional, a JCP apelou aos jovens para participar na jornada de luta levada a cabo pela CGTP em favor da redução do horário de trabalho para 40 horas, saudando a

iniciativa da central sindical.

Em balanço à actividade desenvolvida nos últimos tempos, destaca-se a participação juvenil no XIII Congresso do PCP, a eleição da JCP para a Direcção do Conselho Nacional de Juventude, a realização dos seminários «os Direitos Sociais da Juventude na CEE» e «Poder Local e Juventude» e a apresentação na AR de três projectos-lei sobre discriminação salarial dos jovens.

Finalmente, a JCP considerou que «o abismo existente entre a política governamental e os reais interesses e aspirações dos jovens» coloca hoje na ordem do dia a constatação à política juvenil do PSD «e a necessidade de uma verdadeira alternativa democrática».

## Presidente da Câmara de Beja desmente jornais

Assinado pelo Gabinete de Informação e Relações Públicas da Câmara Municipal de Beja recebemos o comunicado que passamos a transcrever:

«Notícias publicadas no passado fim-de-semana por um semanário e reproduzidas por uma rádio local, davam como eminente a demissão do Presidente da Câmara Municipal de Beja, Carreira Marques, por alegadas divergências políticas com o seu partido e, nomeadamente, o responsável distrital, António Murteira.»

«Tais notícias são destituídas de qualquer fundamento.»

«O Presidente da Câmara Municipal de Beja deseja informar que pretende levar até ao fim o compromisso que assumiu com o eleitorado, ou seja, exercer o seu cargo até final do presente mandato que terminará em Dezembro de 1993.»

Internacional

# Mandela

## Recepção triunfal nos EUA

Uma grande afirmação de confiança e a exigência de continuação da luta até ao fim do *apartheid*, é a mensagem fundamental que Nelson Mandela levou aos Estados Unidos, numa visita que se prolonga por quase duas semanas.

A recepção oferecida pelos norte-americanos, em Nova Iorque, ao dirigente histórico do ANC, foi entusiástica, e comovida. Uma multidão com várias centenas de milhar de pessoas aclamou Mandela, exigindo simultaneamente: «Mantenha a pressão», numa referência directa à necessidade de manter as sanções económicas, enquanto se desenvolve o difícil processo de liquidação do *apartheid* (numa reivindicação fundamental do ANC).

Este aliás o ponto fundamental que Mandela veio defender nos Estados Unidos. Na própria cerimónia de recepção, disse, dirigindo-se à enorme multidão: «Acompanhem-nos nas acções políticas que estamos a tomar. A única maneira como podemos caminhar juntos nesta senda difícil é garantir a aplicação das sanções».

Uma questão tanto mais actual quanto é grande a pressão do presidente sul-africano no sentido de um imediato levantamento das sanções, e também nos Estados Unidos, nomeadamente ao nível do Senado, se desenvolvem processos tendentes a impor desde já o fim das sanções económicas.

Um outro elemento em debate — o prolongamento ou renúncia da luta armada,

No encontro realizado na Casa Branca entre Bush e Mandela, o presidente norte-americano, de par de considerações sobre o sistema de *apartheid*, que disse ser ainda uma realidade, enquanto «a verdadeira democracia permanece um sonho», afirmou: «Apelo a todos os elementos da sociedade sul-africana para renunciarem à utilização de violência e à luta armada, a libertarem-se do ciclo da repressão e de reacção violenta que não leva a nada, a não ser ao medo e ao sofrimento».

Note-se que, nas palavras do porta-voz do Departamento de Estado, Richard Boucher, o ANC poderia receber vários milhões de dólares, destinados pelo Congresso dos Estados Unidos a apoiar o processo de liquidação do *apartheid*, na condição de renunciar à luta armada. Uma opção que o ANC não defende para já, numa fase ainda instável de um processo que deverá levar à democracia. De momento tem de contar mesmo com a violência, acrescida pelo desespero, por parte dos bandos armados da extrema direita, num país em que as armas de fogo são coisa comum nas mãos dos brancos.

Parece tratar-se apenas de uma questão de «timing».



Nelson Mandela. Por toda a parte uma recepção de massas, ao homem que pode ser considerado como símbolo da luta contra o *apartheid*

Só que o «timing» não é coisa de pouca monta e pode mesmo ser factor decisivo.

Entretanto, e apesar de todas as dificuldades do caminho, a perspectiva é clara. Esta a mensagem de esperança que Mandela vem reafirmando pelo mundo fora: «em breve o nosso país,

a terra do *apartheid* e da pior forma de racismo institucional, será livre».

Esperança que se afirma bem viva na África do Sul, onde mais de um milhão de pessoas ingressou no Congresso Nacional Africano (ANC), desde a sua legalização, em 2 de Fevereiro deste ano.

## Mensagem ao Partido Frelimo

Por ocasião do 15.º aniversário da independência de Moçambique, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Frelimo, a mensagem que transcrevemos.

Camaradas:

Após uma longa e difícil luta armada contra o colonialismo português, o povo moçambicano, sob a direcção da Frelimo, logrou alcançar há 15 anos, a independência de Moçambique, acontecimento

histórico que, em nome dos comunistas portugueses o Comité Central do Partido Comunista Português uma vez mais nesta data saúda calorosamente.

A fundação da República Popular de Moçambique, as

suas opções libertadoras a sua posição solidária com os outros povos da África Austral submetidos ao colonialismo e ao racismo constitui um importante contributo para o processo de emancipação nacional e social em toda a região Austral do continente.

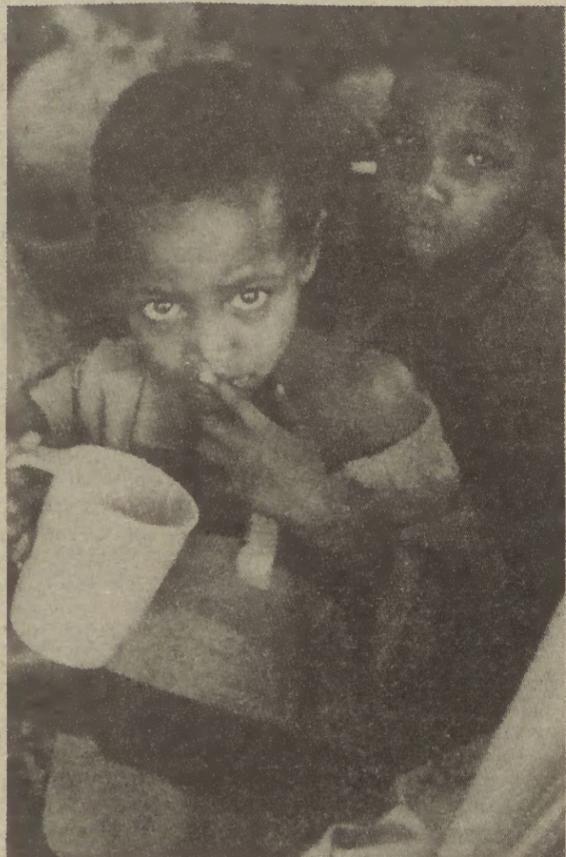
Fazendo corajosamente frente a agressões exteriores e ao terrorismo da Renamo, a RPM luta por uma solução política que conduza à paz, salve a unidade e soberania nacional, abra finalmente caminho à solução dos graves problemas económicos e sociais que tão dura e dramaticamente afectam o povo moçambicano. O PCP faz votos para que os esforços do Partido Frelimo e da República Popular de Moçambique para alcançar tais objectivos sejam coroados de êxito.

Nesta histórica ocasião confirmamos a nossa vontade de agir para que os laços de amizade, cooperação e solidariedade forjados ao longo dos anos entre os nossos dois partidos, se desenvolvam no interesse dos nossos dois povos e países, da paz e do progresso social.

Viva a amizade entre os povos de Portugal e Moçambique!

Viva a amizade entre o PCP e o Partido Frelimo!

Viva o 15.º Aniversário da República Popular de Moçambique!



Estão reunidas condições objectivas, nos planos nacional, regional, e Internacional, «para que o processo de negociações termine na paz a que todo o povo moçambicano aspira», disse o presidente Joaquim Chissano, no discurso pronunciado nas comemorações do 15.º aniversário da independência de Moçambique.

A guerra tem levado a uma sistemática destruição do país, e a inúmeras vítimas, resultado das chacinas por parte dos bandos armados da Renamo, e de todo um quadro de violência e carências. Não há praticamente uma família que tenha sido poupada. A situação económica é extremamente difícil (em grande medida também como resultado da guerra). Calcula-se que 67% da população rural e 32% da urbana, se encontra num estado de pobreza absoluta

### Ion Iliescu fala dos confrontos em Bucareste

Em entrevista nestes dias concedida ao jornal britânico «Times», o presidente romeno, Ion Iliescu, explica a intervenção dos mineiros contra as manifestações e distúrbios violentos que ocorreram em Bucareste, e de que resultaram 6 mortos de cerca de cem feridos, pelo «estado psicológico» da polícia e do Exército, que se revelou incapaz de controlar a situação.

Ion Iliescu, eleito presidente por mais de 86% do eleitorado, garantiu que «a Roménia continua no caminho da democracia», e demarcou-se dos actos de violência que se verificaram nos confrontos de Bucareste.

Num comunicado sobre esses acontecimentos, o Governo da Roménia pede o apoio de intelectuais e estudantes, para distinguir «o quadro dos debates de ideias do das manifestações violentas de rua, para evitar de futuro factos lamentáveis, como os ocorridos».

### Angola — governo condena atitude da Unita

O governo angolano advertiu formalmente os responsáveis da Unita para as consequências dos seus actos e diz estar na disposição de reagir com todas as energias contra quaisquer propósitos que visem perpetuar a guerra, o terrorismo e os massacres do povo angolano.

Esta advertência surge na sequência da interrupção inesperada dos contactos directos entre delegações do governo angolano e da Unita, por alegada necessidade de estabelecer, sobre a questão do cessar-fogo em Angola, consultas ao mais alto nível na «Jamba».

Com tal atitude, refere ainda o governo angolano, a Unita está apenas a adiar indefinidamente o projecto de estabilização do país, que é a base indispensável para uma cada vez mais ampla democratização e para a criação de condições favoráveis à instauração do multipartidarismo, que ela diz pretender.

Delegações do governo angolano e da Unita mantiveram contactos directos em Abril e Junho do ano corrente, em Portugal (em Évora e Oeiras), com vista a estudar as modalidades de um cessar-fogo definitivo em Angola.

### Nicarágua: últimos dias de desmobilização dos «contras»

Os «contras» entregaram, terça-feira, às forças das Nações Unidas, na quinta zona de segurança, no departamento do rio San Juan, as armas pesadas, incluindo os mísseis «red eye».

Quarta-feira, último dia da desmobilização, apresentaram-se às forças da Finuac, no povoado de San Pedro Lovago, departamento de Chontalez, todos os elementos do estado-maior da resistência anti-sandinista, incluindo o seu comandante, Israel Galfano, conhecido por comandante Franklin.

Uma vez terminada a desmobilização dos «contras», espera-se que as autoridades da Nicarágua reduzam as Forças Armadas nacionais. Quando se cumprirem 100 dias da tomada de posse da presidente Violeta Chamorro, no início de Agosto, o Exército deverá reduzir-se em 50 por cento, mantendo um máximo de 41 mil efectivos.

O governo, segundo anunciou, planeia, a par da redução, reestruturar o Exército, a fim de «fazê-lo corresponder às condições de uma paz estável e duradoura que caracterizarão o futuro da Nicarágua», levando em consideração, como prometeu a presidente, um equilíbrio sensato de forças na América Central.

### Operários pouco representados no PCUS

Operários comunistas da cidade de Perm, nos Urais, dirigiram uma carta aberta a Mikhail Gorbachov na qual manifestaram a sua preocupação pela reduzida representatividade dos operários e camponeses nos órgãos electivos do PCUS.

No actual efectivo do Comité Central do PCUS os operários e camponeses constituem apenas 11 por cento, enquanto o seu peso global no PCUS se situa em 29,1 por cento e 7,7, respectivamente.

Nestas condições, os operários, que chamam a atenção para o facto de serem os mais afectados pelos problemas económicos enfrentados pela «perestroika», manifestam ao secretário-geral a sua preocupação pelo facto de a sua voz ser cada vez menos ouvida.

Os operários alertam para as condições desiguais de eleição de operários e camponeses comparativamente com administradores, intelectuais e funcionários dos comités do partido, em resultado da qual, afirmam, praticamente não terem representantes seus entre os delegados ao 28.º Congresso do Partido.

Os operários propõem na carta introduzir uma quota de representatividade de operários e camponeses correspondente ao seu peso na estrutura social-partidária. O princípio da representatividade democrática, no entender dos signatários, impedirá que o Partido seja dirigido «em nome dos operários», passando a sê-lo com a sua participação efectiva.

Segundo dados fornecidos por Vadim Medvedev, membro do Secretariado do CC do PCUS, a percentagem de delegados operários e camponeses é de 11,6 e 4,8 por cento, respectivamente, contra 42 e 9 por cento no anterior congresso.

## Internacional

**Gorbatchov****Em vésperas do 28.º Congresso do PCUS****O balanço da Perestroika**

O papel do PCUS, os êxitos e os complexos problemas da perestroika, a evolução económica e política da URSS, o próprio conteúdo de socialismo — tudo está hoje em debate na União Soviética.

Em vésperas do 28.º Congresso do PCUS, Gorbatchov avança algumas ideias de balanço da situação actual e perspectivas, no relatório apresentado na Conferência — Congresso Constitutivo dos Comunistas da Rússia. Desta importante intervenção do dirigente soviético, aqui reproduzimos alguns extractos.

**«Perestroika»**

A «perestroika» começou há cinco anos, prazo que é muito curto em termos históricos. Mas a viragem operada nesses poucos dias de mil e quinhentos dias no nosso grande país só é equiparável às mais profundas transformações revolucionárias registadas na História Mundial.

Porém, continua a haver quem pergunte: que resultados deu a «perestroika»?

É paradoxal o contraste de opiniões verificado: uns encaram a «perestroika» como um grande processo revolucionário que abre vastas possibilidades de humanização da nossa sociedade. Mas há também quem a interprete como a derrocada e ruína geral, como um verdadeiro apocalipse.

(...)  
O país atravessa uma situação extremamente difícil, cuja normalização exige a aplicação de medidas enérgicas a curto e longo prazo. É o que estamos a fazer e não podemos esquecer-lo quando fazemos o balanço de cinco anos de «perestroika». Mas o meu entendimento sobre o sentido e o andamento da «perestroika» — dou a minha opinião porque mesmo no Soviete Supremo, me fizeram perguntas sobre esta questão — não se baseia nessa ideia. Embora eu perceba claramente e tome muito a peito as dificuldades, entendo que a análise correcta deve basear-se na apreciação da dimensão real das transformações político-sociais operadas nos últimos anos, que criaram condições para o avanço seguro da sociedade e a melhoria efectiva da qualidade de vida do povo, naturalmente, na condição de agirmos.

Comparemos as mudanças dos últimos anos com as tentativas falhadas de reformas em décadas anteriores. A verdade é que nenhuma dessas tentativas — nem as primeiras modificações da política agrícola em 1953, nem as reformas de 1957 e de 1965, até à década de 80 — foi além de uma mudança formal da fachada do sistema administrativo de modelo estalinista. Mesmo essas reformas, tímidas, nunca foram levadas até ao fim. Foram sempre superficiais e incapazes de resolver os problemas fundamentais do nosso desenvolvimento.

Desta vez, só aquilo que fizemos em 1987 ultrapassou, de longe, as transformações das anteriores reformas e, nos dois anos posteriores, criámos condições propícias

à transição para a economia de mercado. Portanto, em três anos, realizámos ideias que foram objecto de discussão e experiências durante mais de trinta anos.

**Estalinismo**

Um terço de século atrás, no 20.º Congresso do PCUS, foi pronunciada a verdade que abalou o nosso país, a comunidade socialista e o movimento comunista mundial. Aquilo que então soubemos do estalinismo constituía a profanação dos ideais que inspiraram várias gerações, que moveram as pessoas na revolução, nas grandes obras de edificação do socialismo, na defesa da pátria e na reconstrução do país arruinado pela guerra.

O abalo foi inédito. Deviam seguir-se, naturalmente, profundas transformações políticas e sociais. Mas, embora não se possa dizer que tudo tenha ficado como antes, as esperanças de transformações não foram justificadas. Pior ainda, os crimes passaram a ser designados por «erros». Em vez de reformas, apenas houve tentativas de aperfeiçoar o sistema burocrático existente. As buscas ideológicas foram substituídas pela «reparação» dos manuais estalinistas. Tal situação gerou feridas incuráveis na sociedade e na alma das pessoas, envenenou a vida ideológica e dificultou as relações internacionais. A lógica da luta política conduziu a uma situação de meias palavras, silenciamento do passado e à condenação de Staline, à sua reabilitação em diversos aspectos. O resultado inevitável de tudo isto foi a impotência política e a estagnação em todas as esferas.

Hoje podemos dizer que, nos cinco últimos anos, foi realizado na esfera político-ideológica aquilo que gerações inteiras procuraram realizar sem conseguir. Em resultado disto, não obstante todos os defeitos, abusos, fenómenos negativos e perdas, inclusive de carácter ideológico e moral, o terreno está a ser limpo para o renascimento espiritual da sociedade e da personalidade. Estas são as minhas opiniões. É assim que encaro as coisas, e isso, repito, não me impede de perceber os problemas agudos do momento, a necessidade de elaboração e aplicação de importantes medidas práticas, que possam melhorar a situação e facilitar a vida do povo.

Numa palavra, sem dramatizar a situação nem embele-



Num período que pode ser chamado de «espaço de risco», Gorbatchov aposta forte no aprofundamento da perestroika

zar a apreciação política, podemos dizer que vivemos a etapa mais importante da evolução da «perestroika». São destruídas estruturas políticas, económicas e espirituais fundamentais para abrir caminho a forças novas, potencialmente inesgotáveis, próprias da natureza do regime socialista.

**O mercado**

Sobre a passagem ao mercado, questão radical da «perestroika», que já começámos a realizar, na prática, tenho que dizer o seguinte: há quem queira criar a impressão de que o mercado significa o regresso ao capitalismo, o que é absurdo.

Primeiro, o mercado surgiu muito antes do capitalismo. Existiu e continua a existir, na sociedade socialista, embora numa versão algo invertida.

Segundo, devemos questionar-nos se o mercado contradiz o socialismo, caso melhore as condições de vida do povo?

Acho que não! Contribui para o desenvolvimento da produção?

Sem dúvida, pois acciona estímulos fortes!

**A discussão partidária**

Outra coisa a lembrar, sem rodeios, é que, se o mercado abre possibilidades ao desenvolvimento da produção e da iniciativa, o Estado deve, ao mesmo tempo, defender os interesses da população, garantindo a protecção social. Tenho em vista o direito ao trabalho, a garantia de determinado nível de vida, a situação ecológica favorável, quer

intelectual do Partido. Os grupos de trabalho especiais criados pela comissão de preparação do 28.º Congresso do PCUS, que integram delegados ao Congresso, estão a terminar o trabalho sobre os novos projectos de documentos programáticos.

Este trabalho foi, talvez pela primeira vez, realizado em ambiente de amplo diálogo e debate democrático e não apenas dentro do aparelho, isolado das massas. No trabalho de actualização dos documentos do Congresso participaram adeptos das plataformas alternativas. Foram resolvidas algumas contradições e definidos os problemas a debater no Congresso. Os camaradas receberam o projecto actualizado, com o título «Pelo socialismo humano e democrático». Puderam, talvez, conhecê-lo durante a primeira leitura. Penso que os delegados à conferência do comunista da Rússia poderão enriquecê-lo com as suas ideias. A actualização do documento vai continuar no 28.º Congresso do PCUS.

**PCUS opção socialista**

O nosso partido é um partido de opção socialista!

Tem por objectivo a edificação de uma sociedade de socialismo democrático e humano. Em minha opinião, a principal tarefa do PCUS, no momento actual, consiste na busca persistente de vias para alcançar a concórdia civil e mobilizar as energias criadoras do país para a renovação da sociedade.

Na sua política, o PCUS deve respeitar a vontade do povo da pátria multinacional, contribuir para a consolidação da autonomia política e económica das Repúblicas, garantir um centralismo efectivo e não formal e defender a integridade da URSS no âmbito do Tratado de União Federal a elaborar em conjunto.

O Congresso deve afirmar, categoricamente, que o PCUS rejeita, sem quaisquer reservas, reticências e compromissos, a ideologia e a prática do estalinismo que esmagou os valores espirituais e morais do socialismo, que advoga, inequivocamente, a plenitude de poder dos soviets e a democracia e renuncia às funções administrativas e económicas, às ambições de monopólio e a quaisquer tentativas de coacção ideológica. Será através da persuasão e da acção política entre as massas, das discussões parlamentares e em conformidade com a Constituição e as leis, que o Partido procurará ganhar o apoio da sociedade para a concretização dos valores socialistas.

O PCUS está aberto ao diálogo com os movimentos democráticos e sociais e à busca de compromissos no interesse da estabilidade política e da paz civil na nossa sociedade.

«Verificando a sua impotência para quebrar a heróica resistência dos patriotas coreanos, os imperialistas americanos, [que há dois anos invadiram a Coreia do Norte], ao mesmo tempo que desencadearam a guerra bacteriológica e com gases tóxicos, violando e desrespeitando grosseiramente a moral e convenções internacionais, levam a cabo o extermínio em massa da população, excedendo os monstruosos crimes dos nazis. Torturam e assassinam da maneira mais selvática milhares de prisioneiros de guerra coreanos e chineses do campo da ilha de Kojedo, queimando-os com ferro em brasa e água a ferver, injectando-lhes bactérias infecciosas. (...) De cerca de mil prisioneiros que foram ultimamente submetidos aos célebres «interrogatórios», apenas voltaram 400 e estes empastados em sangue, com pernas e braços partidos.

Isto acontece ao mesmo tempo que os invasores americanos sabotam as negociações para o armistício e para a troca de prisioneiros, alegando mentirosamente que estes não querem voltar para a Coreia do Norte.»

(«Contra os crimes dos americanos na Coreia») - «Avante!», VI série, n.º 168, Junho de 1952)



«No fim da sua sessão em Oslo, o bureau do Conselho Mundial da Paz tornou público o seguinte apelo:

«Examinámos com escrupulosa atenção os documentos relativos à guerra bacteriológica actualmente conduzida na China e na Coreia. O seu estudo encheu-nos de horror. A guerra bacteriológica não é somente um crime abominável e que deve ser reprimido, é uma ameaça contra a humanidade inteira.

É para a consciência de todos os homens e de todas as mulheres que apelamos. (...) O facto de a guerra da Coreia ser conduzida em nome das Nações Unidas é uma circunstância particularmente grave. Colocamos em face das suas responsabilidades os governos que aprovaram a intervenção das Nações Unidas e são, por conseguinte, moral e politicamente responsáveis pelos processos de guerra utilizados (...).

Se os povos não actuarem rapidamente para acabar com a guerra bacteriológica, deixarão de existir limites para a crueldade e o desencadeamento das forças de extermínio.

Exortamos a humanidade a defender-se.»

(«Apelo do Conselho Mundial da Paz») - «Avante!», VI série, n.º 168, Junho de 1952)



«Ditaduras fascistas, militares e reacção fascista subsistem em numerosos países. (...) Constantemente nos chegam notícias de violências e de crimes e apelos à solidariedade internacional.

Na Grécia e em Espanha a ditadura dos coronéis e a de Franco insistem na repressão violenta do movimento operário e democrático, prendendo e mantendo nas prisões milhares de adversários políticos.

No Brasil continua o terror contra as organizações progressistas e revolucionárias, em particular os comunistas, efectuando-se milhares de prisões, torturando-se selvaticamente os presos, utilizando-se correntemente o assassinato político.

Na República Dominicana, onde a luta popular vitoriosa foi esmagada pela intervenção militar norte-americana em 1965, o governo de Balaguer mantém o terror.

No Paraguai, na Guatemala, no Haiti e noutros países da América Latina os trabalhadores, os democratas, os militantes revolucionários são sujeitos às mais arbitrarias perseguições, sendo o assassinato político uma arma preferencial das camarilhas governantes.

No Iraque continuam as prisões de militantes comunistas e revolucionários, que são submetidos a torturas cruéis, atingindo os mais denodados lutadores anti-imperialistas e causando imensos danos à causa dos povos árabes.

No Irão, a policia política (Savak) monta monstruosas provocações, prendendo e torturando com selvajaria centenas de militantes do Partido Tudeh.

Na Indonésia o governo mantém presos milhares de patriotas e continua utilizando um sangrento terror. (...)

(«Solidariedade internacional contra o terror...») - «Avante!», VI série, n.º 430, Junho de 1971)



## 3.º Congresso da União dos Sindicatos do Porto

# Com os trabalhadores desenvolvimento e justiça social

**A**s exigências do direito ao trabalho e à segurança no emprego, com a garantia do aumento do emprego no distrito, melhores salários e mais poder de compra que nos aproximem dos outros países da CEE, melhor protecção social e, sobretudo, a redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais foram grandes reivindicações aprovadas no 3.º Congresso da União dos Sindicatos do Porto, que decorreu nesta cidade nos passados dias 22 e 23 de Junho. Especial atenção foi dada às questões do desenvolvimento regional, com destaque para a urgência da criação da Área Metropolitana do Porto, dotada de poderes efectivos e meios financeiros correspondentes. Presentes 420 delegados, em representação de mais de 220000 trabalhadores, que durante um dia e meio analisaram em profundidade as realidades da região do Porto, debateram os problemas dos trabalhadores e aprovaram importantes documentos de orientação para a luta no próximo triénio. Documentos que, como

afirmou Pacheco Gonçalves, coordenador da USP, «são instrumentos fundamentais para a acção, e para a mudança e a intervenção alargada que o momento exige».

A eleição de um Conselho Distrital da USP profundamente renovado e alterações aos Estatutos foram também tema do Congresso. Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, intervindo no final dos trabalhos reafirmou a importância decisiva que tem a região do Porto no contexto nacional, tendo exprimido a «sua confiança e solidariedade ao Conselho Distrital eleito neste Congresso». «O 3.º Congresso da USP confirma a fase complexa que se vive, mas que é cheia de potencialidades para o desenvolvimento da actividade sindical nas mais diversas e cada vez mais alargadas frentes», disse Carvalho da Silva para referir mais adiante que «para os sindicatos o crescimento económico tem de significar desenvolvimento, solidariedade e evolução na justiça social, garantindo a dignificação do ser humano e a própria sobrevivência da humanidade».

## **Um novo Conselho Distrital**

O Conselho Distrital da USP/CGTP-IN, eleito durante o Congresso, é constituído por 53 elementos e sofreu uma profunda remodelação.

Do anterior Conselho saíram 33 elementos e entraram 20 novos dirigentes. Quanto à composição social 57% são operários, 24% empregados e 19% são quadros técnicos. São mulheres 21% dos dirigentes eleitos e 32% têm idades inferiores a 33 anos.

O número de sectores com dirigentes no Conselho Distrital é de 30, incluindo a INTERJOVEM, que passa a integrá-lo com dois elementos.

Referindo-se à importância da USP na direcção e coordenação do Movimento Sindical no distrito do Porto, João Pacheco Gonçalves afirmou após a eleição que «o Conselho Distrital saberá assumir as responsabilidades que lhe cabem nestes três anos de árduo trabalho e de luta para o qual partem mais confiantes, mais coesos, com mais força e empenhados». n

# 3.º Congresso da União dos Sindicatos do Porto

## Um Congresso para a acção

O distrito do Porto cresceu, em população, actividade, capacidade produtiva e também em problemas. Houve crescimento mas não houve desenvolvimento, não se verificou um avanço harmonioso, pelo contrário, agravaram-se as desigualdades e a injustiça social. Como no resto do País, ao enriquecimento de alguns correspondeu o empobrecimento e miséria de muitos. Ao verificar estes factos, quando apresentou, logo no início dos trabalhos do Congresso da USP, o Relatório de Actividades em nome do Conselho Distrital, João Pacheco Gonçalves lançou as bases de análise da situação que se vive no distrito, — que viriam a ser aprofundadas no decorrer dos trabalhos em várias intervenções e que culminariam com a aprovação do Relatório e de dois importantes documentos orientadores da acção para o movimento sindical no distrito para os próximos três anos.

A agudização da situação social assume particular gravidade. A precariedade do emprego atinge proporções nunca vistas — mais de 90% das admissões são com contratos não efectivos, cerca de 25% dos trabalhadores do distrito têm contratos a prazo. Muitos trabalhadores não têm mesmo qualquer contrato. Diminuiu a parte dos salários no Rendimento Nacional que hoje está na ordem dos 40%, quando as médias europeias são superiores a 70%. No Porto há ainda 30 empresas com 7000 trabalhadores com salários em atraso e a diminuição do número registada nos últimos três anos deve-se, em grande parte ao desemprego e ao encerramento de empresas nessa situação. O escândalo do trabalho infantil, que envergonha o País, prolifera em Felgueiras, na indústria do calçado, em Penafiel e no Marco de Canaveses, nas pedreiras, no vestuário e na construção, um pouco por todo o distrito. Aumentam as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e ao ensino. A situação habitacional, apesar das promessas de milhares de fogos nas campanhas de Cavaço Silva, continua a ser gravíssima para milhares de famílias.

É neste quadro, que «seria bem mais negro se os trabalhadores não tivessem resistido e lutado», que Pacheco Gonçalves considerou, fazendo balanço das mais de 450 lutas de empresa e de sector nos últimos três anos, «muito importante e determinante a acção desenvolvida pelo Movimento Sindical Unitário». «Não fizemos tudo o que queríamos. Nunca se faz tudo o que se projecta e sonha. Mas, apesar das nossas deficiências, das dificuldades do período que atravessamos, assumimos de cabeça erguida o trabalho realizado», afirmou.

A Plataforma de Acção e o Caderno Reivindicativo, «reflexo da discussão realizada no distrito sobre o papel da USP e do conjunto do Movimento Sindical, sobre as orientações a adoptar no campo reivindi-

cativo, de luta e de organização sindical e dos quadros, que visem dar um contributo cada vez mais importante para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e para um desenvolvimento da região do Porto com progresso social», foram introduzidos por Vieira Mendes, membro da Comissão Executiva da USP/CGTP-IN.

### Regionalização condicionante para satisfação de anseios

Na acção futura da USP cumpre papel fundamental tudo o que se refere ao desenvolvimento regional, pelo que significa a regionalização «uma condicionante importante de satisfação de muitos dos anseios da população e naturalmente dos trabalhadores». Vieira Mendes defendia, a propósito, a necessidade de «adopção de uma região administrativa, com sede no Porto, com órgãos regionais eleitos, dotados de poderes efectivos e meios financeiros correspondentes, com o controlo adequado da aplicação dos fundos estruturais da CEE e mecanismos de participação e consulta».

Retomando o tema, Miguel Vital, da Comissão Executiva da USP, lembrou a importância da região do Porto no contexto nacional — vive no distrito mais de 17% da população do País, nele trabalham 25% dos trabalhadores portugueses, em 22% das unidades económicas existentes, «um distrito inquestionavelmente rico, com imensas contradições e atrasos, fruto de más ou inexistentes políticas» — e defendeu, em paralelo com a regionalização, a instituição urgente da Área Metropolitana do Porto.

A alteração dos Estatutos da USP mereceu ainda a intervenção de Vítor Ranita, da Comissão Executiva, que destacou a proposta de

Eleição do Conselho Fiscalizador, um novo órgão instituído neste Congresso com, entre outras, funções de fiscalizar a gestão das contas, a integração na USP da Interjovem do distrito, reconhecendo o carácter autónomo do seu funcionamento e a criação de Comissões Distritais de Mulheres e de Quadros Técnicos e Científicos.

### 12 reivindicações para a Região do Porto

Na base da Plataforma de Acção, o Congresso da USP decidiu apresentar publicamente um conjunto de 12 pretensões que irá reivindicar de imediato junto do Governo, dos poderes regionais e dos empresários e que constituem aspirações legítimas e direitos inquestionáveis para os trabalhadores do Distrito do Porto.

**A redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais, sem prejuízo de horários inferiores, sem aumento dos ritmos de produção e diminuição do salário e com garantia dos dois dias de descanso semanal.**

**Aumentos de salários que não só cubram o valor da inflação, mas que tenham em conta o aumento da produtividade, uma mais justa repartição do Rendimento Nacional, aproximando o poder de compra dos trabalhadores portugueses dos seus companheiros dos outros países da CEE, dando satisfação às propostas apresentadas pelos Sindicatos e atacando a depauperação em sectores fundamentais da região como o têxtil, vestuário e calçado.**



**Actualização semestral do salário mínimo, com recuperação da desvalorização que teve desde 1975, e sua aplicação aos pescadores.**

**Garantia de reforma aos 60 anos, sem prejuízo de idades inferiores, e aumento intercalar das pensões, de imediato, e alteração da base de cálculo, passando a considerar a média dos três melhores salários dos últimos cinco anos.**

**Revalorização do valor do abono de família, que deverá ser universal e com quatro escalões, correspondentes ao rendimento e à composição do agregado familiar.**

**Valorização do subsídio de desemprego e sua extensão generalizada e sem limitações a todos os desempregados, incluindo os jovens à procura do primeiro emprego.**

**Combate à degradação social no distrito com a crescente insta-**

**bilidade de emprego, o recurso sistemático à contratação a prazo e com «recibo verde» e tomada de medidas energéticas que erradiquem os salários em atraso, o trabalho infantil, com a adopção da idade mínima de 16 anos para ingresso no trabalho, todas as formas de trabalho ilegal e manchas de pobreza na região.**

**Elevação acentuada da qualificação profissional dos trabalhadores da região do Porto, através da adopção de políticas adequadas no campo do ensino e formação profissional.**

**Garantia do livre exercício da contratação colectiva e dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, particularmente de associação e organização sindical e do direito à greve, pondo cobro ao sistemático recurso ilegal aos serviços mínimos.**

**Melhoria generalizada da qualidade de vida no distrito, em particular nas áreas mais sensíveis, com a alteração profunda das condições de higiene e segurança no trabalho, o reforço e benefício dos transportes colectivos, a dignificação das condições de habitação, a melhoria da prestação dos cuidados de saúde e a protecção do ambiente.**

**Criação da Região Administrativa do Porto.**

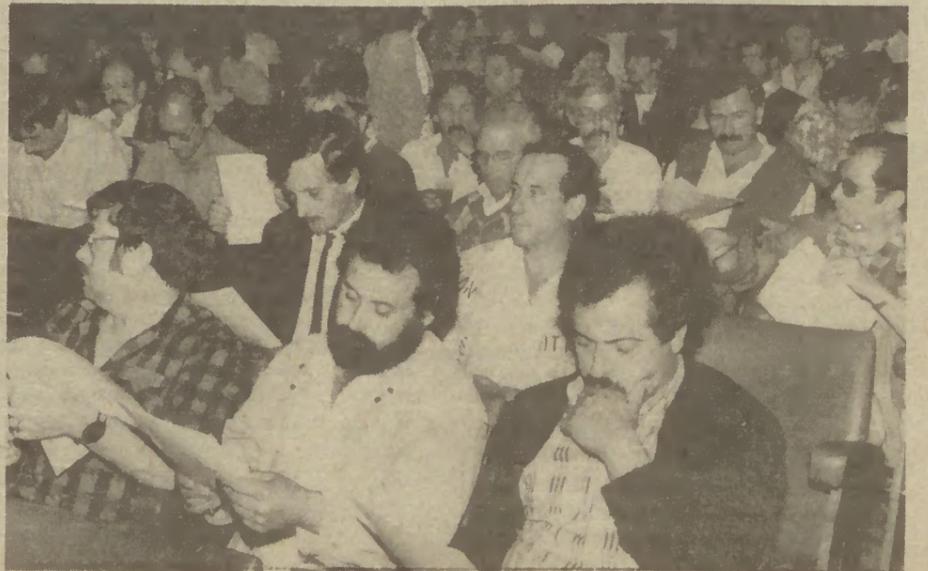
**Participação da USP e dos Sindicatos do Distrito em todas as instituições que definam e concretizem políticas e acções com implicações no desenvolvimento da região e nas condições de vida e de trabalho, designadamente nos órgãos de poder regional e local e na área do emprego, ensino e formação profissional, da saúde e segurança social, da urbanização e dos transportes, da higiene e segurança no trabalho e do controlo da aplicação dos fundos estruturais. ■**

## Unidade

Além dos 61 sindicatos que integram o Movimento Sindical Unitário no Distrito do Porto, participaram no Congresso, como observadores convidados, os sindicatos independentes dos Engenheiros Técnicos, SITAVA, Médicos e a Associação Socioprofissional da PSP.

Os sindicatos dos Seguros e Técnicos de Vendas, dois dos maiores sindicatos filiados na UGT no Porto estiveram igualmente presentes. Questionado sobre este facto, Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, considerou-o como «um reflexo positivo do caminho da unidade que se está a construir».

«A unidade de luta por objectivos concretos com todos os trabalhadores e com todas as organizações interessadas, sem preconceitos, foi uma orientação que se revelou fecunda e que importa desenvolver», reafirmou o Congresso da USP lembrando que «a política governamental ao serviço do grande capital trouxe à luta novas classes e camadas sociais» e que «a diversificação e o enriquecimento dos objectivos de luta motivou a participação de muitos grupos de trabalhadores e sectores socioprofissionais».



## Os direitos sociais da juventude na CEE

# Jovens comunistas reforçam cooperação

**P**ela primeira vez jovens comunistas de países da CEE estiveram reunidos num seminário realizado recentemente em Almada com o objectivo de debater problemas e formas de acção comum. No âmbito das medidas adoptadas destacou-se a decisão das organizações participantes de aderir ao Fórum de Juventude das Comunidades Europeias.

A iniciativa, promovida pela JCP, reuniu delegações de organizações de juventude comunista da RFA, Holanda, França, Grécia e Bélgica, esta última com representações da parte francófona e flamenga, contando ainda com um representante do Bureau da FMJD. Os participantes, cujo número rondou a centena, debateram a situação da juventude nos países da CEE, designadamente o emprego, a formação profissional, o ensino, direitos sociais, a política governamental para a juventude

### Problemas comuns

O seminário permitiu concluir que grande parte dos «problemas são comuns, colocando-se apenas a níveis diferentes de país para país, consoante o seu nível de desenvolvimento, bem como outros factores», salientou Manuel Coelho.

Esta ideia ficou expressa no documento do encontro, que aponta quatro linhas fundamentais comuns aos países participantes, na área do

## no espaço europeu

res é muito insuficiente, não correspondendo às suas necessidades e anseios. Foi igualmente assinalada «a dificuldade de organização dos jovens trabalhadores que tem por causa principal a precariedade no emprego e a grande diversidade e mesmo o choque de interesses causados por situações laborais muito diversificadas», conclui-se no documento final.

A temática do ensino mereceu também particular importância, nomeadamente as questões do acesso ao ensino superior e do financiamento do ensino público. Da análise efectuada concluiu-se que «a elitização do ensino no acesso e na frequência, apesar da especificidade de cada país e dos diferentes níveis a que se coloca, são características comuns» aos países representados, continua o texto aprovado. Ainda neste contexto, regista-se «o agravamento do financiamento do ensino público por parte do Estado» o

opção religiosa e política e à participação social.

Para Paula Coelho, o seminário provou a necessidade à muito sentida de as organizações comunistas se unirem no sentido de uma coordenação da sua actividade a nível regional, caso da CEE. Como afirma uma conclusão aprovada, «o capitalismo, pela sua essência exploradora e por se encontrar ao serviço de uma única classe, é incapaz de dar resposta a estes justos anseios». A dinamização da luta juvenil pela conquista dos seus direitos é assim fulcral para a «agudização das contradições internas do sistema capitalista, para a construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, efectivamente democrática, uma sociedade humana e justa, a sociedade socialista, única capaz de efectivar os direitos e anseios juvenis».

Os intervenientes denunciaram o carácter meramente consultivo com

tegração europeia e a aceleração do processo de construção do Mercado Único de 1993, correspondendo aos superiores interesses do grande capital e à intensificação da exploração dos trabalhadores, lança aos jovens o desafio de se unirem em defesa dos direitos sociais ameaçados e de impor uma verdadeira coesão económica e social na Europa». Neste sentido, os jovens comunistas reunidos foram unânimes quanto à necessidade de responder às novas formas encontradas pelo grande capital, pelos governos e forças ao seu serviço para controlar ideologicamente a juventude, reforçando a sua acção e estreitando as suas relações de amizade. «Este seminário», na opinião de Paula Coelho, «foi um momento importante também porque se abriram grandes perspectivas de cooperação entre as várias organizações de juventude comunista presentes. Em relação à JCP, foi entregue um



Paula Coelho e Manuel Coelho, da Direcção Nacional da JCP, realçaram ao «Avante!» a importância da união de esforços dos jovens comunistas dos países da CEE com vista a uma acção comum

de, a mobilidade na CEE e a participação social.

Em conversa com o «Avante!», Paula Coelho, deputada e membro da Direcção Nacional da JCP, e Manuel Coelho, também da Direcção Nacional da JCP, referiram que o encontro demonstrou que «os principais problemas da juventude continuam a agravar-se, evidenciando que a sociedade capitalista não está à altura de resolver os problemas juvenis, a exemplo da precarização do emprego, aumento da taxa de desemprego, selectividade no ensino, e outros, que são de facto preocupações enormes para os jovens destes países».

emprego e da formação profissional. Concretamente, a «precariedade no emprego» aumenta escandalosamente em diversos países»; relativamente à formação profissional o seminário, reconhecendo-a como um «vector importante para o desenvolvimento europeu», considerou que é «na generalidade desajustada das realidades regionais e, juntamente com uma ocupação precária dos jovens, serve para iludir as estatísticas, dando assim uma falsa imagem de progresso e desenvolvimento».

Por outro lado, os comunistas presentes realçaram que «a protecção social aos jovens trabajado-

qual se reveste de formas diversificadas mas que assentam, sobretudo, «no corte de verbas para a educação e, conseqüentemente, nas tentativas de aumentar os valores das propinas e num forte incremento de estabelecimentos de ensino superior privados». Deste conjunto de factores resulta uma degradação da qualidade de ensino, no que, segundo afirmou Manuel Coelho, Portugal enfrenta uma das situações mais graves.

### Objectivos da luta

Os participantes convergiram igualmente nos objectivos da luta comum que travam, destacando entre o vasto conjunto de direitos juvenis que defendem, «o direito ao ensino, gratuito, universal e de qualidade, o direito ao trabalho efectivo, no respeito pelo princípio de trabalho igual, salário igual, o direito à habitação, à objecção de consciência, ao desporto, à cultura, à educação sexual e planeamento familiar, à saúde gratuita e de qualidade, à

que, nomeadamente na CEE, tem sido vista a participação juvenil, onde a sua intervenção efectiva não é desejada, e consideraram fundamental conquistar espaços de participação, designadamente na gestão escolar, no poder central e local, na intervenção cultural, no reforço e desenvolvimento do movimento associativo.

A mobilidade europeia foi por sua vez defendida como «um meio de promover a paz, a amizade e a cooperação entre os povos, em oposição à xenofobia». Contudo os participantes rejeitaram «uma mobilidade ao serviço do capital como meio de ataque às identidades nacionais, promovendo o nivelamento por baixo das conquistas sociais e acentuando as desigualdades», lê-se nas conclusões aprovadas.

### Reforçar a cooperação

No decorrer dos trabalhos foi manifestada a convicção de que «a in-

grande número de propostas de intercâmbio cultural, tais como semanas de amizade, etc. São propostas que teremos de estudar e que, certamente, vamos concretizar.»

É neste quadro de cooperação e reforço da actividade que se insere a decisão tomada de aderir ao Fórum de Juventude das Comunidades Europeias, no âmbito do qual os jovens comunistas pensam poder aumentar a sua capacidade de intervenção nas questões da juventude. Esta decisão será ainda objecto de análise em Setembro próximo, altura em que se realizará uma segunda reunião.

Na sessão de encerramento, intervieram o eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, Paula Coelho, pela Direcção Nacional da JCP, e o representante do Bureau da FMJD, T. Angles.

Como nota final, é ainda de referir que paralelamente aos trabalhos do seminário decorreu uma iniciativa entre a JCP e o Movimento de Juventude Comunista Francesa, totalmente dedicada às questões do ensino nos dois países. ■

# ÉVORA

Após o XIII Congresso (Extraordinário) as organizações do PCP lançaram-se de imediato numa intensa divulgação das suas conclusões e na definição de planos de trabalho para levar à prática desde já, e no decorrer dos próximos meses, as orientações aprovadas no grande encontro de Loures. Isto, naturalmente, aliado à experiência e ao debate que entretanto já vinha tendo lugar nas organizações, e de que, em muitos casos, foram saindo perspectivas de trabalho, apontadas à reestruturação e remodelação, à reorganização e melhoria da actividade e funcionamento do Partido. O exemplo que hoje deixamos aos nossos leitores vem do Sul. Trata-se dum apanhado de conclusões assumidas numa importante reunião de quadros promovida pela Comissão Concelhia de Évora do PCP. Uma reunião que teve como objectivo central aprovar «medidas concretas que reforcem a organização e a intervenção do Partido a nível do concelho» já nos próximos meses. Isto num concelho onde os comunistas têm fortes responsabilidades, nomeadamente nos órgãos autárquicos. A Concelhia de Évora divulgou ao «Avante!» um depoimento com as conclusões desse encontro de quadros.

Após o XIII Congresso o Partido ficou melhor apetrechado para reforçar o seu trabalho de organização e intervenção política. Os eborenses esperam de nós uma intervenção mais activa em todo o concelho e nós temos o dever de responder com esse salto qualitativo.

As nossas responsabilidades num concelho como Évora exige de todos nós e de cada um, individualmente, uma maior e melhor intervenção em todas as frentes.

«Évora Cidade Limpa», «Évora Património Mundial», «Évora Cidade da Europa», «Évora Cidade Cultural», são palavras que nos dizem muito, mas sobretudo trazem-nos, a nós, militantes comunistas, grandes responsabilidades. Estamos certos que estaremos à altura destas exigências, mas para tal precisamos de trabalhar mais e melhor.

Évora é um concelho em que a direita procura os nossos desízes, procura as nossas fragilidades, pelo que não podemos adormecer à sombra dos êxitos alcançados. Precisamos de trabalhar mais e melhor para que o Partido intervenha cada vez mais no concelho.

A política do actual Governo traz mais e complexos problemas à vida dos trabalhadores do concelho. O desemprego e a precariedade do trabalho, o custo de vida, o encerramento de algumas empresas, são factores de degradação das condições de vida da nossa população. Precisamos de conhecer melhor estes aspectos e traçar orientações de luta que defendam os interesses dos trabalhadores.

Nós, comunistas, sabemos que vale a pena lutar. Vamos continuar a lutar com mais determinação para que, como comunistas que nos orgulhamos de ser, possamos reforçar este grande Partido para o nosso tempo — o Partido Comunista Português.

## A organização no concelho

No concelho de Évora, com os seus 43 412 eleitores, a organização do Partido representa 5,1% do eleitorado.

É uma realidade que o Partido se tem implantado ao nível de todo o concelho, com um desenvolvimento desigual, nas freguesias rurais com mais facilidade, nos bairros e na cidade intramuros com um recrutamento mais orientado.

Consideramos que existem condições para alargar a influência do Partido ao nível de todo o concelho e trazer mais camaradas ao Partido.

Para tal é importante fazer um recenseamento orientado, dando particular atenção aos jovens e às mulheres.

Há novas empresas e novos locais de trabalho no concelho, para os quais precisamos de dar mais atenção, em especial as de maior dimensão. Outros locais de trabalho existem onde a influência do Partido, a organização e a militância são ainda muito fracas pelo que importa chamar à participação dos nossos militantes nos organismos sectoriais com vista à criação de células de empresa nesses locais.

Os locais de residência devemos merecer uma grande atenção, havendo bairros onde moram muitos camaradas com os quais não há contactos regulares. Consideramos também que algumas frentes de trabalho devem merecer uma maior atenção do Partido e uma intervenção mais activa dos nossos militantes.

A cidade com os seus 45 mil habitantes está em expansão. A classificação de Évora como Património Mundial e o aumento da população estudantil, trouxeram-nos novas exigências no campo do turismo e da juventude, face às quais, por não estarmos a responder, se exige a tomada de medidas especiais.

## Mais de 100 colectividades

A cidade tem um conjunto de agentes culturais que devem merecer uma grande atenção do Partido. Um exemplo: as mais de 100 colectividades, associações de moradores, etc., onde estão dezenas de camaradas nossos sem qualquer acompanhamento; é necessária a tomada de medidas orgânicas.

O Partido reforça-se se discute e apresenta propostas em que as pessoas acreditem. Para as apresentar é preciso conhecer os problemas. Para os conhecer é preciso estar ligado às populações e ao povo do concelho. Precisamos de discutir com mais regularidade os problemas concretos, as questões de bem-estar das populações. No nosso trabalho nem sempre isto tem acontecido.

Falar da importância de Évora no contexto da região não é necessário pois todos os conhecemos. No entanto, vale a pena lembrar que aqui reside mais de 30% da população do distrito de Évora.

A situação financeira do Partido a nível do concelho merece grande atenção. Existe um acentuado desequilíbrio entre despesas e receitas,

## Um exemplo significativo do trabalho que os comunistas dinamizam após o Congresso

existe falta de iniciativa, pelo que precisamos de melhorar o controlo financeiro.

É difícil compreender e aceitar que apenas 528 militantes estejam em dia com a sua quota. A quota mais alta é de 1500\$00 e ainda existem valores muito baixos. Neste sentido apresentamos propostas concretas.

A Imprensa do Partido está abaixo das reais potencialidades, vendendo-se no concelho 115 «Avante!» e 45 «Militante».

Também a campanha dos 150 mil contos para o terreno da Festa do «Avante!» está a andar com alguma irregularidade.

Pensamos que se torna mais importante apontar medidas para vencer dificuldades do que fazer o diagnóstico. Para que o Partido esteja em condições de corresponder às suas responsabilidades perante o povo do concelho, coloca-se a necessidade de apontar medidas concretas de direcção, organização, quadros e outras, para o reforço do Partido e do desenvolvimento da sua actividade.

## Algumas iniciativas políticas

A proposta que apresentamos tem como objectivo mobilizar energias individuais e colectivas, para que possamos superar atrasos e insuficiências que existem.

Procuraremos estimular e apoiar o trabalho dos militantes comunistas, impulsionar o colectivo partidário apoiando o trabalho dos autarcas, dos activistas sindicais, dos intelectuais, para o estudo das questões sociais, culturais, do associativismo e do desporto no concelho. Assim propomos:

- Realizar no mês de Outubro uma reunião-encontro sobre as questões do associativismo, da cultura e do desporto, dando a conhecer as nossas propostas e procurando ganhar os camaradas para a formação de um organismo junto da Comissão Concelhia;
- Realizar ainda no decorrer do 2.º semestre uma iniciativa com a juventude, definido com a JCP os seus contornos;
- Em Novembro/Dezembro, realizar uma iniciativa que trate dos pro-

blemas do desenvolvimento do concelho, à qual poderíamos dar o nome: **Évora que futuro? Évora Cidade da Europa?**, ou outro lema sugestivo.

Este conjunto de iniciativas terá como objectivo divulgar as propostas apresentadas no programa do PCP **Uma Democracia Avançada no Limiar do Século XXI**, mas também trabalhar para desenvolver nestas iniciativas um conjunto de democratas não militantes do Partido.

Para todas estas iniciativas serão indicados camaradas que constituam grupos de trabalho de dinâmias, mas procurando várias colaborações.

## Objectivos e medidas até final de 1990

Nas tarefas do Partido saídas dos XII e XIII Congressos dedica-se grande atenção aos problemas de direcção, organização e quadros.

O melhoramento do trabalho de direcção, a começar pela Comissão Concelhia e pelo seu secretariado, com o enriquecimento das suas características positivas e a superação das suas insuficiências e o melhoramento das estruturas de apoio ao trabalho da Comissão Concelhia, deve ser uma prioridade para o reforço do Partido no concelho. Considera-se importante que a Comissão Concelhia tome as seguintes medidas:

- Todos os camaradas deste organismo devem ter tarefas e responder regularmente por elas;
- Deve haver um funcionamento regular, se possível o máximo de 2 em 2 meses;
- A Concelhia deve discutir com regularidade os problemas do concelho;
- O secretariado deve funcionar para responder aos problemas concretos diários.

Durante o último semestre iremos reforçar o trabalho de quatro células na cidade: **Câmara Municipal, EDP, Siemens e CUOP**, devendo realizar-se pelo menos nas duas primeiras, as respectivas Assembleias, elegendo os seus secretariados — órgãos de direcção.

## Organização

Para o reforço da organização é necessário que todo o Partido se preocupe, discuta e tome medidas no concelho, não deixando esta tarefa apenas para alguns.

É necessário também que se verifique quais os camaradas que estão inscritos e aqueles que realmente são efectivos do Partido. Por exemplo: será de manter situações de camaradas que não querem ser membros do Partido, camaradas que não sabemos onde estão, camaradas que não pagam quotas, será de continuarmos a considerá-los membros do Partido? Propomos até ao fim do ano fazer a limpeza do ficheiro, no sentido de esarmos em condições de saber quem efectivamente está no Partido e quem quer continuar.

## Estrutura orgânica

Uma das propostas que apresentamos é que até final do ano faça-

mos esforços para procurar envolver mais camaradas no trabalho do Partido. Para esse efeito vamos realizar com regularidade plenários de célula, de freguesia, de bairro, fazer algumas assembleias de organização, voltar a fazer mensalmente o ponto político no Centro de Trabalho da Concelhia, além de outras iniciativas políticas.

A nível de sectores, propomos que funcionem com regularidade os organismos de direcção das diversas empresas industriais e transportes, criando para o efeito um organismo de direcção de sector. Há que dar vida ao organismo de serviços, com particular atenção à Função Pública e ainda ao Sector Intelectual, discutindo com os camaradas a estrutura adequada para o sector.

A organização dos bairros deve ser dividida em 4 zonas, como existe actualmente e cada camarada ter uma zona de bairros, criando para o efeito os respectivos organismos.

Na cidade propõe-se a formação de um organismo para a zona dentro das muralhas, que responda pela organização do Partido nesta área.

É nosso objectivo formar um organismo para as freguesias rurais, o qual tenha como objectivo até ao

fim do ano reforçar as Comissões de Freguesia existentes e formá-las onde ainda não existam.

Estas são algumas medidas que no plano da estrutura pensamos ser possível concretizar durante o 2.º semestre, com o objectivo de levar à prática as conclusões do XIII Congresso do Partido. Para tal é necessário dar mais atenção à formação de quadros, cuidar do seu acompanhamento e de um maior conhecimento.

Assim, consideramos ser fundamental responsabilizar mais quadros, inserir-los no trabalho do Partido, tendo em conta a disponibilidade de cada camarada. Pensamos que neste momento há condições para dar este salto qualitativo na organização do concelho de Évora.

## 2.ª Assembleia

A Comissão Concelhia de Évora e a reunião de quadros do PCP, ao aprovarem este plano de trabalho, decidem também realizar a 2.ª Assembleia da Organização se as condições estiverem criadas até final do ano, ou no 1.º trimestre de 1991.

Para este exaltante objectivo é fundamental que os militantes se disponibilizem para dar o seu contributo ao trabalho do Partido.

Reforçar a organização é reforçar a intervenção política do Partido, é reforçar a ligação do Partido à vida, ao povo e aos seus problemas concretos. ■



# Castelo Branco e Guarda

## Duas novas Direcções Regionais do PCP

De acordo com as decisões do XIII Congresso (Extraordinário) do Partido Comunista Português e as medidas de reestruturação e renovação tomadas com vista ao melhoramento do trabalho de direcção, são criadas na Beira Interior duas novas Direcções Regionais de âmbito distrital, a de **Castelo Branco** e a da **Guarda**, questão que vinha já sendo analisada há meses na Organização Regional. Em consequência desta reestruturação, a Direcção da Organização Regional da Beira Interior (DORBI) do PCP deixa de existir.

Esta reestruturação do trabalho de direcção e organização não tem outro objectivo que não seja propor-se superar atrasos, vencer debilidades e dificuldades, renovar e reforçar a actividade partidária nos dois distritos, dinamizar a iniciativa de massas, aproximar mais os organismos superiores da organização de base do Partido, desenvolver a luta em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores e das populações da Beira Interior.

A DORBI, criada em 1979, abrangendo os distritos de Castelo Branco e da Guarda, teve um papel importante no desenvolvimento e enraizamento da organização do Partido na região.

A DORBI procurou sempre acompanhar e estar no centro da luta dos trabalhadores, dos agricultores, dos jovens, das mulheres, dos reformados, do povo da região na defesa das suas justas aspirações.

Até à realização das próximas assembleias de organização e eleição das duas novas Direcções Regionais funcionam dois organismos na base das respectivas Comissões Distritais.

Informamos igualmente que temos calendarizado um conjunto de iniciativas a realizar até ao fim do ano, começos de 1991, designadamente:

- Realizar as assembleias da organização do Distrito de Castelo Branco em **Novembro**, a do Distrito da Guarda, prevista para **Outubro**;
- Realizar as assembleias da organização das seguintes comissões concelhias: de V.V. de Ródão, em 14 de Outubro; da Covilhã, em 7 de Novembro; de Castelo Branco, em 27 de Outubro; do Fundão, em 4 de Novembro; de Penamacor, em Outubro, de Seia, em 8 de Dezembro; da Guarda em Janeiro de 91; e a de Gouveia, com data ainda a marcar.
- Realizar um conjunto de reuniões de militantes por grandes sectores, nomeadamente na área sindical, juventude, ensino e outras;
- Realizar em **8 de Julho** jornadas autárquicas no concelho da Covilhã e um Encontro autárquico do distrito de **C. Branco** em **2 de Dezembro**;

- No distrito da **Guarda**, realizar **jornadas parlamentares** em torno de problemas como têxteis, agricultura, juventude, ensino, meio ambiente e turismo;
- Participar nas **Jornadas da Beira Interior**, a realizar em **Outubro**;
- Promover uma iniciativa em torno do Projecto de Regadio da Cova da Beira e dos Lanifícios, no mês de **Dezembro**/começos de **Janeiro**, integrada nas jornadas parlamentares do distrito de Castelo Branco;

Fazer uma grande festa de passagem de ano na inauguração das novas instalações do Centro de Trabalho da Covilhã;

- Temos em curso a preparação da Festa do «Avante!» a realizar em **7, 8 e 9 de Setembro**, na Quinta da Atalaia — Seixal, e a campanha dos 150 mil contos para a compra do terreno, cujas metas estamos empenhados em cumprir.

Estamos convictos de que a criação das duas novas Direcções Regionais irá reforçar e dinamizar mais a organização do Partido na região, alargar a sua influência, aprofundar mais a sua ligação às massas, aproximar mais a organização do Partido aos problemas locais.

O PCP é um Partido enraizado na vida, sempre com os interesses do País, ao lado dos trabalhadores e do povo, na firme defesa dos seus justos e inalienáveis interesses económicos, políticos, sociais e culturais. É, como diz o lema do XIII Congresso, um **Partido para o nosso tempo!**

(Informação divulgada aos órgãos da Comunicação Social pela Direcção da Organização Regional da Beira Interior do PCP, em 18 de Junho, a partir da cidade da Covilhã) ■

## Conferência de Imprensa da Comissão Distrital

A Comissão Distrital de Évora do PCP realizou recentemente uma conferência de Imprensa, que teve como objectivo dar a conhecer um conjunto de iniciativas dinamizadas por aquele organismo de direcção do Partido para divulgação das conclusões do XIII Congresso (Ext.), além de outras iniciativas integradas na actividade partidária nos próximos meses.

Algumas questões da actualidade política e social foram também levadas ao encontro com os jornalistas na cidade do Templo de Diana. Deixamos já de seguida à apreciação dos nossos leitores uma síntese dos temas aí abordados.

A realização do XIII Congresso em meados de Maio, foi um acontecimento de grande importância para a vida do Partido, para os democratas do nosso País, assim como um contributo à luta universal dos comunistas.

Os mais de 2000 delegados presentes aprovaram apenas por 4 votos contra e 19 abstenções a Resolução Política, na qual se faz a análise dos diversos problemas nacionais e internacionais, assim como se aponta as grandes tarefas imediatas do Partido.

Durante os dias do Congresso também o Comité Central procedeu ao reforço e renovação dos seus organismos executivos, com o objectivo de responder de forma mais eficaz aos diversos problemas do trabalho de direcção central.

Estas medidas, assim como as conclusões do XIII Congresso, foram muito bem recebidas na Organização Distrital de Évora. Nas reuniões, plenários e convívios realizados, ressaltou o ânimo das organizações para o trabalho e a sua sa-

tisfação pelas conclusões do Congresso.

A Organização Distrital de Évora, realizou no período compreendido entre 2 a 10 de Junho (semana da Campanha de Informação sobre o XIII Congresso), 30 iniciativas, nas quais participaram 1500 pessoas, estando ainda previsto até fins de Junho um total de cerca de 60 iniciativas.

Estão ainda pedidos diversos encontros com organizações e personalidades do distrito, a fim de se trocarem opiniões sobre as propostas aprovadas no Congresso.

## 2.ª Assembleia em Dezembro

Além de todas estas acções foram entregues milhares de documentos e realizaram-se dezenas de reuniões dos organismos do Partido o que demonstrou a sua grande vitalidade.

O Partido do distrito, além de todo este trabalho, tem-se empenhado em perspectivizar o trabalho futuro não só cumprindo o seu plano de actividades assim como reforçando com novas propostas de trabalho. Neste momento a Comissão Distrital de Évora já está empenhada no trabalho preparatório da 2.ª Assembleia da Organização Distrital que se realizará nos princípios de Dezembro.

Também várias Comissões Concelhias têm perspectivado as suas Assembleias; estas iniciativas têm uma grande importância para o reforço da democracia interna do Partido e não encontra paralelo na organização de qualquer outro formação partidária.

Além desta actividade, está em preparação a realização da XIV Festa do «Avante!», a maior realização política e cultural do nosso país, e que este ano terá lugar na **Quinta da Atalaia**, Amorã, no Concelho do Seixal, nos dias 7, 8 e 9 de Setembro. O terreno é proprieda-

de do PCP, desejo dos comunistas e de muitos democratas, os quais estão a fazer uma entusiasta campanha de fundos para pagar os 150 mil contos que custou a referida Quinta. O ALENTEJO estará presente na Festa com o seu enropado de trabalho. O artesanato e produtos do distrito estão já a vender as EP's (Entradas Permanentes), que podem ser adquiridas nos Centros de Trabalho.

A Comissão Distrital de Évora do PCP não cuida apenas do reforço interno. Dá grande atenção à luta na frente social, na frente de massas, materializando na acção a linha política do Partido.

Num momento em que o Governo se lança numa ofensiva elitista com a visita de ministros e secretários de Estado do distrito, com as mãos cheias de promessas, no concreto o que se vai materializando é fruto da luta activa do povo, do Partido Agrário. Também neste momento difícil os comunistas estão solidários com a luta dos trabalhadores.

Esta proposta na Assembleia da República, foi a CGTP/IN que propôs e fez diligências no âmbito desta reivindicação, foram os reformados que lutaram e obrigaram o Governo a ceder.

A gravidade das medidas governamentais já entregues na Assembleia da República contra a Reforma Agrária, mobilizará energias para lutar contra estas arbitrariedades, com medidas já anunciadas pelas organizações representativas dos trabalhadores nomeadamente a petição e a ida à Assembleia da República quando da discussão deste projecto de lei dia 26 de Julho. O PCP sempre esteve solidário com a luta pela Reforma Agrária. Também neste momento difícil os comunistas estão solidários com a luta dos trabalhadores.

Contra a política do actual Governo, o PCP não desenvolve apenas a luta, mas propõe ao povo e ao País uma alternativa democrática, para a qual devem ser empreendidos todos os esforços, nomeadamente do PS e do PCP. ■

# O caso do PRODEP

## demagógico

**C**ostuma dizer-se que as pessoas conhecem-se pelos actos que praticam; olhando a prática deste Governo o aforismo confirma-se com singular facilidade pelo que, ao menos aqui, o executivo de Cavaco Silva se pode legitimamente gabar de transparência, como mais uma vez o demonstrou a semana passada ao assinar em Lisboa, com pompa e circunstância, o «Programa para o Desenvolvimento da Educação em Portugal» (PRODEP). A singularidade está no facto de se tratar de algo já acordado e assinado com a CEE e de o dito cujo PRODEP ser uma coisa que começou a ser publicitada em Julho de 1988 como sendo um programa de 428 milhões de contos para a Educação em Portugal, verba que minguou em Dezembro desse ano para 348 milhões de contos e, em Maio seguinte, para 276 milhões. Ao longo deste processo o Governo sempre se negou a explicitar claramente o conteúdo e a forma de elaboração do PRODEP, não o apresentou na Assembleia da República até Setembro de 1988 (como estava obrigado pelo Artigo 60.º da Lei de Bases do Sistema Educativo) e «inaugura-o» agora quando se tratava de um programa para vigorar entre 1989 e 1992.

Temos aqui, sem dúvida, um acto de evidente transparência. Tanta que até se vêem, com toda a nitidez, as eleições do próximo ano.

Se as eleições do próximo ano se vêem com toda a nitidez através de mais este acto demagógico do Executivo de Cavaco Silva, o mesmo se não pode dizer das reais vantagens para o Ensino em Portugal que tal assinatura pretende realizar, como o denunciou de imediato a Federação Nacional de Professores (FENPROF) em conferência de Imprensa realizada na Escola Secundária Passos Manuel, em Lisboa, que referimos em caixa.

Em igual sentido veio uma nota do Gabinete de Imprensa do PCP sobre esta assinatura do PRODEP, emitida também de imediato e considerando que tal assinatura «não constitui qualquer novidade», tratando-se de «mais um acto de propaganda eleitoralista (entre outros) de um programa tardio, que já passou por um largo folhetim de versões e correcções, envolvidas por um secretismo governamental pouco abonatório da sua idoneidade e transparência». A nota recordava ainda que «desde há muito que o PCP tem afirmado ser indispensável e urgente empreender um esforço de investimento na Educação em Portugal que possibilite, a curto prazo, ultrapassar a situação de gritante atraso educativo em que o nosso país se encontra em relação aos países mais desenvolvidos». E acentua: «No quadro actual da integração europeia, que torna ainda mais fulcral a rápida superação desse atraso, o PCP sempre tem defendido a aplicação de verbas comunitárias provenientes dos fundos estruturais no desenvolvimento do sistema educativo português».

### O minguar de um Programa

Vale a pena historiar a curiosa trajectória deste Programa para o Desenvolvimento da Educação em Portugal, como o fizeram, aliás, tanto a nota do PCP como os professores na sua conferência de Imprensa.

O PRODEP começou por ser publicitado em Julho de 1988 como sendo um programa de 428 milhões de contos para a Educação em Portugal. Em Dezembro do mesmo ano foi republicado com os mesmos objectivos, mas com 348 milhões de contos. Em Maio de 1988 surgiria integrado no chamado Plano de Desenvolvimento Regional, sendo contemplado com cerca de 100 milhões de contos de comparticipação comunitária, condicionada a um investimento nacional da ordem dos 176 milhões de contos.

Em todos estes actos a anunciar o que nunca ninguém viu, o Governo apresentou-se sempre, é claro, como o salvador do Ensino em Portugal, pesasse embora tratar-se de um salvamento com bóia cada vez mais curta. Mas não se ficou por aí, como era também de esperar.

De facto, ao longo deste processo o Governo sempre se negou a explicitar claramente o conteúdo e a forma de elaboração do PRODEP. Instado por diversas vezes, tanto pela Assembleia da República como pelo Conselho Nacional de Educação, a dar-lhes conhecimento fidedigno do PRODEP, o Executivo nunca o fez até

hoje. Quanto ao actual PRODEP, assinado agora com tanta solenidade, não é de certeza o «Programa de Desenvolvimento do Sistema Educativo, com um horizonte temporal a médio prazo», o mesmo Programa que deveria ter sido apresentado na Assembleia da República até Setembro de 1988, por força do Artigo 60.º da Lei de Bases do Sistema Educativo...

### Mera propaganda

Neste quadro, a nota do PCP critica duramente a assinatura do PRODEP:

«O documento agora assinado pelo ministro da Educação — afirma a nota — é tardio, fica longe dos objectivos iniciais e não garante, só

## FENPROF em conferência de Imprensa

### Está a sonhar, sr. ministro...



por si, o desenvolvimento que se impõe do sistema educativo. Tardio porque, sendo um programa para vigorar entre 1989 e 1992, só está a ser assinado em meados de 1990. Fica longe dos objectivos inicialmente traçados em volume de financiamento. Não dá garantias, só por si, do desenvolvimento urgente do sistema educativo, na medida em que a sua concretização efectiva depende de um investimento nacional na educação, a que o Governo até ao momento não deu sinais de corresponder.»

Assim, «o acto solene hoje realizado é um acto de mera propaganda eleitoralista porque é a assinatura de algo já acordado e assinado com a Comunidade, constando mais precisamente do Quadro Comunitário de Apoio, que por sua vez «reflecte o resultado da primeira fase das negociações relativamente ao Plano de Desenvolvimento Regional», segundo se pode ler nas Grandes Opções do Plano para 1990 (Lei n.º 100/89, de 29 de Dezembro)».

Finalmente, o PCP «considera indispensável não apenas assegurar o aproveitamento integral do PRODEP mas prosseguir uma política global de desenvolvimento educativo, de acordo com as necessidades de progresso do nosso país». ■

Na conferência de Imprensa realizada na sequência da assinatura, pelo Governo, do PRODEP, e Federação Nacional de Professores teceu duras críticas ao Executivo e ao Ministério, nomeadamente quanto à «dança dos números» com que o financiamento do Programa tem sido bandeado desde 1988, o que faz a FENPROF considerar que «ou os cálculos financeiros para cumprir os objectivos almejados pelo Governo foram inicialmente feitos de um modo deficiente, ou esses objectivos, perante as verbas ora anunciadas, passaram ao domínio da pura demagogia — campo, aliás, onde o Ministério da Educação se passeia com à-vontade invejável».

Quanto ao Programa propriamente dito «os crentes (nos actos do Ministério) serão levados a acreditar que, assinado o PRODEP, o insucesso escolar baixará até 1992 para os índices da CEE. Porém, com três anos de Roberto Carneiro na pasta da Educação, as taxas de insucesso continuam altíssimas e o seu PIPSE foi (é) uma experiência confrangedora».

E prossegue a FENPROF:

«Sonha o ministro Roberto Carneiro com mais umas centenas de milhar de alunos no Sector Educativo, desde a escolaridade obrigatória até à Universidade, a fim de alargar a frequência escolar para índices da CEE. No entanto a realidade mostra-nos que o titular da Educação não tem sido capaz de dotar o País com as instalações necessárias aos alunos que actualmente frequentam o sistema — do 1.º ano do Básico ao Superior».

E pergunta a FENPROF ao ministro:

«E os mais de 10 000 professores que são necessários para esse acréscimo de população escolar, como os forma em quatro anos? E com que qualidade? Se está a pensar numa formação inicial com a mesma qualidade daquela com que o Ministério da Educação e a Universidade Aberta promoveram a profissionalização de cerca de 3500 professores, mais vale o País fechar as portas». n



A demagogia do Governo continua a não solucionar os graves problemas do Ensino em Portugal

# Autarquias em dificuldades financeiras

## Isonções fiscais

### à custa do Poder Local

**A**s dificuldades financeiras sentidas pelas autarquias têm sido ultimamente tema de tomadas de posição, em protesto contra a política governamental denunciando o provocar da «asfixia financeira dos municípios» e da não atribuição de meios para um real desenvolvimento local e regional. Tal aconteceu recentemente com a Associação Nacional dos Municípios a propósito da decisão do Governo em aumentar as possibilidades de isenção da Contribuição Autárquica e do Imposto de Sisa, verbas cobradas pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos cujo produto revertia totalmente para as Câmaras Municipais. Esta semana damos conta de deliberações sobre este assunto tomadas pela Associação de Municípios do Distrito de Beja (AMDB) e ainda das Câmaras do Seixal e do Barreiro. A falta das devidas compensações financeiras, legalmente impostas, é a principal queixa das autarquias sobre esta última medida governamental, a que se junta um extenso enunciar de dificuldades apresentadas pelos municípios de Beja.

Para a AMDB a situação financeira das autarquias foi agravada recentemente pelo Governo, através das seguintes medidas: deficiente aplicação da primeira Lei das Finanças Locais, que se traduziu em defraudar as finanças autárquicas em milhões de contos; subestimação do valor do IVA previsto no orçamento do Estado, o que se traduziu numa significativa redução do montante do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) transferido anualmente para os municípios; não actualização do cadastro, designadamente dos prédios rústicos, o que para além de impedir os municípios de arrecadarem maiores receitas gera situações de grande injustiça social (como é o

visão do IVA no orçamento do Estado e o pagamento retroactivo das diferenças verificadas; a inscrição no orçamento do Estado das verbas compensatórias dos municípios pelas isenções decididas pelo Governo, quantificadas município a município, como determina a Lei; a transferência atempada das participações dos fundos comunitários nos investimentos dos municípios; o rápido pagamento de todas as dívidas do Governo às autarquias locais» e, finalmente, «a facilitação do acesso ao crédito bancário e juros mais bonificados».

Dificuldades de concretização dos planos de actividades, «o que se traduziria num atraso na satisfação de

«A Câmara Municipal do Barreiro expressou, em moção, o seu protesto contra a decisão governamental de limitar, ainda mais, os escassos recursos financeiros das autarquias que, já por si, possuem grandes carências de equipamentos, quer sociais, quer reprodutivos»

Câmara Municipal do Barreiro

«A generalidade das autarquias locais debate-se com graves dificuldades financeiras causadas essencialmente pela política governamental...»

Associação de Municípios do Distrito de Beja

«... aumentos de despesas com pessoal (IRS, Segurança Social), novos encargos em áreas da responsabilidade da administração central, retenções de fundos dos municípios, não adiantamento das verbas comunitárias nos projectos e operações co-financiadas pela CEE...»

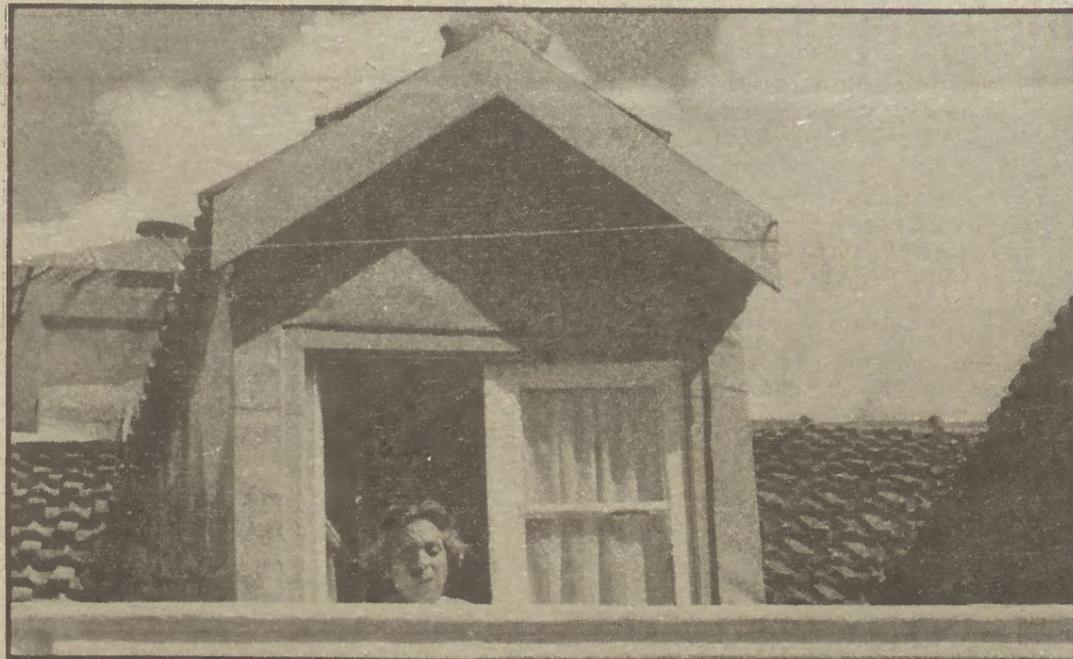
Câmara Municipal do Seixal

caso dos proprietários de grandes herdades pagarem menos de Contribuição Autárquica do que simples proprietários de casa própria); aplicação do IRS (antecedido do Imposto Profissional) aos trabalhadores autárquicos sem que as autarquias tenham sido compensadas por esses encargos; transferência de novos encargos para as autarquias locais, nomeadamente na área do ensino, sem a correspondente transferência de meios; atraso na transferência de participações de fundos comunitários em investimentos para cuja concretização as autarquias não dispõem de verbas próprias; isenções de pagamento de Sisa e Contribuição Autárquica sem que as respectivas compensações sejam pagas aos municípios.

### Populações prejudicadas

Alertando a população para as consequências desta situação, deliberou a AMDB, em reunião do passado dia 18, reclamar a urgente actualização do cadastro, principalmente dos prédios rústicos; a correcta pre-

necessidades e aspirações justas das populações»; dificuldades de municípios em candidatarem projectos aos programas comunitários por não terem capacidade de investimento na parte que lhes cabe; «dificuldades de autarquias locais pagarem este mês o subsídio de férias aos seus trabalhadores e, alguns terem-se visto já obrigados a não fazerem novos contratos com trabalhadores fora dos respectivos Quadros»; atrasos nos pagamentos a fornecedores e empreiteiros; o risco: de «colectividades, associações e clubes» verem reduzidos os apoios que habitualmente recebem das autarquias locais, «o que não deixará de representar dificuldades na sua actividade, que em grande parte depende desses apoios»; e ainda «a redução da componente social na fixação de taxas, tarifas e serviços prestados» são alguns dos efeitos desta política governamental denunciada pela AMDB que deliberou manifestar à Associação Nacional de Municípios «o seu apoio às posições já tomadas e a sua disponibilidade para prosseguir e intensificar a luta em defesa da capacidade financeira das autarquias locais, imprescindível ao desenvolvimento local e regional».



As dificuldades financeiras das Câmaras Municipais foram agravadas recentemente com decisões do Governo do PSD. É o trabalho mais directamente relacionado com os benefícios reais das populações que está em perigo. Dos melhoramentos no parque habitacional, à instalação de infra-estruturas, até ao simples arranjo de um jardim...

Tendo como motivo próximo a recente decisão do Governo de aumentar as isenções da Contribuição Autárquica e do Imposto de Sisa, contribuição e imposto que eram receitas afectas aos orçamentos dos municípios; também as últimas reuniões das câmaras do Barreiro e do Seixal acusaram o Governo de agravar drasticamente com esta e outras medidas a situação financeira das autarquias.

Considera a Câmara do Seixal ser «urgente» e necessária a tomada de posições sobre esta matéria, até por-

que nos casos da contribuição autárquica e do imposto de sisa o Governo não cumpriu o artigo número sete da Lei das Finanças Locais, que estipula deverem ser os municípios compensados do corte destas verbas, através de dotações a inscrever no orçamento do Estado.

Sobre este assunto reinvidica a Câmara do Barreiro, por seu lado, que «o prejuízo causado seja objecto de compensação», nomeadamente com transferência legalmente prevista de verbas do FEF para as autarquias penalizadas.

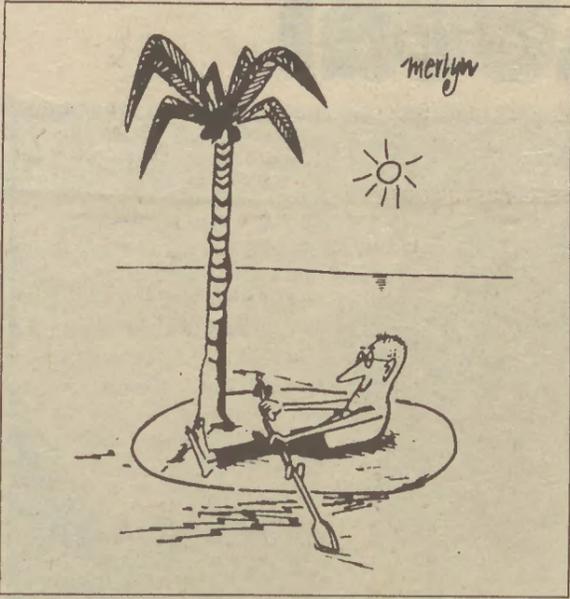
Ambos os municípios entenderam dever comunicar aos órgãos de soberania o seu protesto sobre esta medida, nomeadamente ao Governo e Assembleia da República, bem como à Associação Nacional de Municípios que entretanto protestará já contra o conteúdo do decreto-lei anunciado após reunião do Conselho de Ministros.

A Câmara do Barreiro vai mesmo mais longe, ao exigir que «a medida ministerial seja anulada em prol dos interesses das Finanças Locais». ■

## Números

Os números — quase sempre catastróficos — pois quem se interessa por outra coisa? — são o prato forte de alguns jornais. E o primeiro de todos eles a dar o número, logo de entrada e

## Pontos Cardeais



oportunidade e, patrioticamente, exorta os homens do escrete canarinho a chutar para dentro da baliza do adversário. No final, houve azar. A Argentina ganhou. Mas o azar não foi tão grande assim. Se o Brasil tivesse ganho, haveria festa para durar uns meses e fazer esquecer a penúria. Assim, perdendo, vai haver tristeza tão funda que não vai dar lugar a mais nenhuma. Como dizia um humorista de lá, a inflação só serve para «desviar a atenção do povo». Toda a gente fica contra o técnico e vão deixar Collor em paz....

## O culpado

Em alguns países do Leste da Europa que, mais ou menos convulsivamente, mais ou menos gradualmente, empreenderam o caminho de acabar com o socialismo, gastou-se muito tempo a falar dos males do «sistema». O culpado era o «sistema». Das ineficiências,

dos erros, da paragem no desenvolvimento, das carências. Então, seguindo as velhas cartilhas do capitalismo, vieram alguns e disseram que o mercado era o melhor, que o capitalismo é que era bom. Depois... continuaram as ineficiências, aumentaram os erros, cresceram as dívidas, aprofundaram-se as carências. Longe de nós negar antigos erros. Longe de nós exultarmos com os novos. Mas como os factos são factos, já agora, ouçamos um pouco o que dizem os polacos sobre os milagres do governo do «Solidariedade»: «Nós esperávamos apenas uma queda de cinco por cento na produção e tivemos trinta por cento», queixa-se o vice-ministro do Planeamento. Entretanto, o desemprego é já calculado em milhão e meio de pessoas. Quanto à habitação, o Estado já não dá crédito. Os transportes aumentam cem por cento — no caso dos comboios. E, como diz um artigo de «O Público», donde repescámos estas queixas, até o Metro de Varsóvia pode servir de comparação: «As obras (...) iniciadas há uma década pelo regime comunista, nunca foram concluídas. A culpa era do sistema ineficiente. Agora a construção do Metro foi totalmente paralisada porque o novo governo deu prioridade à contenção do enorme défice público».

em letra gorda na primeira página, é o «Correio da Manhã».

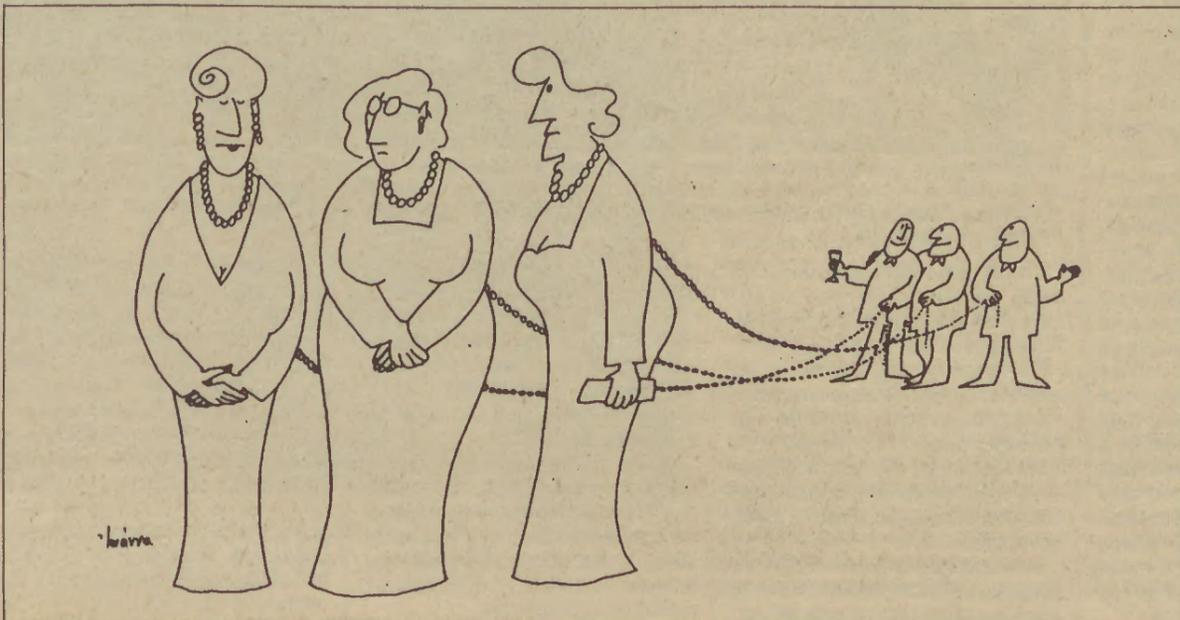
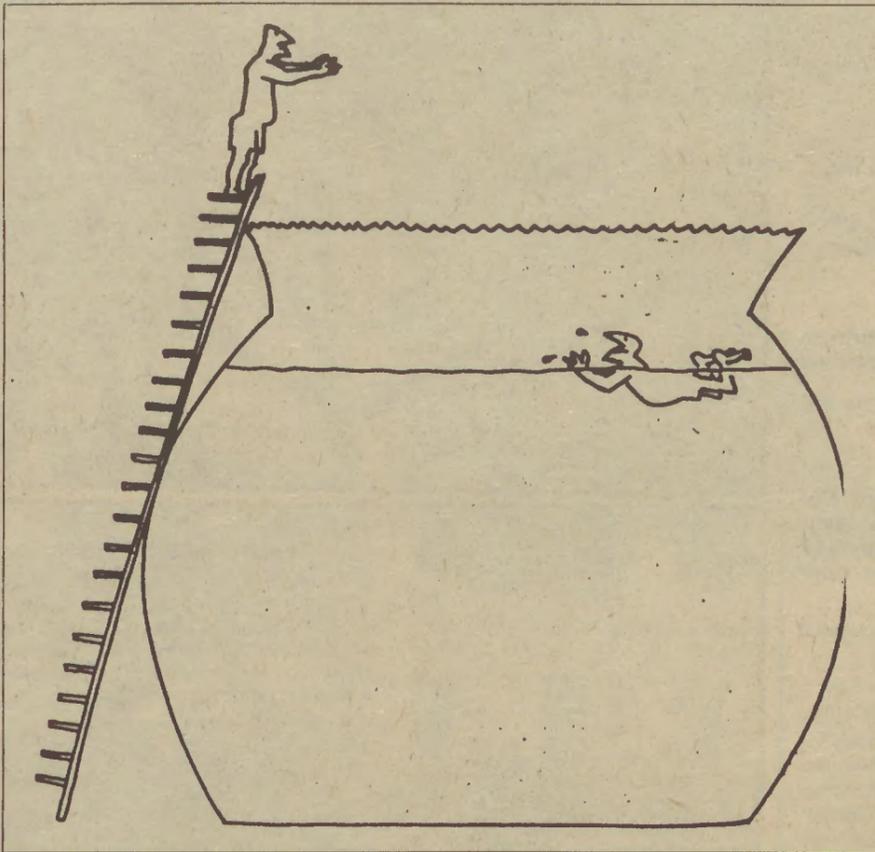
Em apenas uma semana, entre mortes, terramotos e feridos na estrada, a manchete, a encher o olho, pode ser sempre reduzida a números.

Vejamos então meia dúzia de exemplares da semana corrente:

Na quinta-feira passada «Sampaio aumenta impostos municipais», isto para fazer ver como é que a coligação tem sido bera; Na sexta, «Um milhão depende do álcool», certamente para esquecer as agruras da vida; No sábado, «Dinheiro a mais entope economia». Claro. As dificuldades dos portugueses não são por haver dinheiro a menos. O grande problema dos portugueses, para além do entupimento descrito, vem explicado no dia seguinte: Domingo — «Precisamos de mais cadeias»... Segunda — «Fumanos 12000 toneladas de tabaco»... Terça — Para acabar na Câmara, o «CR» explica ao leitor porque é que as «Dívidas à Câmara não são do Governo». E assim se encerra o ciclo.

## O chute

O presidente Collor, lá do Brasil, acabou de receber um presente mesmo



## Gazetilha

por Ignotus Sum

## Transitória

Já vai nos catorze a inflação.  
Que grande história!  
E diz-nos o Cavaco com voz doce:  
— Trata-se de uma situação aborrecida, sim, mas transitória.

Pois é, pois é. Eu cá diria com algum acinte:  
Qualquer dia  
Chegamos aos vinte...

## Epigrama

Dizem os bem instalados que os olhos, de tanto ver, nos grandes supermercados são os primeiros a comer.

Olhos há que (tão careiros os artigos que lá tem) não são somente os primeiros: são os únicos também...

## Galeria

O que faz tudo a «bem» do seu país.  
O que de riso em riste ReTePece.  
O que aprendeu só a dizer Yes.  
O que tem, de bovino, um ar feliz.

O que diz que o que diz, é o que diz.  
O que já foi e já não conhece.  
O crente que ao cifrão mais agradece.  
O que esgaravata a alma no nariz.

O que se serve e diz que isso é serviço.  
O que está podre e diz que isso é ser viço.  
O que somente aos fortes dá lugar.

O que despreza mesmo a quem o quer.  
Ai estão alguns retratos que o Poder venera no salão familiar.

## Valores

Já se avança com o estudo pra saber quando é que o escudo vai entrar para o cabaz das moedas europeias. As coisas tornam-se feias pois o escudo é fraquinho e assim por este caminho já se diz que, qualquer dia que não vem longe, afinal por este andar, Portugal perderá soberania.

Mas Cavaco, tão dorido por motivos pessoais tem, dentro do seu partido, cousas que o afligem mais...

## Modernização

Mais um banco assaltado.  
Eu cá sou franco:  
fico sinceramente embaçado quando sei de mais um assalto a um banco e não são poucos...

Pois enfim.  
Quanto a mim os assaltos são deveras loucos.

O risco se divisa.  
Em caso de má sorte são uns anos de prisão ou um balázio da polícia, a morte...

Trouxas! É que eles tinham outra solução.  
Eu cá, no seu lugar eu preferia a modernização, caramba, é mais normal, mais regular.

Como lhes digo: eu candidatava-me antes (não sou tanso!) a um Fundo Europeu...

Sempre é outro descanso...

# Agenda

Avante!

Ano 60 — Série VII  
N.º 862

28 de Junho de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Festa POPULAR COMÍCIO

Praça da Figueira

29 de Junho (6.ª feira)

a partir das 20.00 h

INTERVENÇÃO POLÍTICA  
AS 21.30 HORAS DE

CARLOS CARVALHAS  
SECRETÁRIO-GERAL-ADJUNTO DO PCP

DORL DO PCP

PCP

- Baile popular animado por uma banda

- Marcha da Bica

## Festa popular na Praça da Figueira

É já amanhã que tem lugar na Praça da Figueira a anunciada Festa Popular promovida pela DORL do PCP, dirigida à população de Lisboa.

Para as 21.30 está previsto um comício com a participação do camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP.

A festa inclui, a partir das 20 horas, tudo o que faz uma Festa Popular no mês de Junho e em Lisboa — e, sem falta, sardinhas assadas e manjericos... Mas inclui também um baile popular animado por uma Banda e a exibição da Marcha da Bica.

## FESTA AMIGA

### Festa Amiga em Pinhal Novo

Neste fim de semana — dias 29 e 30 de Junho e 1 de Julho — realiza-se no Largo do Mercado em Pinhal Novo a 11.ª edição da Festa Amiga, promovida pelo PCP, que tradicionalmente abre os festejos de Verão naquela vila.

Exposições, vendas, petiscos, espectáculos musicais são propostas para os três dias da festa, que integra, no domingo às 21.30, um comício durante o qual falará sobre a situação política o camarada Carlos Carvalhas.

## 1.ª Assembleia da Zona Ocidental de Lisboa

A nova «Zona Ocidental de Lisboa», decorrente da recente reestruturação orgânica da cidade, realiza no próximo sábado, no Centro de Trabalho de Alcântara, a partir das 14.30, a sua 1.ª Assembleia de Organização.

Sob o lema «Conhecer para Resolver», a Assembleia propõe-se aprofundar o conhecimento colectivo sobre a organização do Partido na Zona e sobre os problemas das freguesias, discutir a acção dos comunistas na luta pela resolução dos problemas das populações e eleger o novo organismo de direcção.

## Plenário de professores de Setúbal

A Frente de Trabalho da Educação e Ensino da DORS promove no próximo sábado um encontro distrital de professores do PCP, com o objectivo de discutir a acção reivindicativa no sector, sua coordenação e acompanhamento partidário, e ainda a gestão e condições de trabalho nas escolas e linhas de intervenção dos comunistas.

Neste encontro, que decorrerá das 15 às 19 horas no Centro de Trabalho da Comissão Concelhia do Barreiro, participa o camarada Agostinho Lopes, do Secretariado e Comissão Executiva Nacional do CC.



## Encontro de mulheres comunistas de Setúbal

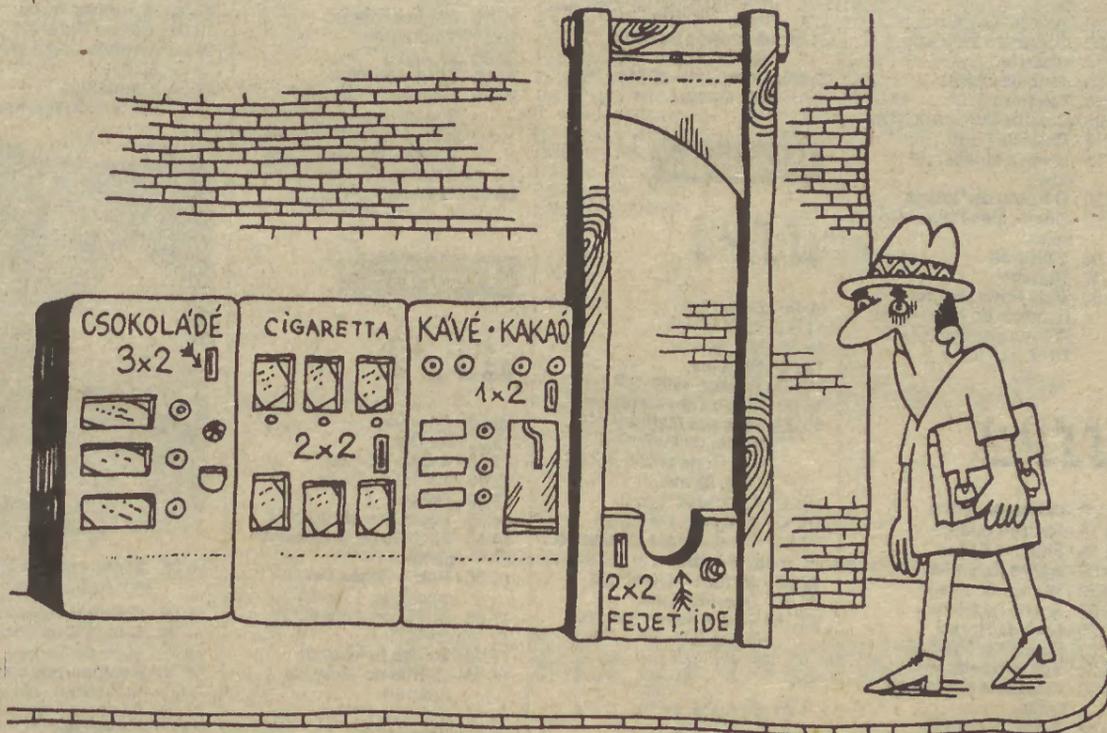
A mulher e a sua participação na vida local é o tema do encontro de mulheres comunistas do distrito de Setúbal que no próximo sábado reunirá na SFUAP na Cova da Piedade mulheres que, eleitas ou activistas, intervêm já na actividades das autarquias e sindicatos, nas cooperativas, colectividades e organizações populares de base.

O objectivo é não apenas fazer o levantamento da presença e acção das mulheres na vida local, mas sobretudo traçar linhas para uma maior mobilização e intervenção das mulheres na concretização e defesa dos seus direitos e dos direitos das populações.

O encontro tem início às 15 horas e nele participa a camarada Luísa Araújo, membro do Secretariado e da Comissão Executiva Nacional.

## Convívio em Cascais

Por iniciativa da JCP tem lugar no próximo sábado, no Centro de Trabalho de Cascais, um jantar-convívio aberto a camaradas e amigos «de todas as idades», como fazem questão de sublinhar os jovens promotores.





# TV O Programa

**Quinta 28**
**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez (Inclui «O Sítio do Picapau Amarelo»)
- 12.05 - A Gata Comeu (36º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Um Anjo na Terra (48º epis.)
- 14.20 - Lugar à Natureza (6º epis.)
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 16.00 - Matinée - «Sangue Cigano», real. Nicholas Ray (EUA/83 min.)
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo (38º epis.)
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Roda de Fogo (4º epis.)
- 21.25 - Um Espião no Purgatório (5º epis.)
- 22.20 - Os Soviéticos (3º epis.)
- 23.45 - Murphy Brown (12º epis.)
- 00.20 - 24 Horas
- 00.20 - Remate

**RTP2**

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.45 - Filhos e Filhas (500º epis.)
- 15.10 - Agora, Escolha!
- 16.40 - Os Centuriões (últ. epis.)
- 17.05 - Retratos da Madeira (últ. epis.)
- 17.30 - Os Desafios da Lel (13º epis.)
- 18.20 - Telemercado
- 18.35 - Meu Pé de Laranja Lima (131º epis.)
- 19.15 - Espaço Infantil
- 19.50 - Via Rápida
- 20.00 - Kung Fu (7º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Emoções (22º epis.)
- 21.55 - Hora da Verdade
- 22.55 - Quinta Dimensão (29º epis.)
- 23.20 - Universidade Aberta

**Sexta 29**
**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gloss (51º epis.)
- 14.20 - Lugar à Natureza
- 14.45 - Matinée - «O Dia Mais Longo», (EUA/1962, 170 min.)
- 17.40 - Juntos e ao Vivo
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Roda de Fogo
- 21.15 - Miller e Mueller (5º epis.)
- 22.20 - O Rosto da Notícia
- 23.30 - Chefe, Mas Pouco (44º epis.)
- 00.00 - 24 Horas
- 00.30 - Remate
- 00.50 - Pela Noite Dentro - «O Comboio do Medo», real. William Friedkin (EUA/1977, 122 min.)

**RTP2**

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.35 - Filhos e Filhas
- 15.00 - Agora, Escolha!
- 16.20 - Heróis (8º epis.)
- 16.50 - A Arte na Etiópia
- 17.20 - Fora de Horas
- 17.55 - Magazine Musical
- 18.20 - Telemercado
- 18.35 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.15 - Espaço Infantil
- 19.50 - Via Rápida
- 20.05 - As Cidades e as Terras
- 20.30 - Bucha e Estica (12º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - D. Belja (40º epis.)
- 23.00 - Rotações
- 24.00 - Haja Música

**Sábado 30**
**RTP1**

- 09.00 - TV Rural
- 09.25 - Meu Querido Sábado
- 12.30 - Grandes Tormentos (21º epis.)
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Fine Young Cannibals
- 14.05 - Parlamento
- 14.35 - Os Espectaculares Records Guinness
- 15.00 - O Barco do Amor
- 16.00 - Vivamúsica
- 16.10 - Sessão da Tarde - «A Baía das Tormentas», real. Anthony Mann, interpr. James Stewart, Joanne Dru (EUA/1953, 98 min.)
- 18.30 - Viagem Infinita (9º epis.)
- 19.40 - Totototo
- 19.50 - Campeonato do Mundo de Futebol - Quartos de Final



- 23.00 - Poirot (6º epis.)
- 23.55 - Cinema da Meia Noite - «O Cão Branco», real. Samuel Fuller (EUA/1981, 92 min.)

**RTP2**

- 09.00 - Universidade Aberta
- 10.15 - Caminhos
- 10.45 - Zona Jazz
- 11.35 - Um Lar para os Animais
- 12.25 - Telemercado
- 12.50 - Tauromaquia



- 13.15 - Cine-Sábado - «Jerry e os Seis Tios», real. Jerry Lewis (EUA/1965, 96 min.)
- 14.45 - Atletismo - Meeting de S. António (Califórnia)
- 15.45 - Campeonato do Mundo de Futebol - Quartos de Final
- 18.00 - A Terra da Relva Azul (últ. epis.)
- 19.00 - Primeiro Jornal
- 19.15 - Arca de Noé
- 20.00 - Longa-Metragem - «O Homem da Capa Preta», real. Sérgio Resende, interpr. José Wilker, Marieta Severo (Brasil, 1985, 114 min.)
- 21.30 - A Grande Festa de Verão
- 23.50 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»

**Domingo 1**
**RTP1**

- 09.00 - Domingão
- 11.30 - 70x7
- 12.00 - Missa
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Espaço 1999 (20º epis.)
- 14.00 - Oito e Olitenta (2º progr.)
- 15.20 - Primeira Matinée - «A Mulher de Vermelho», real. Gene Wilder (EUA/1984, 83 min.)
- 16.50 - Concurso 1, 2, 3
- 18.50 - McGyver (40º epis.)
- 19.50 - Campeonato do Mundo de Futebol
- 22.30 - Jornal de Domingo
- 23.05 - Querido John
- 23.35 - Para Além da Guerra (14º epis.)

**RTP2**

- 09.00 - Música n'América
- 09.50 - Sobrevivência (9º epis.)
- 10.50 - Novos Horizontes
- 11.05 - Circus
- 11.15 - Espaço Infantil
- 12.40 - Imagem e Imagens

- 13.10 - Quem Sai aos Seus...
- 13.35 - Cabo Verde (documentário)
- 14.35 - José Feliciano
- 15.25 - Bailado - «Dança no Singular», pela bailarina israelita Sally-Anne Friedland
- 15.45 - Campeonato Mundial de Futebol - Quartos de Final
- 18.00 - Itália/90 - Retrospectiva dos jogos da semana
- 19.00 - Primeiro Jornal
- 19.15 - Em Busca da Memória (12º epis.)
- 19.40 - A Bela e o Monstro (12º epis.)
- 20.30 - Cineclube - «Desejo de Mulher», real. Douglas Sirk (EUA/1953)
- 22.00 - Leituras
- 22.25 - Lusitânia Expresso

**Segunda 2**
**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - A Rota de Howard (25º epis.)
- 14.20 - A Água e a Vida
- 14.45 - Festival de S. Remo (1ª parte)
- 15.40 - A casa de Irene (série, reposição)
- 16.10 - Buck Rodgers no Séc. XXV (série, 1º epis.)
- 17.00 - O Mundo Animal
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico



- 20.15 - Roda de Fogo
- 21.15 - Jogos Sem Fronteiras
- 23.00 - Nos Bastidores da Notícia (4º epis.)
- 24.00 - 24 Horas
- 00.30 - Remate

**RTP2**

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Espaço Infantil
- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.50 - Batalha pelo Planeta (últ. epis.)
- 17.10 - A Irmã Kate (5º epis.)
- 17.35 - L'Orlot (série, 1º epis.)
- 18.40 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.15 - Espaço Infantil
- 19.50 - Via Rápida
- 20.00 - Kung Fu
- 21.00 - Jornal da Nove
- 21.30 - Bailado - «Eugene Oneguín», coreografia de John Cranko, música de Tchaikovsky, pelo Ballet Nacional do Canadá.
- 23.00 - Universidade Aberta

**Terça 3**
**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas
- 14.15 - Napoleão, Meu Amor
- 14.45 - Festival de S. Remo (2ª parte)
- 15.50 - Pais e Filhos (série, reposição, 1º epis.)
- 17.00 - O Mundo Animal (3º epis.)
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.15 - Roda de Fogo
- 21.15 - Clube dos Subscritores
- 21.45 - Primeira Página
- 22.50 - Crónica do Crime (21º epis.)
- 23.50 - 24 Horas
- 00.20 - Remate

**RTP2**

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Espaço Infantil
- 14.50 - Filhos e Filhas
- 15.15 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Os Novos Caça-Fantasmas
- 17.10 - Contos Contados
- 17.40 - No Rastio dos Animais Selvagens (série, 1º epis.)
- 18.30 - Via Rápida
- 18.45 - Campeonato do Mundo de Futebol - Meias-finais
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 22.10 - Cinemazine
- 22.30 - Cinemadois - «O Inferno é para os heróis», real. Don Siegel (EUA, 87 min.)

**Quarta 4**
**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Clínica Geral (16º epis.)
- 14.20 - Estrada Larga (série, 1º epis.)
- 14.50 - Chet Atkins
- 15.50 - Desenhos Animados



- 16.05 - Acção em Miami (série, reposição, 1º epis.)
- 16.55 - O Mundo Animal
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.20 - Jogo de Cartas
- 18.45 - Campeonato do Mundo de Futebol - Meias-finais
- 21.05 - Roda de Fogo
- 22.10 - Telejornal
- 22.50 - Vamos Jogar no Totobola
- 23.10 - Lotação Esgotada - «2010, o Ano do Contacto», real. Peter Hyams (EUA/1984, 112 min.)

## Campeonato do Mundo de Futebol Jogos na TV

### Quartos de Final

Sábado — 15.45, RTP-2; 19.50, RTP-1  
Domingo — 15.45, RTP-2; 19.50, RTP-1

### Meias Finais

Terça — 18.45, RTP-2  
Quarta — 18.45, RTP-1



## Desporto

Remate — RTP-1, 5.ª (00.20), 6.ª (00.30), 2.ª (00.30), 3.ª (00.20) e 4.ª (00.05).

## Filmes

«Sangue Cigano» — 5.ª, 16.00, RTP-1  
«O Dia Mais Longo» — 6.ª, 14.45, RTP-1  
«O Comboio do Medo» — 6.ª, 00.55, RTP-1  
«Jerry e os Seis Tios» — sáb., 13.15, RTP-2  
«A Baía das Tormentas» — sáb., 16.30, RTP-1  
«O Homem da Capa Preta» — sáb., 20.00, RTP-2  
«O Cão Branco» — sáb. 23.10, RTP-1  
«A Mulher de Vermelho» — dom., 15.20, RTP-1  
«Desejo de Mulher» — dom., 20.30, RTP-2  
«O Inferno é para os Heróis» — 3.ª, 22.00, RTP-2  
«2010, o Ano do Contacto» — 4.ª, 23.10, RTP-1

## Música

Quinta	Domingo
19.50, RTP-2: Via Rápida	09.00, RTP-2: Música n'América
	14.35, RTP-2: José Feliciano
Sexta	Segunda
17.55, RTP-2: Magazine Musical	19.50, RTP-2: Via Rápida
19.50, RTP-2: Via Rápida	Terça
24.00, RTP-2: Haja Música	18.30, RTP-2: Via Rápida
	Quarta
Sábado	19.50, RTP-2: Via Rápida
10.45, RTP-2: Zona Jazz	22.25, RTP-2: Prince
16.00, RTP-1: Vivamúsica	

01.35 - 24 Horas

02.05 - Remate

20.00 - Clássicos da TV - «Kung Fu»

21.00 - Jornal das Nove

**RTP2**

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Espaço Infantil
- 15.05 - Filhos e Filhas
- 15.30 - Agora, Escolha!
- 16.50 - O Liceu Degraasi (12º epis.)
- 17.15 - O Menino Doutor (7º epis.)
- 17.40 - De Comboio até Killmanjaro (série, 1º epis.)
- 18.35 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.15 - Espaço Infantil
- 19.50 - Via Rápida



21.30 - Van Gogh (série, 1º epis.)

22.25 - De Gaulle (série, 1º epis.)

23.15 - A Vantagem de Ser Prince

00.05 - Ténis - Torneio de Wimbledon

# Cinema

A selecção

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Caçador Branco, Coração Negro	—	★★★★	—	★★★★
<b>B</b> Cinema Paraíso	★★★	★★★	★★★	★★★
<b>C</b> Crimes e Escapadelas	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
<b>C</b> Sonhos	★★★★★	★★★★★	—	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Clint Eastwood — King Triplex/1 (14, 16.30, 19, 21.30) — Quarteto/1 (14.15, 16.30, 19, 21.45, 24) — Lisboa.
- B — Real. Giuseppe Tornatore — Plaza/1 (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — Lisboa.
- C — Real. Woody Allen — Quarteto/3 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- E — Real. Akira Kurosawa — Apolo 70 (14, 16.30, 19, 21.30) — Quarteto/2 (14.30, 17, 19.30, 21.45, 24) — Lisboa.

# Teatro

O Cartaz

## LISBOA

**Chaptô**, Rua da Costa do Castelo, 7. 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> e sáb. às 21.30. Klássikus Kabaret, texto e encen. de Fernando Gomes.

**Cinearte**, Largo de Santos. De 3<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> às 21.30. **O Baile**, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

**Clube Estefânia**, R. Alexandre Braga, 24. De 3<sup>a</sup> a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **Inimigos**, de Nigel Williams, encen. José Wallenstein.

**Comuna**, Pr. de Espanha. De 3<sup>a</sup> a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Sala Nova - O Estrangeiro em Casa**, de Richard Demarcy, encen. João Mota. **Sala Um - Um Eléctrico Chamado Desejo**, de Tennessee Williams, encen. João Mota.

**Ritz Clube**, Rua da Glória, 57. 6<sup>a</sup> e sáb. às 22. **O Regresso de Bucha e Estica**, encen. Mário Viegas.

**Teatro Aberto**, Pç. Espanha. De 5<sup>a</sup> a sáb. às 21.45, dom. às 16. **Na Solidão dos Campos de Algodão**, de Bernard-Marie Koltés, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

**Teatro do Bairro Alto**, Rua Tenente Raul Cascais. De 3<sup>a</sup> a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Um Poeta Afinado**, de Manuel de Figueiredo (séc. XVIII), encen. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia

**Teatro da Graça**, Trav. S. Vicente, 11. De 3<sup>a</sup> a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16. **Cenas da Vida de Benilde**, de José Régio, encen. Jorge Listopad.

**Teatro Ibérico**, Rua de Xabregas, 54. De 3<sup>a</sup> a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O Fim**, de António Patrício, enc. Xosé Blanco Gil.

**Teatro Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3<sup>a</sup> a 5<sup>a</sup> às 21, 6<sup>a</sup> e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. **A Severa**, de Júlio Dantas, enc. Nicolau Breynner.

**Teatro Maria Vitória**, Parque Mayer. De 3<sup>a</sup> a dom. às 20.30 e às 23. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

**Teatro Nacional D. Maria II - Sala Experimental**, Rossio. De 3<sup>a</sup> a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **A Terceira Margem do Rio**, adapt. do texto de João Guimaraes, encen. João Brites, pelo grupo O Bando.

**Teatro Variedades**, Parque Mayer. De 3<sup>a</sup> a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson.

**ALMADA Teatro Municipal**, Rua Conde Ferreira. De 3<sup>a</sup> a dom. às 21.45, sáb. também às 16.00. **Felicidade e Erva Doce**, de Peter Shaffer, encenação de Joaquim Beníte, pelo Teatro de Almada/Grupo de Campolide.

Para crianças

**LISBOA TIL**, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **Feliz Aniversário**, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL

# Exposições

## LISBOA

**Abílio Febra** - Escultura. Galeria de Santa Justa, Rua de Santa Justa, 93. 2<sup>a</sup>. De 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> das 15 às 20 (até 29/6).

**Ana Marchand e Albano da Silva Pereira** - «Viagem do Reino para a Índia», pintura e fotografia. Centro de Arte Moderna, R. Nicolau Bettencourt, 3<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> e dom. das 10 às 17, 4<sup>a</sup> e sáb. das 14 às 19.30 (até 30/6).

**Arte Contemporânea de Moçambique** - Colectiva de 9 artistas moçambicanos. Galeria Barata, Av. de Roma, 11-A.

**No Centenário da Morte de D. Luís** - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3<sup>a</sup> a dom. das 10 às 17 (até Setembro).

**Clara d'Ovar** - Tapeçaria. Voz do Operário, Rua da Voz do Operário, 13. De 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> das 14.30 às 20, sáb. das 15 às 19 (de 29/6 a 21/7).

**Colectiva de Arte Contemporânea**. Galeria Miron, R. do Milrante, 14, r/c. Esq. De 2<sup>a</sup> a sáb. das 15 às 20 (até 31/7).

**Colectiva de Gravura** - Gravuras e serigrafias de 150 autores. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2<sup>a</sup> a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.

**Eduardo Nery** - Pintura. Galeria Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13. De 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> das 9.30 às 20, sáb. das 9.30 às 13 (até 30/6).

**Fernanda Fragatello** - Instalação. Museu de Mineralogia e Geologia, Rua da Escola Politécnica, 58. De 2<sup>a</sup> a sáb. das 13 às 20 (até 14/7).

**Filomena Coquenão (Angola)** - Pintura. Sala de Arte do Escorial, R. Portas de Santo Antão, 45. Das 12 às 24 (até 28/6).

**Gaetan** - Desenho. Loja do Desenho, R. Academia das Ciências, 2. De 3<sup>a</sup> a sáb. das 15 às 19.30 (até 7/7).

**Gonçalo Duarte** - Pintura. Espaço Alliance, Rua Braamcamp, 13, 1<sup>a</sup>. Das 10 às 19.30 (até 29/6).

**Helena Moura** - Pintura. Galeria João Hogan, Rua da Voz do Operário, 13. De 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> das 14.30 às 20, sáb. das 15 às 19 (de 29/6 a 21/7).

**Isabel Laginha** - Pintura. Altamira, Rua

Filipe Folque, 48-A (até 16/7).

**Isabel Zilhão** - Galeria Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> das 15 às 20, sáb. das 16 às 20 (até 1/7).

**João Maleitas** - Fotografia. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51. De 2<sup>a</sup> a sáb. das 10 às 14 e das 15 às 19.30 (até 7/7).

**Jorge Varanda** - Pintura. Galeria Bertrand, R. Anchieta, 23. De 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> das 10 às 18, sáb. das 10 às 13 (até 30/6).

**José Augusto** - Pintura; **Manuela Gonçalves** - Fotografia. Clube Cinquenta, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1<sup>a</sup>. De 3<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 3/7).

**Juarez Machado** - Pintura. Galeria Alfa Mixta, R. das Escolas Gerais, 34. De 3<sup>a</sup> a sáb. das 14 às 20 (até 7/7).

**Manuel Gonçalves** - Fotografia. Clube 50, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9, 1<sup>a</sup>. De 3<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 3/7).

**«90 Anos de Arte Moderna Portuguesa»** (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 2<sup>a</sup> a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20.

**Oskar Pinto Lobo** - Pintura; **Dorita Castel-Branco** - Escultura. Galeria Ara, CC Liberdade-lj 48, Av. Liberdade, 38. De 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> das 10 às 22, sáb. e



«Viagem do Reino para a Índia» no Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian

dom. das 12 às 22 (até 17/7).

**Paulo Cardoso** - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. 2<sup>a</sup> das 15 às 19.30, 3<sup>a</sup> a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.

**Pedro Tudela** - Pintura. Galeria Atlântica, Largo de Santos, 1. De 2<sup>a</sup> a sáb. das 15 às 20.

**Pintura Soviética do Tempo da Perestroika** - colectiva. Galeria Liberdade 190, Av. da Liberdade, 190, s/c Esq. De 2<sup>a</sup> a sáb. das 15 às 20 (até 30/6).

**Rocha Mendes** - Fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91.

**Rogério Ribello** - Pintura. Galeria Nasolini, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30.

**Saldanha da Gama** - Pintura e desenho. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c. **Um Século de Electricidade**. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3<sup>a</sup> a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18).

**Severin Muller** - Escultura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3<sup>a</sup> a dom. das 15 às 20 (até 30/7).

**Tapeçaria do Séc. XVI** - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3<sup>a</sup> a dom. das 10 às 17.

**Tiago Manuel** - Desenho. Galeria Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169. De 2<sup>a</sup> a sáb. das 15 às 20 (até 30/6).

**Thomas Ianelli** - Pintura. Galeria Zen, Campo Grande, 111 (até 28/7).

**Vitor Ribello** - Aquarelas. Mãe d'Água das Amoreiras, Praça das Amoreiras, 10.

**PORTO Antão Almada** - Pintura (óleos e aquarelas). Galeria Inter-Atrium, Av. da Boavista, 1471 (até 30/6).

**Carlos Vellilla** - Pintura. Galeria Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777. De 2<sup>a</sup> a sáb. das 10 às 12 e das 15 às 22 (até 10/7).

**Cisela Bjork** - Pintura. Galeria da Praça, Pç. da Liberdade, 66. De 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30 (até 8/7).

**Fernando Calhau** - Pintura. Galeria Pedro Oliveira, Calçada de Monchique, 3. De 2<sup>a</sup> a sáb. das 14.30 às 20 (até 7/7).

**José Barrias** - Esculturas e desenhos; **Cerâmicas dos Anti-**

**gos Povos da Amazônia**. Cooperativa Arvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1. De 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30.

**Marta Wengorovius** - Pintura e desenho. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2<sup>a</sup> a sáb. das 16 às 20 (até 28/6).

**Pedro Tudela** - Pintura. Galeria Atlântica, Rua Galeria Paris, 67. De 2<sup>a</sup> a sáb. das 15 às 19.30.

**OUTRAS LOCALIDADES Vitor Alves** - Pintura e desenho. Galeria dos Patudos ALPIARÇA

**Pedro Chorão Ramalho** - Pintura. Galeria de Colares, Rua Fria, 2 (até 22/7) COLARES

**Augusta Araújo e Victor Amador** - Pintura. Galeria Múltiplo, Centro Comercial Solmar (até 29/7) ESPINHO

**Jovens Artistas**

**Portugueses** - Colectiva de pintura, escultura e cerâmica. Galeria Arcada, Arcadas do Parque (até 30/7) ESTORIL

**Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4<sup>a</sup> a 2<sup>a</sup> das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ

# ...e ainda

Música, debates, etc.

## Concerto em Queluz

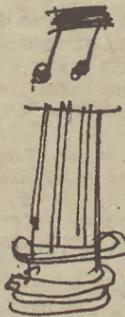
No próximo sábado, às 16.30, realiza-se no Palácio Nacional de Queluz um concerto com entrada gratuita, promovido pela Liga dos Amigos de Queluz e o Grupo Coral de Queluz. Participam os grupos Coral de Queluz e Alternativa e o Coro e a Orquestra da Liga.

obras de Mendelssohn, Tchaikovsky e Chausson.

Os bilhetes custam, para qualquer das salas, 1250\$00 e estão à venda nos locais uma hora antes de cada espectáculo.

## McLaughlin em Lisboa e Porto

O guitarrista John McLaughlin apresenta-se no dia 30 no Coliseu do Porto - em concerto patrocinado pelo «Mundo da Canção» - e no dia 1 em Lisboa, na Aula Magna. Com ele actuam o baixista Jeff Berlin e o percusionista Trilok Gurfu. O início de ambos os concertos está previsto para às 22.30.



## Música clássica em Évora

Mais uma vez por iniciativa da Câmara Municipal de Évora, têm início amanhã às 21.30 no Teatro Garcia de Resende as IV Jornadas de Música Clássica de Évora, com uma programação que decorre durante todo o mês de Julho em várias salas da cidade.

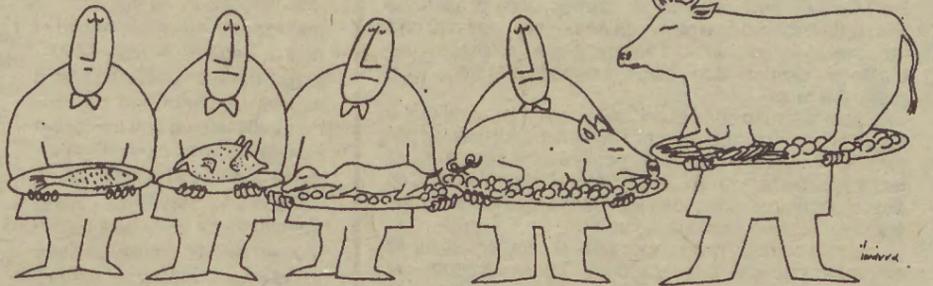
Neste primeiro concerto actua a Régie Sinfonia; no seguinte, a realizar na Igreja das Mercês no dia 4, os Segreiros de Lisboa.

## Música à Hora do Almoço

Na Gulbenkian - Sala Polivalente do CAM - prosseguem os Concertos à Hora do Almoço, com entrada livre.

No sábado actua o Coral Vértice, que interpreta obras de autores nacionais e estrangeiros, e na terça-feira, numa primeira parte Isabel Pimentel e José João Santos, respectivamente em viola de arco e piano, que executam obras de Milhaud e Hindemith, e numa segunda Frederico Félix (canto) e Armando Vidal (piano) em composições de Liszt e Bernstein.

É ainda no âmbito dos Concertos à Hora do Almoço que se realizam, hoje às 21.30 e amanhã às 18.30, na Sala Polivalente, dois concertos pelo Opus Ensemble, comemorativos do 10<sup>o</sup> aniversário da sua constituição.



# Tempo Fim de Semana

Sábado:

Céu pouco nublado ou limpo. Vento fraco, soprando moderado de Noroeste no litoral Oeste durante a tarde.

Domingo:

Céu pouco nublado ou limpo. Vento soprando moderado, por vezes com rajadas.



# a TV

## Meia dúzia de segundos

Os deputados comunistas deram uma conferência de imprensa e a reportagem do telejornal foi lá. Quando a esmola é grande, o pobre desconfia. E foi o que sucedeu comigo. Afiei os olhos e os ouvidos para me inteirar do que se passava. E agora aqui é que começa o meu drama. E que, realmente, eu (e como eu milhões de espectadores, fiquei sem saber o que se passava) Lembro-me de ver uns rostos, pareceu-me ser um deles o deputado Jerónimo de Sousa. Mas não garanto nada. E também me parece que a proposta que o Partido Comunista ia apresentar se relacionava com os deficientes no nosso país. Digo, «parece» porque a minha memória não está segura.

Isto porque a reportagem não terá durado mais de meia dúzia de segundos. Mas atenção, não se trata de uma figura de retórica; quando digo meia dúzia é mesmo meia dúzia, expressão corrente do dígito seis. Para a RTP, e quando se trata do Partido Comunista, à meia dúzia é mais barato...

E no entanto, se de facto se tratava de assuntos dos deficientes, o caso era mesmo importante. Considerando o elevado número de deficientes e as pessoas envolvidas no processo, aí temos qualquer coisa como cerca de três milhões de pessoas atingidas. A informação foi prestada na última sessão pública da ADFA, não estou a mandar vir.

Meia dúzia de segundos para uma questão tão importante, ó RTP que perdulária me saíste!

## A mensagem e a prensagem

Os meus leitores devem estar lembrados. Após as eleições em que o PSD foi tão duramente atingido, o Primeiro-Ministro explicou a coisa do seguinte modo.

O governo governa bem. É um governo bestial. Em todos os domínios, as vantagens estão à vista, o progresso... o desenvolvimento... o emprego... a estabilidade. Enfim, só coisas boas e de vista de todos.

Então porque teve o PSD tão desastrosos resultados? Simplesmente porque ele «não conseguira fazer passar a sua mensagem»...

Realmente, este povo! Que povo mais desatento. É que não tem mesmo desculpa. O progresso, o emprego, os bons costumes dos ministros estão à vista de todos. E o povo não dá por isso. De maneira que é preciso abrir-lhe os olhos. Quer dizer: abrir-lhe a boca, para lhe enviar a mensagem pelas goelas abaixo...

Claro que a televisão é o melhor veículo. Lá é tudo independente, lá é tudo isento, lá todos se regem pela pureza de alma. O que ainda fortalece (obviamente!) a passagem e a montagem da mensagem que na aragem mais selvagem se confunde com maçaçagem, com massaçagem, com pilhagem...

O telejornal não é um órgão de informação: é um boletim eleitoral todos os dias. Tudo serve para fazer passar a mensagem - ao serviço da qual se encontram os fundos da CEE.

Vem o sub. Vítor Martins e diz-nos que o «dossier» está feito para o século XXI. Assim, o governo vai destinar a verba de seis milhões de contos para que os pequenos merceeiros melhorem as suas lojas. E a demagogia (com depoimentos e entrevistas lá vai de vento em popa), com o slogan «avança a onda da modernização comunitária»...

Dos milhares e milhares de pequenos retalhistas levados à falência na onda da burocracia, dos impostos e da ausência de estímulos, disso não se fala. Infelizmente, nós sabemos o que, em certas bocas, significa a palavra **modernização**...

## Açores... e não só

O **Parlamento** foi até aos Açores onde se avistou com deputados ao parlamento açoriano: Rui Meireles, do CDS, Madrugada da Costa, do PSD, e Paulo Valadão, do PCP.

O debate centrava-se na questão das privatizações. Rui Meireles, fiel à linha do seu partido, aprova-as, mas, com referência ao que se passa nos Açores, diz que não faz sentido «privatizar uma empresa que dá dois mil contos de prejuízo por dia». Não faz sentido porque... «ninguém lhe pega».

Paulo Valadão considerou que, para o arquipélago, e neste momento, as privatizações não são problema nuclear. O mais grave e o mais urgente é a preparação para o embate da entrada na CEE. As deficiências e os atrasos nesse domínio encham de inquietação os mais variados sectores económicos dos Açores.

Na sua opinião, mais importante do que privatizar as empresas públicas, é geri-las bem. O que não acontece. Os gestores, disse, são escolhidos mais em função de critérios políticos do que profissionais.

A isso, o deputado do PSD respondeu que nem todos os gestores são da sua área política. Entre 18, citou um. Onde se prova, mais uma vez, que não há regra sem excepção...

Além disso os gestores não são incompetentes porque... «há gente que dá o melhor que pode e faz o melhor que sabe». Pois - respondeu o deputado comunista, «o pior é que sabem pouco»...

Não é uma questão que diga apenas respeito aos Açores, mas ao País inteiro. Daí o interesse do debate.

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## A verdade dos cortes

«O senhor abriu as pernas à China». Com estas palavras, Dias Loureiro, ministro dos Assuntos Parlamentares, resumiu a sua irritação com os cortes que, o governador de Macau fizera no discurso de 10 de Junho.

Segundo apurámos, logo a seguir à chegada a Macau, Dias Loureiro teve uma conversa pessoal, a sós, com Melancia. Foi no gabinete do próprio governador.

Dessa conversa, conhecem-se alguns traços. Dias Loureiro diria a Melancia que os cortes que fizera atingiam precisamente, o «principal» do seu discurso. Informou o governador de que as referências aos heróis portugueses, e aos direitos humanos, «eram propositadas». Especialmente incomodado com o facto de o governador ter decidido acrescentar que o 10 de Junho era o dia da liberdade «e da igualdade», Loureiro terá afirmado: «A liberdade não se tempera, senhor governador». Esta troca muito azeda de palavras teve depois uma consequência: Dias Loureiro cumpriu o resto da visita mas nunca mais perdeu o resto do humor.

Quando chegou a Lisboa, o ministro dos Assuntos Parlamentares informou Cavaco Silva do que sucedera. Foi na passada terça-feira. A chamada *task-force* do PSD, órgão que comanda politicamente os sociais-democratas, concordou de imediato com a ideia de Pacheco Pereira e Duarte Lima: os deputados sociais-democratas deviam pedir uma acariação parlamentar entre Loureiro e Melancia, para que se soubesse a verdade sobre os cortes considerados «muito graves».

(O Independente, 22 de Junho)

## Antes era mau agora é pior

«A política não é o único problema da Polónia. Há seis meses, quando os seus vizinhos de Leste ainda estavam em campanha para as primeiras eleições livres em quase meio século, a Polónia inaugurava a segunda e mais difícil etapa da sua revolução. Em Janeiro, anunciou um pacote de medidas para transformar a sua economia centralizada numa economia de mercado.

Meio ano mais tarde, desapareceram da Polónia as tradicionais bichas em frente das lojas. As prateleiras estão cheias e, nas calçadas, proliferam os vendedores ambulantes. Mas, se antes a oferta era menor que a procura, hoje, em vez de legumes e frutas, faltam compradores. Os polacos perderam a protecção do Estado e ficaram sem dinheiro.

Os preços, devido a um corte drástico nos subsídios e à liberalização dos preços, aumentaram, nalguns casos, oitenta por cento. Segundo o Mi-

nistério do Planeamento, o consumo caiu 30 por cento e a produção outro tanto. O que cresceu foi o número de desempregados: o Plano previa 400 mil até ao final de 1990 — mas só no primeiro semestre chegaram aos 450 mil e hoje calcula-se que serão um milhão e meio. (...)

(...) Com a queda da inflação, subiram as expectativas dos polacos, que gostariam de ver os seus salários descongelados para poderem usufruir das vantagens do capitalismo. Mas Rybicki diz que a Polónia está a passar por um momento muito delicado: se o poder de compra dos trabalhadores aumentar, corre o risco de a inflação voltar a crescer; mas, se mantiver os seus gastos públicos tão controlados, corre o risco de não conseguir aumentar a produção.

As obras do metro de Varsóvia, iniciadas há uma década pelo regime comunista, nunca foram concluídas. A culpa era do sistema ineficiente. Agora, a construção do metro foi totalmente paralisada porque o novo governo deu prioridade à contenção do enorme défice público. Em compensação, os bilhetes de comboio aumentaram cem por cento.

«Os nossos problemas do dia-a-dia não deixaram de existir com a democracia. Antes era difícil encontrar um apartamento, e hoje é ainda mais complicado» — afirma Andrzej Liss, um jovem engenheiro recém-casado, que procura uma casa apenas com «quarto e sala».

Quando era o Estado a mandar, conseguir um apartamento levava 20 anos. Mas era barato e sempre «se dava um jeito». Os casais divorciavam-se para terem direito a duas casas, e os namorados desistiam do casamento pelo mesmo motivo. O preço não importava: o governo, dono da maioria dos imóveis, dava crédito — hoje já não dá.

«Agora podemos comprar ou alugar à vontade. Mas ninguém construiu mais casas, e as pessoas ou cooperativas que têm apartamentos só fazem transacções em dólares», diz Liss. «O metro quadrado em Varsóvia custa 200 dólares» (cerca de 30 contos).

Comparadas com as da Europa Ocidental, as rendas polacas ainda são baratas. Mas os salários não aumentaram ao mesmo ritmo que os preços: a média é de 700 mil zlots (cerca de 77 dólares ou 12 contos). E uma máquina de lavar roupa custa três vezes mais: 2,5 milhões de zlots (277 dólares, cerca de 42 contos). (...)

(Público, 26 de Junho)

## A gula dos 12 milhões

«O magnata da imprensa britânica, Rupert Murdoch, está em negociações com as autoridades soviéticas para

adquirir o diário «Izvestia», órgão do Soviété Supremo da URSS, que tem uma tiragem de cerca de 12 milhões de exemplares e representa um lucro anual superior a 50 mil rublos.

As pretensões do empresário podem tornar-se uma realidade a curto prazo, a partir do momento em que entrar em vigor a nova Lei de Imprensa soviética, no dia 1 de Agosto. Com efeito, esta lei, aprovada no dia 12 de Junho pelo Parlamento soviético, irá permitir o investimento, sem restrições, de capital estrangeiro na Comunicação Social.

Qualquer cidadão, nacional ou estrangeiro, poderá criar o seu próprio órgão de Comunicação Social, na área da imprensa, da rádio ou até mesmo da televisão. Para o sector dos audiovisuais, deverá ainda ser aprovada, até ao fim do ano, nova legislação específica, embora não seja posto em causa o princípio da privatização. Actualmente existem já canais de televisão por cabo, privados, nomeadamente em bairros de Moscovo e de Leninegrado. (...)

(...) Além de Murdoch, outros empresários, como Robert Maxwell e Carlo di Benedetti, têm os olhos postos no imenso mercado editorial que representa a União Soviética. Aliás, ainda antes da existência de legislação, surgiram já duas revistas, representando interesses económicos estrangeiros — a «Business in the USSR» e a «Moscow Magazine». A primeira é propriedade de uma nova empresa designada de Socpresse, cujo presidente é nada mais nada menos do que o patrão da imprensa francesa, Robert Hersant, e do Moscow Joint-Stock Innovation Bank. A outra revista resulta de uma espécie de consórcio entre soviéticos e holandeses.

O aparecimento destas publicações e de outras da iniciativa de cooperativas de âmbito regional começa a causar alguma desestabilização no mercado de emprego dos jornalistas, que até agora trabalhavam apenas em jornais do PCUS. Com a concorrência surgem os problemas de fuga de profissionais para as publicações privadas, enquanto se toma consciência da necessidade de uma renovação tecnológica.

A qualidade gráfica das publicações soviéticas é fraca e deve-se a dois factores fundamentais: as carências de papel e o estado obsoleto do parque gráfico. A remodelação do Estado, ainda na «idade do chumbo», é, aliás, um dos argumentos utilizados pelos legisladores para defenderem a abertura total ao investimento estrangeiro, arriscando, com aparente ingenuidade, passar do monopólio do PCUS para o monopólio dos chamados «liberados» da imprensa europeia.

«o jornal», 22 de Junho)

## Xadrez

CCLIX — 28 de Junho de 1990

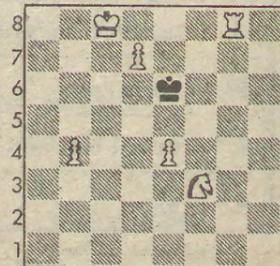
PROPOSIÇÃO N.º 259/A

Por: B. Larsson

1.º Menção «Nya Norland», 1943

Pr.: Rex Solus 66

Br.: [6]: Ps, b4, d7, e4-f3-Tg8-Rç8



Mate em 2 lances

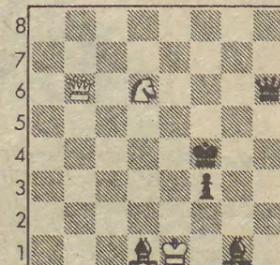
PROPOSIÇÃO N.º 259/B

Por: A. O. Herbstmann

«Magyar Sakkvilag», 1934

Pr.: [5]: Pf3-Bs, d1, g1-Dh6-Rf4

Br.: [3]: Cd6-Db6-Ré1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES do N.º CCLIX

N.º 259/A (B.L.): 1.º d8! = D, Rf7; 2.

Cg5 +

N.º 259/B (A.O.H.): 1. Db4! + Rg3;

2. Cf5+, Rg2; 3. Dg4+, Rh1; 4. C:

D, f2 + 5. Rf1, B: D; 6. C:B e g.

A. de M. M.

## Damas

CCLIX — 28 de Junho de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 259

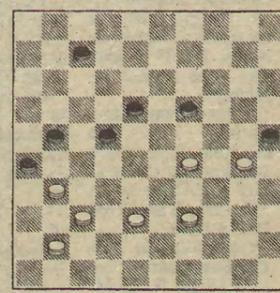
Por: Serge de Groot

«Dame à la Une» n.º 34

Maio, 1990

Pr.: [7]: 7-18-19-21-22-25-26

Br.: [7]: 29-30-31-37-38-39-41



Branças jogam e ganham

GOLPE N.º 259

Por: Mikhail Krasnianski

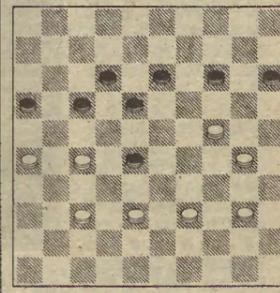
(Contra Marco Wiering, Holanda)

Campeonato do Mundo Júnior -

Tallin, 17/30.XII.1989

Pr.: [8]: 12-13-14-15-16-17-18-28

Br.: [8]: 24-26-27-30-37-38-39-40



Pretas jogam e ganham

TALLIN/Campeonato do Mundo

Júnior: 1. Igor Koyfman

(URSS) 15 pts., 2.º Alexander

Voronits (URSS) 15, 3.º M. Krasnianski

(URSS) 14, 4.º Riho Alas

(URSS) 12, 5.º Ain Tingas

(URSS) 11 ... 10.º M. Wiering 11

.../20 concorrentes.

SOLUÇÕES DO N.º CCLIX

N.º 259 (S. de G.): 29-23!

(25x32), 37x17! (26x46=D),

23x1=D (21x12), 1x5+.

Golpe N.º 259 (M.K.): (17-22),

37-31 (18-23)!, 27-20 (23-29),

24x22 (15x42)...+

A. de M. M.

# da festa!

AMORA-SEIXAL • 7, 8 e 9 SETEMBRO

Avante!

Director

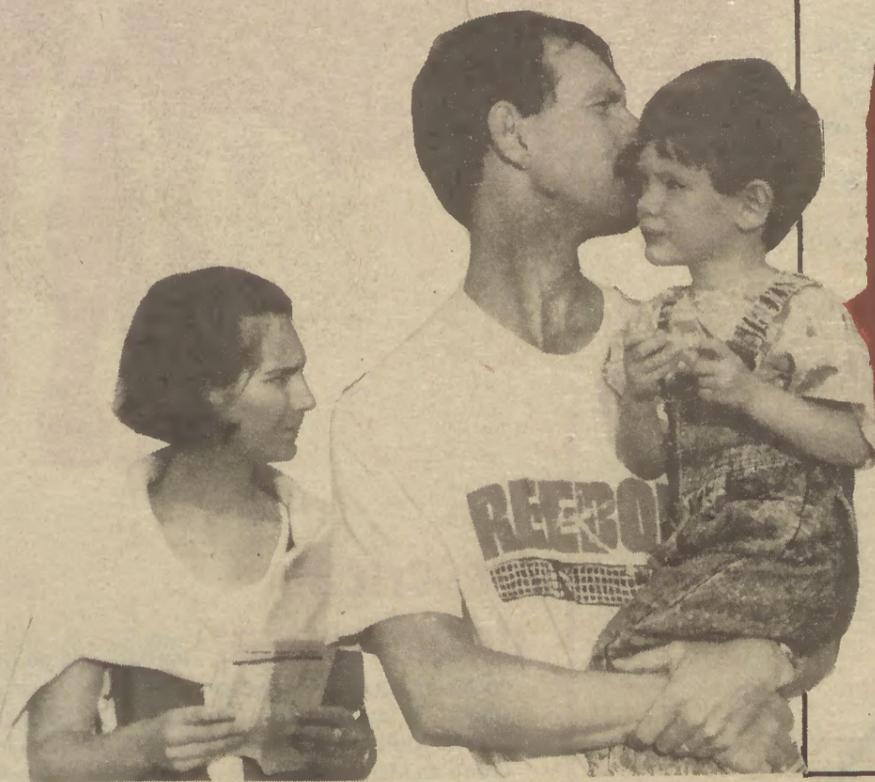
António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 2

28 de Junho de 1990

Não pode ser vendido separadamente

O encontro este ano é na *Quinta da Atalaia*, num local à borda do Tejo, ali ao Seixal. Dias 7, 8 e 9 de Setembro. Mas há outros encontros: a Festa do «Avante!» é uma festa que se faz também na rua, a correr, por exemplo. A Festa do «Avante!» é uma festa que se faz durante muitos meses, juntando gente e gente que vai construindo *em festa* o grande encontro de Setembro. Diversas são as festas desta «festa!». Porque a vida é diversa...



# XIV Festa

Avante!

# 150

mil Contos  
para o Terreno  
da festa

**H**á muitas formas de *tomar parte* na realização da «festa!». Porque a «festa!» é uma *participação*. Também na compra de um terreno se *participa* um pouco dessa «festa!» de todos nós. Mais de um terço do objectivo final da campanha dos 150 mil contos está já atingido. Na grande maioria das organizações atingem-se valores bastante superiores, havendo já quem se proponha atingir os setenta por cento. É o caso da Direcção Regional do Algarve que no seu

último Plenário propôs-se atingir essa meta até Agosto (!) na maioria dos concelhos desta região. Um exemplo a ser seguido. Um exemplo que cada um de nós pode seguir, comprando títulos de

comparticipação ou participando numa das múltiplas iniciativas que a imaginação dos comunistas tem construído e levado a cabo para cumprir um objectivo: «um terreno para a festa»; nosso!

## Uma Feira da Ladra a somar 150 mil

De imaginação também é feita a campanha dos 150 mil. Uma Feira da Ladra vai realizar-se na Feira de Pedrouços, na Maia, cidade do Grande Porto, no fim-de-semana, a venda de velharias, utilidades, brinquedos, roupas de senhora, homem e criança, livros infantis e *muita, muita coisa mais, tudo ao desbarato!*

Motivo para uma outra festa, das muitas que têm motivo na «festa!».

Com o empenhamento de todos!





# Corrida da Festa

## UMA OUTRA FESTA!

**A** contagem decrescente já começou.

Em Setembro, de 7 a 9, a Festa do «Avante!», já na sua XIV edição, voltará a assumir-se como um dos maiores acontecimentos a nível cultural, social e também desportivo do nosso país, transformando-se num grandioso convívio com milhares de visitantes oriundos de todas as regiões. Um convívio que, no caso da **Corrida da Festa** (9 de Setembro), iniciativa de primeiro plano no quadro da programação desportiva, será vivido fora do próprio recinto, dando origem a uma outra festa, com muita gente a apoiar e a incentivar os atletas ao longo do percurso, nas ruas e nas estradas, num total de 15 Km.

A Corrida da Festa do «Avante!» — 1990 já começou a fazer mexer um aplicado trabalho de organização e também o entusiasmo e o interesse de muitos atletas, colectividades e clubes. A comissão organizadora funciona na Av. António Serpa, 26, 2.º Esq. 1100 Lisboa. É para lá que devem ser dirigidas, devidamente preenchidas, as fichas de inscrição, que aqui também reproduzimos. Desde já avançamos igualmente nestas páginas alguns pormenores da **Corrida**, aberta a atletas federados ou não. Uma **Corrida** que vai, certamente, mobilizar a participação de atletas de todas as idades, incluindo mesmo os que nessa altura estarão vivamente empenhados nos treinos para a Maratona de Lisboa.

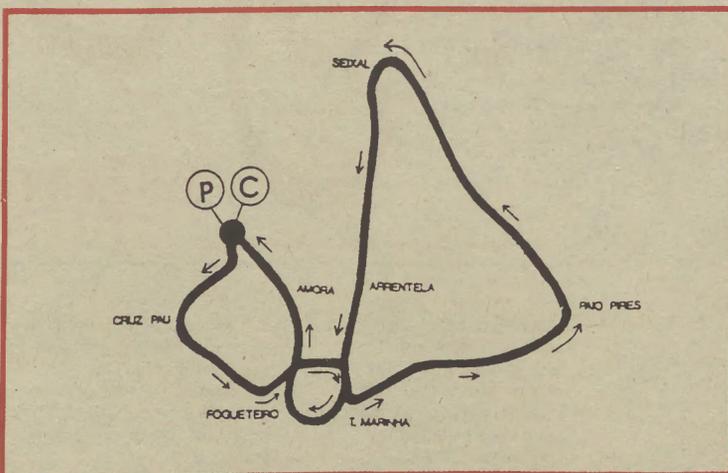


### Escalões

- Juniores M/F (n. 1971/72)
- Seniores M/F (n. 1970 e antes)
- Veteranas (36 anos e +)
- Veteranos I (40 a 44 anos)
- Veteranos II (45 a 49 anos)
- Veteranos III (50 a 54 anos)
- Veteranos IV (55 e + anos)

### Inscrições

- (gratuitas)  
até 3 de Setembro:
- Pessoalmente — na Av. A. Serpa, 26, 2.º Esq. 1100 Lisboa (9.30/13.00 h e 14/18 h).
  - Pelo Correio — «Corrida da Festa do «Avante!», Av. A. Serpa, 26, 2.º Esq. 1100 Lisboa. (Não haverá última hora)
  - Entrega dos dorsais no dia da corrida a partir das 8 h (Pav. do Amora).

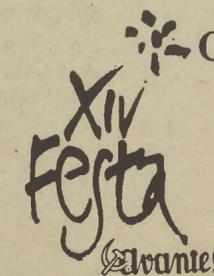


### Descrição do percurso:

**Partida** junto ao Campo do Amora, Quinta da Medeira, Fábrica da Resina, Rua 1.º de Maio, Cruzeiro, Rua 25 de Abril, E.N. 10, Rua MFA, Ponte da Fraternidade, E.N. 328, Rotunda (Torre da Marinha), E.N. 10-2, Farinheiras, Av. General H. Delgado, Paio Pires, Cruzamento do Seixal, Av. dos Metalúrgicos, Av. Vasco da Gama, Largo dos Restauradores, Av. D. Nuno Álvares Pereira, Praça 1.º de Maio, Av. da República — Arrentela, Rotunda (Torre da Marinha), Fogueteiro, Correr d'Água, Rua MFA, Av. Silva Gomes, Rua dos Lobatos, Largo Manuel da Costa, Rua da Fonte de Prata, Rua Conselheiro Custódio Borja, Rua 1.º de Maio, Cruzamento Rua Camilo Pessanha, Qt.º da Medeira, Campo do Amora — **Chegada**.

### Prémios

- Viagem Turística de 1 semana à URSS no Verão de 1991 com a colaboração da AGITURISMO, aos vencedores absolutos masculino e feminino.
- Livros da Editorial Caminho aos 100 primeiros da geral.
- Troféu ou taça aos 3 primeiros de cada escalão.
- «T-shirt» da Rujoca aos 1000 primeiros.
- Diploma de participação e entrada gratuita na Festa do «Avante!» a todos os que terminarem a prova.
- Troféus ou taças às 15 primeiras equipas (de 3 atletas).



## CORRIDA DA FESTA DO AVANTE

ATALAIA — SEIXAL — ATALAIA

9 de Setembro de 1990

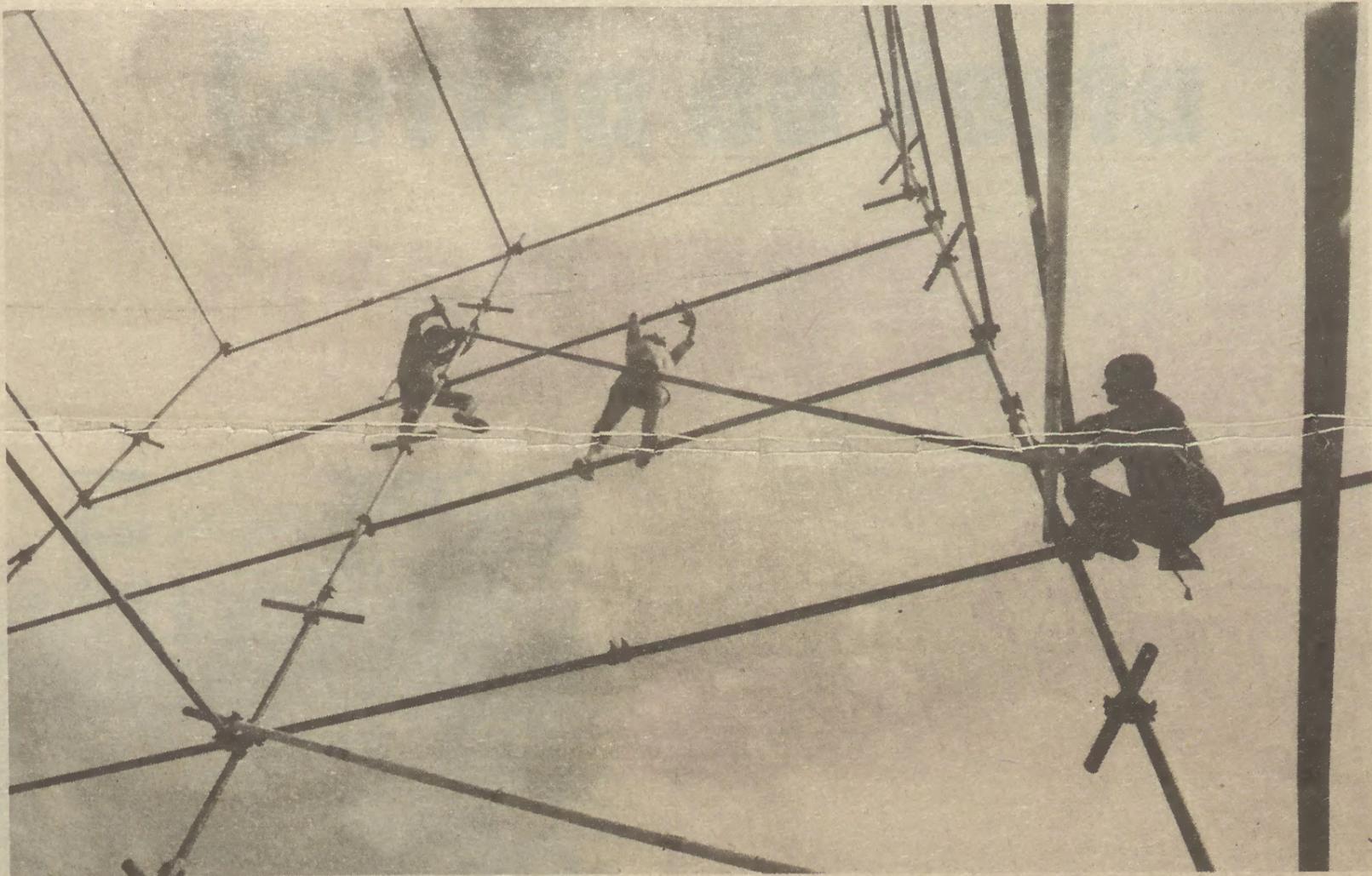
FICHA DE INSCRIÇÃO INDIVIDUAL

MORADA \_\_\_\_\_

CÓD. Postal \_\_\_\_\_ Concelho \_\_\_\_\_ Distrito \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

Data Nascimento	NOME	SEXO		Não escrever nesta coluna	Dorsal
		M	F		

**O TREINO PARA A MARATONA DE LISBOA PASSA POR AQUI**



XIV  
Festa  
Avante!

**A** «festa!» é construída com trabalho. Ao longo de meses muitas pessoas deslocam-se ao terreno da «festa!» para ajudarem a construir esse local de encontro de todos nós, a reunir milhares ao longo de três dias. Jovens também. E é a eles que se destina este recado: no próximo fim-de-semana há uma jornada de trabalho e convívio (diremos mesmo: festa) promovida pela Organização do Ensino Secundário da JCP. Dêem lá ajuda!

## De Vila Real O rei dos enchidos vai à festa!

**O Salpicão — o rei dos enchidos,** acompanhado pela sua corte, desloca-se expressamente à Festa do «Avante!» — integrado na comitiva de Vila Real — Trás-os-Montes (para que não haja confusões).

Rei Salpicão **caseiro**, não é no entanto um qualquer rei de trazer por casa — está confeccionado segundo as rigorosas regras impostas pela tradição do fumeiro transmontano. A diferença está na qualidade, e, se o comprar está no paladar.

Antes de ser salpicão, foi reco, para os eruditos — Sus Scrofa — vá lá eu pensar que tinha um bicho desses lá em casa...

No princípio era o Verbo e mamou em pequeno — há uns quantos que continuam a mamar pela vida fora, mas isso é outra raça de porcos, desculpem, suínos que os porcos verdadeiros não o fazem.

Foi capado!... Tamanho era o crime que antigamente o «capador» (pessoa experimentada... no alheio) ia de aldeia em aldeia, fazendo-se anunciar pela célebre gaita — entenda-se instrumento musical metálico de sopro, para informação de ignorantes e pessoas de má fé.

Engordou — castanha (muita castanha), batata e centeio comida farta e variada — 11 meses, às vezes 365 dias até se fazer homem, pronto para se transformar em rei.

Matança — mais um crime sem castigo — sem dó nem piedade, esquartejaram-no — chegou o momento do melhor fumeiro feito com carnes e temperos próprios e nascem os salpicões devidamente curados. Não contamos como é — o segredo é a alma do negócio e ficavam a saber tanto como quem o fez. Belos odores, melhores sabores,

elegante, bem torneado, cor rósea, gordinho mas só carne, boa carne — um palito comprova que está curado e não sofreu de nenhuma tuberculose, nem raquitismo.

Agora só falta começar a Festa, irem ao *stand* de Vila Real, comprarem (são coisas que não têm preço... mas não é caro) e deliciaram-se. Não se esqueçam dos devidos cuidados no matrimónio, tanto trabalho deu a criar..., um bom vinho, um naco de broa (nós também fornecemos, i.é, vendemos), o apetite se não o leva, nasce num instante.

**O rei dos fumeiros** é caseiro e como tal não se pode multiplicar como numa fábrica de pregos, daí que é bom aparecer cedo, ou se quiser escreva-nos fazendo já a sua encomenda (PCP — Rua António Azevedo, 42 — 5000 Vila Real)... é que não há bem que sempre dure.



São os encontros da «festa!». Também o encontro de um país consigo próprio. Do Minho ao mundo, passando também por Alpiarça...